

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DCA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL**

Vinícius Oliveira Bittencourt

**DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DE PORTO ALEGRE NO PORTO SECO:
UMA ANÁLISE DA (AUSÊNCIA DE) PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE
CARNAVALESCA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO**

Porto Alegre, 2016

Vinicius Oliveira Bittencourt

**DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DE PORTO ALEGRE NO PORTO SECO:
UMA ANÁLISE DA (AUSÊNCIA DE) PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE
CARNAVALESCA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração Pública e Social apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública e Social.

Orientador: Prof. Dr. Aragon Érico Dasso Júnior.

Porto Alegre, 2016

Vinícius Oliveira Bittencourt

**DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DE PORTO ALEGRE NO PORTO SECO:
UMA ANÁLISE DA (AUSÊNCIA DE) PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE
CARNAVALESCA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
em Administração Pública e Social
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Conceito Final _____

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador – Prof. Dr. Aragon Érico Dasso Junior – UFRGS

Examinador – Prof. Pedro de Almeida Costa

*Dedico este trabalho à minha querida avó
Janice Carvalho Lomando, que partiu este
ano, mas faz parte deste processo acadêmico,
visto ter me apoiado incessantemente, e ter
deixado o legado da paixão pelo Carnaval.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ana e André, por todo amor, dedicação e carinho que me proporcionaram ao longo da minha vida.

Às minhas avós, Janice e Regina, por terem sido tão presente e colaborativas em todos os momentos.

À minha namorada, Jéssica, por todo amor, companheirismo e apoio atribuído em diversas situações.

Ao meu professor e orientador, Dr. Aragon Érico Dasso Júnior, por ter me demonstrado a importância da participação na transformação da sociedade.

Aos professores que tive até este momento, por terem contribuído na minha educação e terem dado suporte para a conclusão desta etapa.

Por fim, agradeço aos meus colegas de graduação, por todas as ações e discussões que contribuíram na minha formação e de meu senso crítico.

RESUMO

Os desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre sempre estiveram ligados às camadas mais populares da cidade, mais especificamente às comunidades negras e periféricas. Tal evento, mesmo sendo tradicionalmente realizado de forma itinerante, ocorreu na região central até o ano de 2003, sendo um dos poucos acontecimentos que propiciavam o acesso a espaços centrais para estes segmentos da sociedade historicamente segregados. O indicativo da necessidade de um espaço fixo para o evento foi exatamente o início de um processo que resultou no deslocamento dos desfiles para a região do Porto Seco, local afastado do Centro da cidade. Em função da relevância desse processo, surgiu o seguinte problema de pesquisa: em que medida os atores da sociedade civil envolvidos com o tema dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre consideraram que influenciaram a formação da agenda e a tomada de decisão do Poder Público municipal? Nesse contexto, apresenta-se como objetivo geral analisar a participação da sociedade carnavalesca na formação da agenda e na tomada de decisão do Poder Público municipal de Porto Alegre no processo da transferência dos desfiles das escolas de samba para o Complexo Cultural do Porto Seco. Como decorrência, foram determinados os seguintes objetivos específicos: descrever o processo que acarretou na decisão do Poder Público Municipal de Porto Alegre de realizar os desfiles das escolas de samba no Complexo Cultural do Porto Seco; identificar os atores da sociedade civil envolvidos nesta temática; apontar a percepção, os interesses e os recursos de poder destes atores em relação ao assunto; e avaliar se e em que condições as comunidades ligadas ao Carnaval de Porto Alegre, em suas maiorias periféricas e negras, estão se sentindo inseridas nos espaços públicos da cidade. Considerando os objetivos propostos, foi utilizado neste trabalho o método hipotético-dedutivo, a partir da hipótese inicial de que as populações historicamente marginalizadas que integram a maior parte da sociedade carnavalesca não dispuseram de instrumentos, nem de influência que possibilitassem a sua participação dentro do processo de tomada de decisão da retirada dos desfiles das Escolas de Samba da região central da cidade de Porto Alegre. Foram coletados dados através de pesquisas documentais e bibliográficas, entrevistas e questionário. Deste modo, foi possível identificar o déficit de participação da sociedade carnavalesca neste processo de tomada de decisão que tanto impactou o cenário dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre.

Palavras-chave: Carnaval de Porto Alegre; escolas de samba; sociedade civil; participação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Esquema dos graus de participação estabelecidos por Bordenave.....	24
Ilustração 2 – Escada da participação-cidadã de Arnstein.....	26
Ilustração 3 – Escada do níveis de participação de Hambleton e Hogget	27
Ilustração 4 – Ciclo de Políticas Públicas	31
Ilustração 5 – Processo de formação de agenda institucional	32
Ilustração 6 – Diagrama de desenvolvimento da formação da Agenda de atuação dos Poderes Públicos	33
Ilustração 7 – Centro de Porto Alegre e locais onde foi levantada a possibilidade de construção da Pista de Eventos	63
Ilustração 8 – Gráfico: Quando ocorreu a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco, qual foi a sua posição perante esta decisão?	74
Ilustração 9 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: quando ocorreu a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco, qual foi a sua posição perante esta decisão?	75
Ilustração 10 – Gráfico: Atualmente, qual o seu posicionamento?.....	76
Ilustração 11 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: atualmente, qual o seu posicionamento?	77
Ilustração 12 – Gráfico: Na sua opinião, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?.....	78
Ilustração 13 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: Na sua opinião, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?.....	78
Ilustração 14 – Gráfico: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela sua agremiação acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?	79
Ilustração 15 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a	

participar, de algum debate realizado pela sua agremiação acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?	80
Ilustração 16 – Gráfico: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela Associação das Entidades Carnavalescas acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?	81
Ilustração 17 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela Associação das Entidades Carnavalescas acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?	81
Ilustração 18 – Gráfico: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pelo Poder Público da cidade acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?	83

LISTA DE SIGLAS

AECPARS - Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande

ASSAMED - Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus

CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental

DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental

GAPLAN - Gabinete de Planejamento

LIESPA - Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

ONGs – Organizações não governamentais

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

SMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SMGP - Sistema Municipal de Gestão do Planejamento

SMIC - Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio

SMT - Secretaria Municipal dos Transportes

SPM - Secretaria do Planejamento Municipal

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 SOCIEDADE CIVIL	16
2.2 DEMOCRACIA	18
2.3 PARTICIPAÇÃO	20
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS	28
2.4.1 Ciclo de Políticas Públicas	30
2.4.2 Tipos de Políticas Públicas	35
2.5 CIDADANIA E DIREITOS	39
2.6 DIREITO À CULTURA	42
2.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2	45
3. O DESLOCAMENTO DO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE PARA O PORTO SECO: UMA DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	47
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	47
3.1.1 Tipo de Pesquisa	48
3.1.2 Coleta de Dados	49
3.1.3 Análise dos Dados	50
3.2 DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE.....	50
3.3 ATORES DA SOCIEDADE CIVIL ENVOLVIDOS	53
3.4 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE E CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL (CMDUA).....	55
3.5 CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO FÍSICO	57
3.6 DESLOCAMENTO PARA O PORTO SECO.....	61
3.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3	65
4. ANÁLISE DO PROCESSO	67
4.1 OBSERVAÇÃO DO HISTÓRICO DO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE	67
4.2 PERSPECTIVA DOS ATORES DA SOCIEDADE ENVOLVIDOS	68
4.3 CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO DOS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DE PORTO ALEGRE PARA O PORTO SECO	70
4.3.1 Análise da tomada de decisão do deslocamento para o Porto Seco por parte do Poder Público	72
4.4 APRECIÇÃO DOS DADOS OBTIDOS	73

4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE I – Roteiro da entrevista com Joaquim Lucena	97
APÊNDICE II – Roteiro da entrevista com Renato Dornelles.....	98
APÊNDICE III – Roteiro da entrevista com Jorge Sodré	99
APÊNDICE IV – Roteiro da entrevista com Juarez Gutierrez de Souza.....	100
APÊNDICE V – Roteiro da entrevista com representantes da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus	101
APÊNDICE VI – Questionário realizado junto a frequentadores do Carnaval de Porto Alegre.....	102
ANEXO I – Documento da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus expondo os motivos alegados para se posicionar contra a construção da Pista de Eventos junto à área do Parque Marinha.....	103
ANEXO II – Abaixo-assinado elaborado pela Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus destinado ao Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul.....	104
ANEXO III – “Confirmado: a decisão será judicial”, matéria de Fernanda Crâncio publicada no Jornal Oi! em fevereiro de 1998	105
ANEXO IV – “Pista será na orla do Guaíba”, matéria publicada no Jornal Zero Hora dia 7 de fevereiro de 2000.....	106

INTRODUÇÃO

A cultura representa diversas formas de expressão das mais variadas regiões e populações, podendo revelar muitos dos seus traços e colocar em evidência algumas de suas peculiaridades, através de elementos como a arte e as crenças. O direito à cultura é citado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), sendo garantido a qualquer pessoa tomar parte na vida cultural da comunidade. A Constituição Federal brasileira (1988) também faz referências ao direito à cultura, prevendo, por parte do Estado, a garantia do exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, além do apoio e incentivo às manifestações culturais.

Tem-se, portanto, que o direito à cultura é um típico direito de 2ª geração, caracterizado como de prestação positiva, pois exige que o Estado seja o seu garantidor. Isto acarreta na necessidade do Estado elaborar políticas públicas que assegurem este direito coletivo que é o acesso à cultura.

O Carnaval tem sua origem em celebrações de cunho religioso dos povos antigos da Babilônia, Grécia e Roma. Em todas estas civilizações estas celebrações se davam em forma de festas, onde eram invertidos muitos dos papéis sociais. Com a ascensão da Igreja Católica, as festas foram consideradas pagãs, e esta inversão de papéis sociais era rechaçada.

No Brasil, o Carnaval é uma das principais formas de manifestação cultural, além de maior festa popular do país. As primeiras formas de celebrar a festa foram introduzidas no país ainda na época colonial, exatamente pelos portugueses, sendo, portanto uma manifestação aceita pelos representantes da metrópole no país. A festa se espalhou por todo o território brasileiro, adquirindo características próprias conforme a região do país onde era realizada.

A cidade de Porto Alegre, neste contexto de disseminação da festa nos moldes lusitanos, sofreu grande influência, uma vez que os açorianos foram um dos principais introdutores da festa no país. A celebração na capital gaúcha com o tempo foi perdendo as características exclusivamente portuguesas, e surgem então outras formas de celebrar a festa.

O Carnaval da cidade passou por momentos aonde a maior influência advinha das chamadas Sociedades carnavalescas. Há de se citar também o período dos grandes Bailes que celebravam o Carnaval em diversos bairros. Posteriormente, surgiram os Blocos de Carnaval que introduziram o desfile como estilo do Carnaval porto alegre, sob influência da experiência do Rio de Janeiro. Além de introduzir esta característica no Carnaval de Porto

Alegre, os blocos, que de forma bem humorada apresentavam em seus cânticos críticas de caráter político, também trouxeram para a festa um maior caráter popular, e, não por coincidência uma forte presença da comunidade negra que habitava a cidade. Reforçando estes atributos e, novamente, sob influência do Carnaval carioca, surgem em Porto Alegre as Escolas de Samba.

As Escolas de Samba são em sua grande maioria oriundas de bairros negros e periféricos da cidade. Em uma primeira fase do surgimento das escolas, pode-se citar bairros periféricos na época, como o Areal da Baronesa, Santana e Mont'Serrat. Após a especulação imobiliária dessas regiões e o afastamento de suas populações para regiões que se tornariam as atuais periferias da cidade, tem-se uma segunda fase neste processo onde surgem escolas em bairros como Restinga, Partenon, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta e Sarandi.

Foliões destas diversas comunidades se reúnem para celebrar o Carnaval, desfilando ou torcendo por suas escolas. Os locais dos desfiles na cidade são historicamente itinerantes e nunca tiveram uma estrutura fixa. Inicialmente os desfiles eram realizados na Avenida Borges de Medeiros, posteriormente foram para a Avenida João Pessoa, passando para a Avenida Loureiro da Silva, a Perimetral, e após para a Avenida Augusto de Carvalho. Apesar das constantes mudanças dos lugares de realização dos desfiles, todas estas avenidas citadas estão localizadas na área central de Porto Alegre.

Frente à necessidade de se construir uma estrutura fixa para o espetáculo, inspirado na experiência de outras cidades, em 1988, o prefeito na época, Alceu Collares, lançou na Avenida Augusto de Carvalho a pedra fundamental do que se dizia ser o “Sambódromo” na capital gaúcha. Porém, no ano de 1995, um mandado de segurança impossibilita que o projeto seja votado na Câmara de Vereadores. Em 1997, é escolhida pela prefeitura uma área junto ao Parque Marinha do Brasil, porém, no ano seguinte, uma liminar, fruto de uma forte pressão dos moradores do bairro Menino Deus, impossibilita a construção da pista neste local. Após estas inúmeras polêmicas em relação à possibilidade, ou não, da construção em diversas localidades da cidade, a Prefeitura de Porto Alegre anuncia no ano de 2002 a escolha do Porto Seco como local para a montagem da estrutura fixa que receberia os desfiles das escolas de samba. No ano de 2004 se iniciam os desfiles na localidade, onde são realizados até hoje. Porém, o projeto do que seria o Complexo Cultural do Porto Seco ainda não foi concluído. Além disso, o Porto Seco é uma região da cidade localizada no bairro Rubem Berta, no extremo norte de Porto Alegre, afastado da região central onde costumeiramente se realizavam os desfiles.

A escolha do Porto Seco como sede dos desfiles apresenta um significado único em

relação à mudança que representa para o Carnaval da cidade. Frente à amplitude da decisão e todos os elementos da sociedade que são influenciados com essa retirada dos desfiles da área central da cidade, surge o seguinte problema de pesquisa: em que medida os atores da sociedade civil envolvidos com o tema dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre consideram que influenciaram a formação da agenda e a tomada de decisão do Poder Público municipal?

Há um debate corrente no tocante à democracia que busca revelar a existência ou não de condições estruturais de colocá-la em prática dentro do sistema capitalista, visto os ganhos distributivos para os setores sociais desfavorecidos que esta prevê e os limites impostos à propriedade, em contrapartida da multiplicação de espaços públicos (AVRITZER; SANTOS, 2003). Dentro deste contexto, o presente trabalho propõe analisar se e em que condições as comunidades populares ligadas ao carnaval de Porto Alegre, muitas vezes periféricas, e com uma grande população negra, estão se sentindo inseridas nos espaços públicos da cidade, e se consideram que estes espaços vêm sendo privilegiados pelo setor público.

Segundo Dagnino (2004), a adoção do projeto neoliberal acarretou uma restrição da participação para a chamada “participação solidária”, representada pelo trabalho voluntário e pela “responsabilidade social”, despindo o significado político e coletivo da participação, e reduzindo os espaços públicos de debate. Em relação à sociedade civil, há o surgimento do chamado “terceiro setor” que restringiu o termo “sociedade civil” às organizações não governamentais e marginalizou os movimentos sociais. É necessário, portanto, observar de que forma os atores da sociedade civil envolvidos neste processo da escolha do Porto Seco como local dos desfiles das escolas de Samba de Porto Alegre se viram ativos e participativos neste processo, uma vez que se faria necessário considerar a influência de movimentos não identificados como ONGs e oriundos das camadas populares da cidade.

Levando em conta as discussões apontadas envolvendo elementos como democracia, participação e sociedade civil, é possível perceber diferentes posicionamentos em relação ao assunto. Por este motivo, e considerando o impacto que a saída dos desfiles das escolas de samba da área central da cidade provoca para diversos membros da sociedade, é importante se ter a percepção do quanto diferentes atores, em diferentes perspectivas, se sentem inseridos neste processo de tomada de decisão do Poder Público de Porto Alegre.

O presente trabalho apresenta como objetivo geral analisar a participação da sociedade carnavalesca na formação da agenda e na tomada de decisão do Poder Público municipal de Porto Alegre no processo da transferência dos desfiles das escolas de samba para o Complexo Cultural do Porto Seco.

Os objetivos específicos são: descrever o processo que acarretou na decisão do Poder Público Municipal de Porto Alegre de realizar os desfiles das escolas de samba no Complexo Cultural do Porto Seco; identificar os atores da sociedade civil envolvidos nesta temática; apontar a percepção, os interesses e os recursos de poder destes atores em relação ao assunto; e avaliar se e em que condições as comunidades ligadas ao Carnaval de Porto Alegre, em suas maiorias periféricas e negras, estão se sentindo inseridas nos espaços públicos da cidade.

Levando em conta o problema identificado e os objetivos propostos, o método utilizado neste trabalho será o hipotético-dedutivo, com a hipótese inicial de que as populações historicamente marginalizadas que integram a maior parte da sociedade carnavalesca não dispuseram de instrumentos, nem de influência que possibilitassem a sua participação dentro do processo de tomada de decisão da retirada dos desfiles das Escolas de Samba da região central da cidade de Porto Alegre. Assim sendo, serão descritas e analisadas fontes bibliográficas como documentos e matérias de jornais. Também serão realizadas entrevistas junto a pessoas que representam entidades envolvidas neste processo, além de questionário aplicado a indivíduos que fazem parte da sociedade carnavalesca.

Em relação à estrutura do trabalho, será apresentado um referencial teórico abordando inicialmente a temática da sociedade civil. Após, serão observados algumas abordagens relativas à democracia e participação. Na sequência, serão vistas as questões referentes às políticas públicas, à cidadania e aos direitos. Finalizando o referencial, serão expostos alguns detalhes do direito à cultura.

O capítulo seguinte fará uma descrição do processo que resultou na tomada de decisão de deslocar os desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para a região do Porto Seco. Para isso, primeiramente será feita uma explicação mais aprofundada do método de pesquisa escolhido para este trabalho. Para além, serão vistos alguns elementos como o aspecto histórico do Carnaval de Porto Alegre, os atores da sociedade civil envolvidos no processo, e detalhes da tomada de decisão por parte do Poder Público.

Na sequência será feita uma análise deste processo descrito, através de observações relacionadas aos elementos abordados no capítulo anterior. Além disso, serão apreciados os dados obtidos junto à sociedade carnavalesca através de questionário. A análise de todos estes resultados permitirá o fechamento deste capítulo e de, na sequência, realizar as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico busca estabelecer um levantamento bibliográfico que auxilie na apreciação do problema de pesquisa proposto. Dito isto, inicialmente serão observadas questões relacionadas à sociedade civil. Para isso, analisar-se-ão conceitos referentes à temática, que conta com muitas visões diversificadas, e o contexto atual, que, para alguns autores, modificou de forma significativa o entendimento de sociedade civil.

Na sequência, se observarão as conceituações de democracia e participação, além das variadas visões relacionadas a estas temáticas e das relações existentes entre elas. Dentro deste contexto, serão abordados assuntos como: as disputas estabelecidas em relação aos conceitos de democracia e participação, a importância da Constituição Federal de 1988 na construção de um projeto participativo no Brasil, além da possibilidade de se construir escalas atreladas à temática da participação.

Após, será explorado o conceito de políticas públicas. Será abordada a questão da diferença entre os termos “política” e “política pública”, e também se explorará as questões referentes ao ciclo de políticas públicas. Encerrando esta temática, serão citados os principais tipos de políticas públicas e observadas suas principais características.

Para além, serão vistas as questões referentes ao conceito de cidadania e direitos, dando ênfase ao modo como a Justiça vem se comportando no momento de executar suas atribuições. Finalizando o presente referencial, será trazido o conceito de cultura e a relevância deste. Ainda aqui serão especificadas algumas características atreladas à questão do Direito à Cultura, visto o caráter do evento relacionado à temática do presente trabalho.

2.1 SOCIEDADE CIVIL

Segundo Ivo Tonet (2007), a sociedade civil, sob uma visão baseada na obra de Gramsci, é um momento da superestrutura, e faz parte de uma noção ampliada de Estado, ou seja, aqui a sociedade civil está dentro do Estado, juntamente com a denominada “sociedade política”. Conforme o autor, em relação ao conceito gramsciano,

é preciso assinalar que sua elaboração se dá no contexto teórico de combate ao liberalismo, que via o Estado como guardião neutro das liberdades, e ao economicismo, que concebia o Estado como uma emanção direta da economia e, a partir daí, como um instrumento imediatamente manipulado pelas classes dominantes. Daí o seu empenho em distinguir no interior da forma geral da dominação a riqueza da sua particularidade (TONET, 2007, p. 4).

Conforme Antonio Gramsci (1972, p. 165 apud WANDERLEY, 2012, p. 15) “Estado = sociedade política + sociedade civil, quer dizer, hegemonia revestida de coerção”. Para Evelina Dagnino (2004) com o advento do neoliberalismo e, a partir da consequente diminuição da atuação do Estado, a noção de sociedade civil ganha uma nova concepção. Há o surgimento do termo “terceiro setor”, havendo, portanto, uma desvinculação do Estado e uma diferenciação também em relação ao mercado. Estas mudanças acarretaram em uma marginalização dos movimentos sociais, restringindo o termo “sociedade civil” para designar as organizações não governamentais (ONGs), fazendo com que ocorresse um processo de “onguização” destes movimentos sociais. A autora destaca que

o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências, acentuada pela nebulosidade que cerca as diferentes intenções que orientam a participação. Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores, de membros das organizações não-governamentais (ONGs) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que, de uma maneira ou de outra, vivenciam a experiência desses espaços ou se empenharam na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam. Elas percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político: “o que estamos fazendo aqui?”, “que projeto estamos fortalecendo?”, “não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado?”. O risco – real – que elas percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico.

O apontamento feito remete para uma reflexão desta nova concepção, onde são repassadas para a sociedade civil tarefas típicas de Estado. Percebe-se que as organizações estão concluindo que estão atuando em projetos contrários às suas ideologias.

Este contexto está relacionado à denominada “sociedade civil organizada”. Ivan Marx diz que

Pode-se afirmar, por ora, que a "Sociedade civil organizada" é uma parte da sociedade civil que se organiza na luta por maior inserção na atividade política, legitimada, principalmente, pela ocorrência de duas determinantes: a impossibilidade de resolução dos grandes problemas, que hoje assolam a humanidade, através de ações apenas governamentais ou de mecanismos de mercado; e em função da atual situação de descrédito nos sistemas de representação política (MARX, 2006).

Marx (2006) nota a “sociedade civil organizada” como algo oposto ao Estado. Segundo o autor “a 'Sociedade civil organizada' vem recebendo uma conceituação oposicionista, como pode vislumbrar-se da denominação ONGs, dedicada às organizações

internacionais da sociedade civil que buscam atuação na esfera política. Como se pode notar, este termo refere-se àquilo que não seja estatal” (MARX, 2006). Para Rosa Maria Fischer e Andrés Pablo Falconer (1998) a adoção do termo “ONG” pelas entidades brasileiras se deu por influência de financiadores internacionais. Por outro lado, diversas entidades não compactuam com esta denominação, por ela ser restritiva e omitir princípios e valores que são importantes do ponto de vista ideológico.

Nesta mesma percepção de disputa pelo conceito de sociedade civil, Marco Aurélio Nogueira (2003, p. 186) aponta que

empregam-no tanto a esquerda histórica quanto as novas esquerdas, tanto o centro liberal quanto a direita fascista. Os vários interlocutores referem-se a coisas distintas, mas empregam a mesma palavra [...] a sociedade civil serve para que se faça oposição ao capitalismo e para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, para que se proponham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Busca-se apoio na idéia tanto para projetar um Estado efetivamente democrático como para se atacar todo e qualquer Estado. É em nome da sociedade civil que muitas pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as interferências e regulamentações feitas pelo aparelho de Estado. Apela-se para a sociedade civil com o propósito de recompor as “virtudes cívicas” inerentes à tradição comunitária atormentada pelo mundo moderno, assim como é para ela que se remetem os que pregam o retorno dos bons modos e dos bons valores. É em seu nome que se combate o neoliberalismo e se busca delinear uma estratégia em favor de uma outra globalização, mas é também com base nela que se faz o elogio da atual fase histórica e se minimizam os efeitos das políticas neoliberais.

2.2 DEMOCRACIA

Para trabalhar a definição de democracia é necessário levar em conta que há muitas e diferenciadas visões em relação a esta. Feita esta observação, no que se refere à “teoria contemporânea da democracia”, é possível dizer que esta “vincula-se a um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional. O elemento democrático característico do método é a competição entre os líderes (elite) pelos votos do povo, em eleições periódicas e livres” (PATEMAN, 1992, p. 25). Portanto, nesta concepção de democracia a eleição é a única forma onde a população tem um poder de escolha, restrito a determinar qual elite irá governar no período determinado. A participação nesta forma democrática

constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. Por conseguinte, a função da participação nessa teoria é apenas de proteção; a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados. É na realização desse objetivo que reside a justificação do método democrático (PATEMAN, 1992, p. 25).

Além de “teoria contemporânea da democracia” outros termos são utilizados para definir esta concepção de democracia, como por exemplo, “democracia representativa” que pode ser vista na obra de Jacques Rancière. Tal autor alerta que a democracia representativa é “uma forma oligárquica, uma representação das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns” (RANCIÈRE, 2014, p. 69). O autor defende que a representação não é a forma modernizada de amenizar os impactos das atuais sociedades mais populosas, mas sim a forma das oligarquias perpetuarem seu domínio. Em relação à eleição, ela “não é em si uma forma democrática pela qual o povo faz ouvir sua voz. Ela é originalmente a expressão de um poder superior pede e que só é de fato consentimento na medida em que é unânime” (RANCIÈRE, 2014, p. 69). Da mesma forma, Dejalma Cremonese (2012) defende esta corrente como sendo a dos institucionalistas. Estes defendem que cabe aos cidadãos de tempos em tempos decidir quais as elites que fariam parte do governo através do processo eleitoral.

Utilizando termos como “democracia hegemônica”, “democracia formal” e “democracia liberal” para definir este contexto, Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2003), a partir da obra de Joseph Schumpeter, defendem que nesta realidade a democracia é vista como forma ao invés de substância, ou seja, a função dos cidadãos em uma democracia formal se resume em escolher os representantes. Baseados na produção de Max Weber os autores também concluem que a burocracia aproveita a democracia para determinar o critério de seleção de governantes, estando caracterizada uma “democratização passiva”. Além disso, tais autores ainda notam que, a partir da obra de Robert Dahl, é possível afirmar que a democracia hegemônica busca provar ser a única maneira de superar a questão do aumento populacional nas sociedades modernas.

A possibilidade de que as soluções da sociedade estejam submetidas à escolha popular em um Estado oligárquico na verdade pode acarretar problemas. Nesta concepção a escolha deve depender exclusivamente da ciência dos especialistas. “Ora, as soluções certas são reconhecidas pelo fato de que não precisam ser escolhidas, pois decorrem do conhecimento objetivo das coisas, que é assunto para o saber especialista, e não para a escolha popular” (RANCIÈRE, 2014, p. 100). Cremonese (2012) vê uma decepção cada vez maior com a democracia representativa, devido à distância das instituições políticas em relação às aspirações populares.

Por outro lado, Cremonese (2012) observa na corrente dos participativistas a defesa de uma maior participação da sociedade civil, diretamente na função de governo. Além disso, o autor vê a participação como um elemento central da democracia, visto que esta última nunca

abriu mão, nos seus diversos contextos, da participação, em alguns momentos de grupos mais restritos, representados pelas elites, e em outros de esferas mais abrangentes que agem em diferentes canais do âmbito político como também do social. Segundo Pedro Demo (1999, p. 120 apud CREMONESE, 2012, p. 79) “pode-se considerar que a participação e a democracia sejam sinônimos”.

Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2003) define este contexto como sendo o da “democracia não hegemônica” ou “democracia participativa”. Para expandir esta visão democrática o autor aponta ser necessário fortalecer a “demodiversidade”, ou seja, preservar o multiculturalismo e as experiências participativas. Para além disso, é preciso fortalecer a articulação contra-hegemônica entre o local e o global através da expansão de experiências alternativas exitosas de participação. Por fim, é importante ampliar o “experimentalismo democrático” na forma de condição necessária para a garantia da pluralização cultural, racial e distributiva da democracia.

2.3 PARTICIPAÇÃO

Conforme indica Juan Diaz Bordenave (1989) a participação consiste em uma “necessidade fundamental do ser humano”. Para ele, “a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos” (BORDENAVE, 1989, p. 16). O autor destaca ainda que as pessoas participam em esferas como a família, a comunidade e o trabalho. Cremonese (2012) aponta duas visões em relação à participação: uma fazendo referência à natureza do homem e outra a atrelando com a necessidade, visto que os homens vivem e convivem com semelhantes, tentando ultrapassar os obstáculos que surgem no dia-a-dia.

As participações na família, nas associações, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, converteriam para a definição de microparticipação. Já a macroparticipação implica em uma visão mais larga da sociedade como um todo, na intervenção em lutas sociais, econômica e políticas, e na intervenção nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade. É importante observar que a participação no nível micro compõe a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro (BORDENAVE, 1989).

Bordenave (1989) entende que o interesse por participar vem aumentando nos últimos anos, inclusive como uma espécie de “reação defensiva” à alienação crescente, efeito inicial

provocado pela civilização moderna, principalmente no que se refere ao individualismo. Se antes era entendido que os homens temiam à liberdade, trocando-a pela segurança do autoritarismo, hoje os movimentos populares se levantam contra regimes que negam ao povo o direito de participar. Essa intensificação se dá pelo fato de que há um descontentamento com a marginalização da população em relação a assuntos de interesse geral que são decididos por uma minoria. O autor vê que o maior erro das ditaduras é entenderem que o povo se sente aliviado em não tomar decisões, porém a maior parte da população prefere a democracia, não só baseada nas eleições, mas na democracia como um “estado de espírito” e uma forma de relação entre as pessoas. Cremonese (2012) defende que a participação não pode ser vista como uma questão social, mas, além disso, como uma questão política.

Conforme o autor “pode-se definir a participação política como o número e a intensidade de indivíduos e grupos envolvidos nas tomadas de decisão” (CREMONESE, 2012, p. 83). Além disso, são indicadas três formas distintas para a ocorrência da participação política: a participação convencional, que é determinada por meios institucionais, ou seja, leis e normas, como nos casos de eleição e de militância partidária; a participação não convencional que se relaciona com a utilização de meios extrainstitucionais, contrariando regras estabelecidas, como no caso da ocupação de prédios ou terrenos e na ocupação de vias públicas; e a participação comunitária, baseada no apoio das comunidades locais através de movimentos de bairros e associações comunitárias, por exemplo.

Para os setores progressistas, conforme Bordenave (1989), a participação é pensada como uma facilitadora da consciência crítica e do poder de reivindicação da população, e para os planejadores democráticos a participação garante o controle do povo sobre as autoridades, garantindo uma melhor qualidade dos serviços. Segundo Cremonese (2012), as classes populares e trabalhadoras enxergam na participação um processo de lutas, no qual o povo tenta assumir e buscar a sua “parte”. Estará formada a degeneração do Estado caso os cidadãos não viverem o bem comum em conjunto, ou em intermédio, dos seus governantes. “Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa” (BORDENAVE, 1989, p. 17).

É possível notar que há diversos tipos de participação. Eles podem ser definidos como: a participação de fato, quando a participação é inevitável; a participação espontânea, que está ligada à satisfação de necessidades psicológicas; a participação imposta, onde o indivíduo é obrigado a fazer parte de um grupo; a participação voluntária, onde o grupo é criado pelos próprios participantes, estabelecendo seus próprios objetivos e métodos; a participação

provocada, onde um agente externo propicia que um grupo atinja os seus próprios objetivos, ou os objetivos do agente; e a participação concedida, onde os subordinados estabelecem uma influência legitimada por eles e por seus superiores (BORDENAVE, 1989).

Cremonese (2012) alerta para a importância da Constituição Federal de 1988 no estabelecimento das diretrizes do processo participativo no Brasil. “Após a elaboração da Constituição Federal de 1988 percebem-se alguns avanços na democracia brasileira. É notória a crescente participação da sociedade civil, que busca, em sinergia com o Estado, a gestão e a instituição de políticas públicas”.

O parágrafo único do artigo 1º da Constituição Brasileira prevê que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos determinados por esta Constituição. Visto isso, o artigo 14 aponta que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; e III - iniciativa popular.

Dagnino (2004) também nota a importância da Constituição Federal de 1988 neste contexto. Ela aponta a existência de um processo de alargamento da democracia no Brasil. Segundo a autora

O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos 80 ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental. No percurso desse projeto, desde então, dois marcos importantes devem ser mencionados. Primeiro, o fato de que o restabelecimento da democracia formal, com eleições livres e a reorganização partidária, abriu a possibilidade de que este projeto, configurado no interior da sociedade e que orientou a prática de vários dos seus setores, pudesse ser levado para o âmbito do poder do Estado [...] Segundo, e como consequência, durante esse mesmo período, o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático (DAGNINO, 2004, p. 141).

Segundo Dagnino (2004) a disputa entre um processo de alargamento democrático e o projeto neoliberal presente no Brasil no período pós-ditadura se estende para o campo conceitual. Em relação à participação, este processo implicou em uma aproximação cada vez maior do conceito com a “participação solidária”, ou seja, está cada vez mais ligada ao trabalho voluntário e à “responsabilidade social”, adotando uma perspectiva privatista e individualista, despindo a participação do seu significado político e coletivo e acabando com

os espaços públicos de debate. Rancière alerta para uma apropriação das esferas públicas por parte do próprio Estado, impossibilitando uma maior participação da maior parte da população. O autor diz que “todo governo tende a estreitar essa esfera pública, a transformá-la em assunto privado seu e, para isso, a repelir para a vida privada as intervenções e os lugares de intervenção dos atores não estatais” (RANCIÈRE, 2014, p. 72).

Leonardo Avritzer e Boaventura Santos (2003) alertam para o risco que a participação tem de sofrer um processo de cooptação ou de integração por parte de grupos sociais superincluídos, já que ela combate interesses e concepções hegemônicas. É retirado da participação o seu potencial democrático e o de transformação das relações de poder. Os autores alertam que

os objetivos de inclusão social e de reconhecimento das diferenças foram sendo pervertidos e convertidos no seu contrário. Ao perigo de perversão e de descaracterização não estão, de modo nenhum, imunes as práticas de democracia participativa. Também elas, que visam ampliar o cânone político e, com isso, ampliar o espaço público e os debates e demandas sociais que o constituem, podem ser cooptadas por interesses e atores hegemônicos para, com base nelas, legitimar a exclusão social e a repressão da diferença (AVRITZER & SANTOS, 2003, p. 24).

Em relação a isto, Bordenave (1989) vê que os setores tradicionalmente não muito favoráveis à elevação do poder popular também têm apoiado a “participação”, visando à manutenção de uma situação do controle de muitos por alguns.

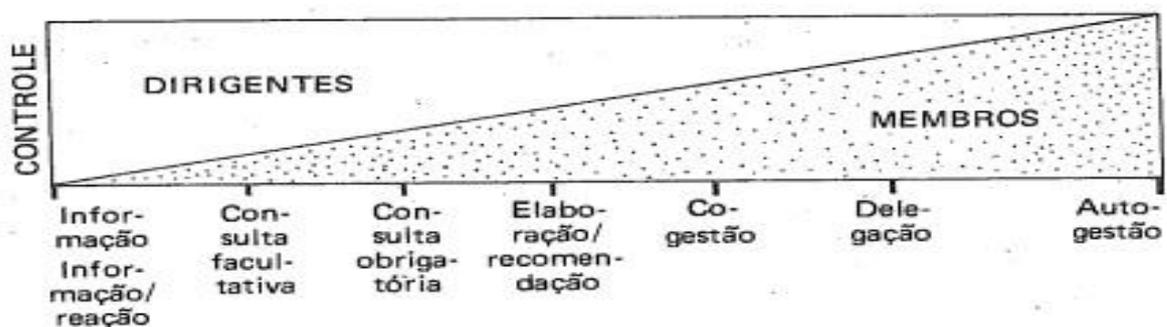
Para Bordenave (1989), a marginalidade é o processo contrário ao processo de participação, significando estar às margens de algum processo, acarretando a não intervenção neste. Ainda discorrendo sobre o tema, o autor constata que “a marginalidade de alguns grupos não é, de maneira alguma, consequência de 'atrasos', mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido” (BORDENAVE, 1989, p. 19). Conforme esta análise define-se que não há marginalidade, mas sim um processo de marginalização. Em vista disso, o autor indica para a necessidade de um novo enfoque para a participação.

Neste novo enfoque, a participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa da sua construção, o que é feito através da tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis. No novo contexto, a participação já não tem o caráter “consumista” atribuído pela teoria da marginalidade, mas o de processo coletivo transformador, às vezes contestatório, no qual os setores marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio e não como convidados de pedra, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural (BORDENAVE, 1989, p. 20).

Através da abrangência do controle por parte dos variados atores de uma organização frente a esta, Bordenave (1989) estabelece graus de participação. O menor destes graus é o da “informação”, onde os dirigentes apenas informam aos membros de uma organização as decisões já tomadas. Para o autor isto se reflete em um grau de participação, pois em muitos casos nem ocorre este repasse de informações para os subordinados. A reação dos membros em relação às informações passadas pode ser levada em conta ou não. O segundo grau é a “consulta facultativa”. Nela, pode-se consultar ou não os subordinados através da solicitação de críticas, sugestões ou dados para a resolução de problemas. Ao contrário, no próximo grau, denominado de “consulta obrigatória”, os subordinados devem ser consultados em determinadas questões, o que não garante que suas opiniões serão levadas em conta na hora da tomada de decisões.

O grau seguinte é a “elaboração/recomendação”, no qual os subordinados elaboram e recomendam medidas aos responsáveis pela gestão. Aqui as sugestões podem ser levadas em conta ou não, porém é sempre necessário justificar esta posição. Já na “co-gestão”, que é o próximo grau, a administração é compartilhada através dos mecanismos de co-decisão e colegialidade. É possível notar neste grau uma grande influência por parte dos administrados em relação à eleição de um plano de ação e à tomada de decisões. A “delegação” é o penúltimo grau de participação, onde há uma autonomia dos subordinados em determinados campos ou jurisdições. Mesmo com algumas limitações impostas aos administrados, estes devem ter poder de tomada de decisão sem a necessidade de consulta aos superiores. Chega-se então ao último grau, que é a “autogestão”, onde os objetivos são determinados pelo grupo. Neste, não há a diferenciação administrado/administradores, uma vez que se tem a auto-administração. Esta relação está ilustrada na figura seguinte.

Ilustração 1 – Esquema dos graus de participação estabelecidos por Bordenave



Bordenave (1989) estabelece ainda conforme a importância das decisões que podem ser organizadas, níveis de participação. O nível 1 é o mais alto, e prevê a formulação da doutrina e da política da instituição. O nível 2, por sua vez, se refere à determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias. O nível 3 faz referência à elaboração de planos, programas e projetos. Já o nível 4 está relacionado à alocação de recursos e à administração de operações. O nível 5 propicia a execução das ações. Por fim, o nível 6 limita-se a uma avaliação dos resultados. Tem-se, portanto, que

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as consequências das decisões cá em baixo [...] Quando o governo controla a participação do povo, mas não é controlado pelo povo, é sinal de que ainda falta muito para chegar à sociedade participativa. Nesta, o povo exerce o controle final das decisões, nos mais elevados níveis (BORDENAVE, 1989, p. 34).

Já Sherry Arnstein (2002) propõe a existência de “oito degraus na escada da participação-cidadã” baseada no nível de poder do cidadão em decidir os resultados. O primeiro degrau é o da “manipulação”, onde, sob a suposta perspectiva de participação cidadã, as pessoas são convidadas a fazerem parte de comitês ou conselhos consultivos sem nenhum poder de decisão, apenas servindo para os grupos que detêm o poder de decisão “educarem” ou conseguirem o apoio destas pessoas. O segundo degrau, que encerra a área da “não-participação”, se refere à “terapia”, onde as pessoas que não possuem poder, sob o pressuposto de sofrerem de distúrbios mentais, são submetidas à terapia grupal onde se tenta curar suas “patologias” (que são os problemas que as rodeiam), mas os motivos que causam as “patologias” não são combatidos.

Na área dos “níveis de concessão mínima de poder”, temos o terceiro degrau referente à “informação”, que ocorre em mão única, dos técnicos para os cidadãos, geralmente no final dos processos, não existindo a oportunidade de retorno ou o poder de negociação, se dando principalmente através de notícias na imprensa, panfletos, pôsteres, pesquisas de opinião e reuniões. O quarto degrau é a “consulta”, que solicita a opinião das pessoas através de instrumentos como pesquisas de opinião, assembleias de bairro e audiências públicas, mas é insuficiente a partir do momento de que não há nenhuma garantia de que as opiniões serão levadas em conta e as opções não são apresentadas com clareza. O quinto degrau é a “pacificação”, que propõe a colocação de algumas pessoas pobres em colegiados, mas

também se mostra insuficiente, visto que estas pessoas são escolhidas pelos poderosos, e se estas não são legitimadas pela comunidade, e se a elite tiver a maioria dos assentos, os desfavorecidos perdem facilmente as votações, sem esquecer que mesmo ultrapassando estas barreiras, a decisão final ainda continua na mão dos poderosos.

A última área denominada de “níveis de poder cidadão” inicia no sexto degrau que é o da “parceria”, onde há efetivamente uma redistribuição do poder, conquistada através da luta das pessoas, com uma negociação entre cidadãos e tomadores de decisão, através de estruturas como conselhos paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflito. O sétimo degrau se refere à “delegação de poder”, onde é garantido aos cidadãos o poder deliberativo em um determinado plano, e as divergências com os poderosos podem ser resolvidas de forma negociada, sem a necessidade de organizar pressão, ou, no caso da negociação não ter sucesso, os cidadãos têm poder de veto sobre o planejamento. O oitavo e último degrau é o “controle cidadão” que ocorre quando os cidadãos podem gerir um programa público ou uma organização, negociando as condições sob as quais “externos” poderão introduzir mudanças. As divisões e subdivisões desta escala estão representadas na figura seguinte.

Ilustração 2 – Escada da participação-cidadã de Arnstein

8 Controle Cidadão	Níveis de poder cidadão
7 Delegação de Poder	Níveis de poder cidadão
6 Parceria	Níveis de poder cidadão
5 Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4 Consulta	Níveis de concessão mínima de poder
3 Informação	Níveis de concessão mínima de poder
2 Terapia	Não-participação
1 Manipulação	Não-participação

Fonte: ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

Uma terceira escala de participação foi produzida por Robin Hambleton e Paul Hogget. Segundo Amalia Guillen, Karla Sáenz, Mohammad Badii e Jorge Castillo (2009), ela

é uma versão posterior da escada de Arnstein. No entanto, neste modelo a escada possui doze degraus distribuídos em três áreas. Os primeiros quatro degraus denominados “decepção cidadã”, “consulta cínica”, “informação pobre” e “cuidado da cidadania”, pertencem à área da “não-participação cidadã”, se referem a processos de informação de uma via, onde as autoridades atingem o cidadão com campanhas publicitárias, e ao mesmo tempo o distraem, fazendo com que não pratique sua cidadania e sua participação de fato.

Os próximos seis degraus estão na área da “participação cidadã”, sendo eles a “informação de alta qualidade”, a “consulta genuína”, os “conselhos de assessoria efetiva”, a “descentralização limitada”, a “co-participação” e o “controle desapegado”. Eles permitem a informação de alta qualidade, podendo haver uma negociação em relação à atuação governamental, havendo para o autor, uma verdadeira participação.

Os dois últimos degraus são o “controle baseado na confiança” e o “controle independente”. Eles pertencem à área do “controle cidadão” e são baseados na participação da sociedade civil nas suas diversas formas de associação, sendo esta participação autônoma com o poder de decisão. A escada de Hambleton e Hogget está esquematizada na figura subsequente.

Ilustração 3 – Escada do níveis de participação de Hambleton e Hogget

12	Control Independiente	Control Ciudadano
11	Control basado en la Confianza	
10	Control Delegado	Participación Ciudadana
9	Co-participación	
8	Descentralización limitada	
7	Consejos de Accesoría Efectiva	
6	Consulta Genuina	
5	Información de Alta Calidad	
4	Cuidado ciudadanía	No participación Ciudadana
3	Información Pobre	
2	Consulta cínica	
1	Decepción Ciudadana	

Fonte: GUILLEN, Amalia; SÁENZ, Karla; BADII, Mohammad; CASTILLO, Jorge. Origen, espacio y niveles de participación ciudadana. Daena: International Journal of Good Conscience, p. 179-193, mar. 2009. Disponível na Internet: <<https://www.yumpu.com/es/document/view/4485362/origen-espacio-y-niveles-de-participacion-ciudadana/7>> ISSN 1870 - 557X

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme indica Enrique Saravia (2007, p. 26) no decorrer dos anos 1980 houve um enriquecimento da dinâmica estatal através de transformações no campo da tecnologia, da economia e da administração. A tecnologia facilitou a descentralização e a participação do ponto de vista operacional, democratizando o sistema político, e tornando as mudanças sociais possíveis e desejáveis. Isso acarretou em uma mudança de concepção da atividade governamental, passando a ação baseada no planejamento a ter a ideia de política pública. Para os autores, “o processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças de contexto” (SARAVIA, 2007, p. 28). Além disso, Joan Subirats (1992, p. 27) defende que a evolução do Estado e o aumento de suas funções, complementada da estatização de muitos ambientes da atividade social, e a superação do mito liberal da radical separação entre a sociedade e o Estado, vieram acompanhadas de uma progressiva constitucionalização das relações políticas, garantindo a validade deste sistema constitucional.

Para Eugenio Parada (2007, p. 67), a política é uma entidade diferente das políticas públicas, porém se influenciam de modo recíproco, visto que ambas tem a ver com o poder social. A política faz referência a um conceito mais amplo, e as políticas públicas se referem a soluções específicas de manejo dos assuntos públicos. “As políticas públicas são um fator comum da política e das decisões do governo e da oposição. Assim, a política pode ser analisada como a busca de estabelecer políticas públicas sobre determinados temas ou de influir nelas” (PARADA, p. 67).

Maria das Graças Rua (2009, p. 19) faz essa diferenciação entre a política e a política pública utilizando os termos advindos da língua inglesa *politics* e *policy*. A política se refere às negociações feitas e aos acordos construídos entre os variados atores da sociedade para atender às reivindicações, porém sem gerar novos conflitos, ou seja, *politics*. Já a política pública é a formulação de propostas, tomadas de decisões e sua implementação por organizações públicas, com foco em temas que influenciam na coletividade, gerando interesses e conflitos, ou seja, *policy*.

Saravia define a política pública como

um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma

forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2007, p. 28).

Parada (2007, p. 67) defende que o objetivo dos políticos é estabelecer políticas públicas de sua preferência, ou bloquear as que não lhe são convenientes, sendo os governos os instrumentos que viabilizam a realização das políticas públicas. É importante lembrar que as políticas públicas podem ser de mais de um governo, caracterizando uma política de Estado. O processo de política pública não é tranquilo, onde cada ator social conhece e determina um papel determinado. Além disso, “os atores administrativos, políticos e seus analistas constatarem igualmente a extrema complexidade das políticas públicas e as aparentes debilidades do Estado para cumpri-las” (SARAVIA, 2007, p. 29).

Conforme aponta Parada (2007, p. 68), através das políticas públicas se pode estreitar as discussões políticas, diferenciar problemas e soluções de maneira específica, apontar as diferenças, relacionar os temas as soluções mais amplas, implantar esforços compartilhados e participar de maneira específica. Segundo Saravia as políticas públicas possuem caráter

a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante; b) decisório: a política é um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; c) comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social (SARAVIA, 2007, p. 31).

Parada (2007, p.68) defende que uma política pública de excelência se refere àquela em que as ações e fluxos da informação estão relacionados a um objetivo político definido de forma democrática, ou seja, as políticas públicas que são desenvolvidas pelo setor público, com a participação da comunidade e do setor privado. A excelência formal das políticas públicas não é uma garantia de execução dos seus conteúdos principais, visto que estes podem ser inconsistentes em relação aos mecanismos propostos ou às soluções institucionais definidas. Saravia (2007, p. 32) ainda alerta que os formatos das políticas públicas variam de uma sociedade específica para outra, sendo que seu “estágio de maturidade” influenciará na

estabilidade e na eficácia das políticas públicas, através de elementos como a participação dos grupos interessados e na limpidez dos procedimentos de decisão.

Conforme a obra de Parada (2007, p. 73) “a governabilidade pode assegurar-se de modo autoritário, pelo menos por um tempo, porém é provável que ela se dê de modo excludente e instável. A democracia, em compensação, é o sistema que possibilita uma governabilidade incluyente e estável”. Na democracia essencialmente há um conflito na formação das políticas públicas entre os interesses particulares. Subirats (1992, p. 44) aponta que as políticas públicas são influenciadas por uma “rede de atores” que se criam ao redor do problema e da funcionalidade ou disfuncionalidade das diversas ações aplicadas por eles para alcançar os objetivos que perseguem. Assim sendo, pode-se concluir a influência dessas interações comparando os resultados obtidos com os resultados previstos ou prescritos por parte dos mecanismos de decisão legitimados através da representação política.

2.4.1 Ciclo de Políticas Públicas

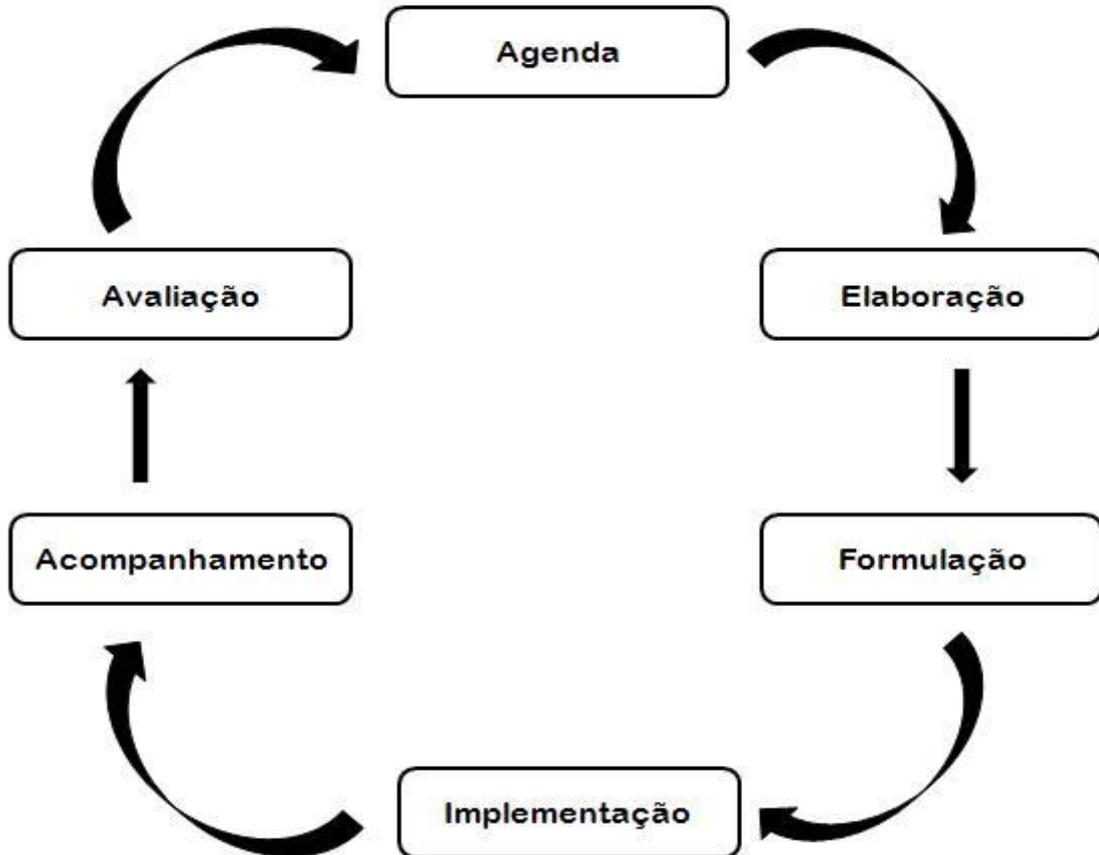
Parada (2007, p.72) aponta para a possibilidade de distinção de quatro etapas nas políticas públicas, sendo elas a origem, o desenho, a gestão e a avaliação. Cada um desses processos tem uma natureza específica, onde é possível a aceitação de determinada política, seu redesenho ou sua extinção. Saravia demonstra a existência de diversos estágios, onde em cada um deles os atores, as coalizões, os processos e as ênfases variam. Portanto, é possível distinguir várias etapas num processo de política pública.

As etapas normalmente consideradas em matéria de política pública – formulação, implementação e avaliação – precisam de certo grau de especificação na América Latina. É necessário, por exemplo, distinguir elaboração de formulação. A primeira é a preparação da decisão política; a segunda, a decisão política, ou a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica. A implementação também deve ser mais detalhada na América Latina. É necessário separar a implementação propriamente dita, que é a preparação para a execução (ou, em outras palavras, a elaboração de planos, programas e projetos), da execução, que é pôr em prática a decisão política (SARAVIA, 2007, p. 32).

Já Rua, identifica que a políticas públicas ocorrem em um ambiente com diversas e problemáticas relações de poder entre os mais diversos atores da sociedade. “Uma forma de lidar com essa complexidade, sem descartar a dinâmica sistêmica, é associar o modelo sistêmico com a teoria do ciclo de política (policy cycle), que aborda as políticas públicas mediante a sua divisão em etapas sequenciais” (RUA, 2009, p. 36). O referido ciclo é

representado conforme a figura seguinte.

Ilustração 4 – Ciclo de Políticas Públicas



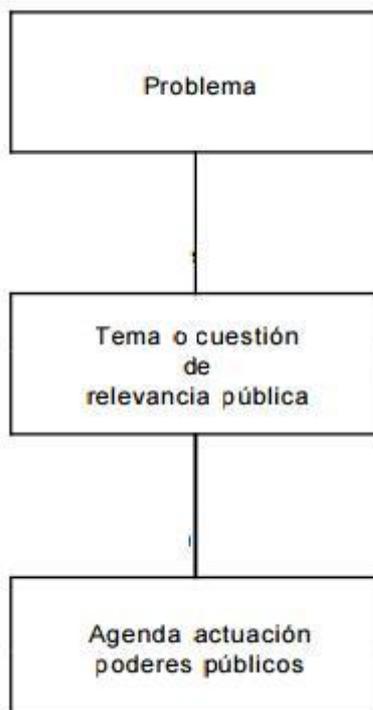
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a obra de Saravia, o primeiro momento de uma política pública é o da agenda ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda (lista de prioridades) do poder público. Essa etapa é caracterizada pelo estudo e pela explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a possuírem uma caracterização de “problema público”, tornando-os objetos de debates e controvérsias políticas. Essa “caracterização” induz e justifica uma intervenção pública na forma de decisões das autoridades públicas. Já Rua define a agenda como

uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse. A agenda de políticas resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai, do conjunto de temas que poderiam ocupar as atenções do governo, aquelas questões que serão efetivamente tratadas (RUA, 2009, p. 66).

Subirats (1992, p. 48) diz que a definição do que é um problema importante de ser resolvido deve ser construída pela sociedade, para depois ser considerado como problema para o Poder Público e fazer parte da sua agenda. Isto pode ser visto no esquema representado na figura a seguir.

Ilustração 5 – Processo de formação de agenda institucional



Fonte: SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas e eficacia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Publicas, 1992, p. 53.

O momento seguinte é o da elaboração que incide na delimitação de um já vigente ou potencial problema, além da busca de possíveis soluções, avaliando custos e efeitos destas, e estabelecendo prioridades. Ao tratar da elaboração da política pública, Subirats (1992, p. 48) aponta que cada nova face ou faceta do problema, cada novo fator que se descobre torna mais complexa a estruturação desta política, mas ao mesmo tempo, estes novos fatores podem ser considerados uma nova oportunidade, ainda não contemplada, para a melhor solução dos problemas.

Subirats argumenta que uma política pública implica em uma série de decisões, como por exemplo, decidir que existe um problema, decidir que se deve resolvê-lo, e decidir a melhor maneira de solucioná-lo. “O processo de elaboração de toda política pública implica decisões e interações entre indivíduos, grupos e instituições, decisões e interações influenciadas sem

dúvida pelas condutas, pelas disposições do conjunto de indivíduos, grupos e organizações afetadas” (SUBIRATS, 1992, p. 41).

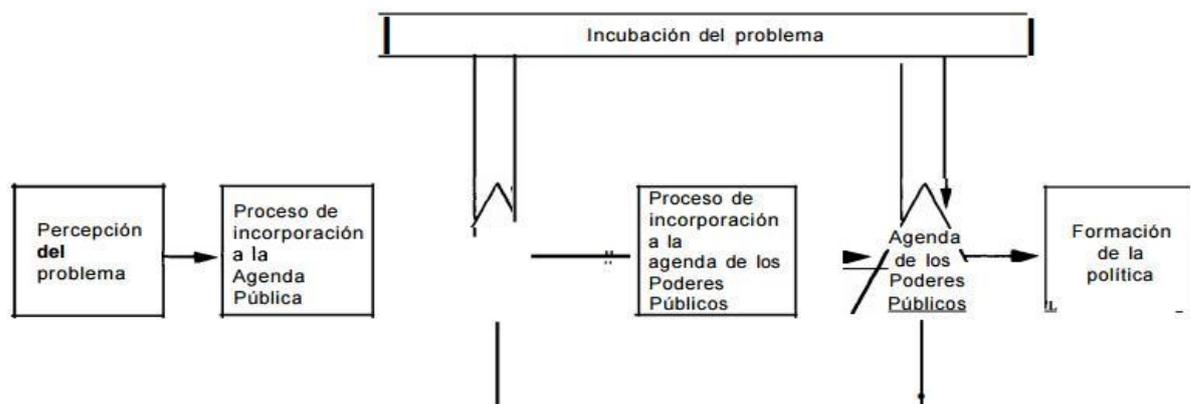
O autor lembra que se faz necessário destacar algumas características dos grupos presentes neste processo, como a sua extensão organizativa, o número de membros afetados pelo problema, a sua estrutura, sua hierarquia, sua organização interna, sua capacidade de acesso à estrutura representativa de quem toma as decisões públicas, e a empatia ou solidariedade existente entre os representantes deste próprio grupo com os afetados pelo problema. Parada (2007, p.73) defende que algumas pessoas e corporações têm maior capacidade de incluir, hierarquizar e excluir temas da discussão social, fazendo com que a agenda pública seja constituída por um jogo de poder.

A etapa posterior é a da formulação, onde é selecionada a solução mais conveniente, havendo na sequência uma “declaração”, contendo a decisão tomada, apontando seus objetivos e o seu marco jurídico, administrativo e financeiro. Segundo Rua

a formulação das alternativas é um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é quando se evidenciam os vários issues e é quando se colocam claramente as preferências dos atores, manifestam-se os seus interesses. E é então que os diversos atores entram em confronto e/ou constroem suas alianças visando decisões favoráveis às suas preferências. Para isso, cada um deles procurará mobilizar seus recursos de poder e pressionar os tomadores de decisão: influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, argumentos de persuasão, votos, organização etc (RUA, 2009, p. 89).

A figura a seguir demonstra o processo desde a agenda, com a percepção de um problema até a formulação de uma política pública.

Ilustração 6 – Diagrama de desenvolvimento da formação da Agenda de atuação dos Poderes Públicos



Na sequência há a implementação, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos que são necessários para a execução da política. Saravia defende que dentro deste processo de implementação é relevante destacar a execução, que é a etapa onde ocorrem as ações voltadas ao alcance dos objetivos estabelecidos. “É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização” (SARAVIA, 2007, p. 34).

Rua (2009, p. 95) por sua vez, expõe que a implementação significa a saída da política pública do papel e seu funcionamento efetivo, envolvendo diversos aspectos do processo administrativo, como a provisão de recursos no orçamento, a formação de equipes, a contratação de servidores, a aquisição de bens e a contratação de serviços. Segundo ela,

a implementação é um processo de diversos estágios que compreende diversas decisões para a execução de uma decisão básica, previamente definida em um conjunto de instrumentos legais. Idealmente essa decisão identifica os problemas a serem resolvidos, os objetivos a serem alcançados e as estruturas (arranjo institucional) de execução. Na prática, a implementação pode ser compreendida como o conjunto de decisões e ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores sobre uma determinada política pública (RUA, 2009, p. 94).

Posteriormente, vem o acompanhamento, um processo de supervisão da execução de alguma atividade, fornecendo informações e introduzindo correções necessárias para atingir os objetivos. Para Rua o acompanhamento está ligado às atividades de supervisão e fiscalização. Segundo ela, esta etapa do ciclo de políticas públicas “corresponde às atividades de registro e documentação do processo de implementação, a fim de assegurar o cumprimento do Plano de Atividades, ou Plano de Ação” (RUA, 2009, p. 112).

Por fim, a avaliação está definida por uma análise posterior dos resultados produzidos pelas políticas públicas aplicadas. “A avaliação é a área da política pública que mais tem se desenvolvido nos últimos tempos” (SARAVIA, 2007, p. 35). Rua expõe que

a avaliação contribui para aperfeiçoar a formulação de políticas e projetos – especialmente tornando mais responsável a formulação de metas – e apontar em que medida os governos se mostram responsivos frente às necessidades dos cidadãos. Pode, ainda, mostrar se as políticas e os programas estão sendo concebidos de modo coordenado ou articulado, e em que medida estão sendo adotadas abordagens inovadoras na resolução de problemas que antes pareciam intratáveis. E pode indicar, também, como vão sendo construídas as parcerias entre governo central e local, entre os setores público, privado e terceiro setor, além de identificar as condições de sucesso ou fracasso dessas parcerias e apontar como podem ser aperfeiçoadas a fim de ganharem abrangência e se tornarem estratégias nacionais das políticas de desenvolvimento (RUA, 2009, p. 110).

Para Saravia o esquema de etapas das políticas públicas possui um maior caráter teórico, visto que na prática geralmente ocorre de forma improvisada e desordenada. Além disso, as políticas públicas são afetadas pelas contingências que afetam a dinâmica estatal e pelas alterações que ocorrem no campo teórico. Destaca-se ainda que “as prioridades outorgadas pelos planejadores não são determinadas – como se pretende – só pela razão técnica: o poder político dos diferentes setores da vida social e sua capacidade de articulação dentro do sistema político são os que realmente determinam as prioridades” (SARAVIA, p. 35). As instituições também tem um caráter decisivo para as políticas públicas, já que condicionam as decisões e sua estrutura, seus quadros e sua cultura organizacional são elementos que configuram a política.

Entre os fatores que influenciam na qualidade da discussão social está o acesso desigual à educação e à internet além da falta de representatividade dos meios de comunicação. Ademais, as forças políticas definem e redefinem a agenda política, incluindo nesta diversos pontos de vista. Há alguns setores sociais subrepresentados na defesa de seus interesses, enquanto outros setores possuem uma capacidade gigantesca de representação. “A participação é um bem que se distribui de maneira muito heterogênea” (PARADA, 2007, p. 75).

Para Parada, (2007, p. 83), a opinião pública pode afetar mais a agenda do que as políticas em si, visto que os atores que influenciam nas políticas por vezes são menos visíveis. Na sociedade civil apenas um pequeno número de entidades realiza proposições integradas de políticas públicas. A participação fica prejudicada, já que as organizações da comunidade têm tido pouco acesso à informação.

2.4.2 Tipos de Políticas Públicas

Celina Souza aponta para a existência de variados tipos de políticas públicas. “Dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos” (SOUZA, 2006, p. 28). Maria das Graças Rua e Roberta Romanini a partir desta mesma perspectiva dizem que

as políticas públicas compõem um vasto e diferenciado universo, não sendo todas do mesmo gênero, ao contrário. Na tentativa de lidar com tal complexidade e interpretar os dados para análise das políticas públicas, foram criadas várias tipologias. Essas tipologias são instrumentos de classificação, que permitem o enquadramento das políticas em uma ou outra moldura, a partir do exame das características observáveis de um dado objeto (variáveis). É possível classificar e examinar as políticas com base

em diferentes combinações de distintas variáveis, que constituem as diversas tipologias encontradas na literatura. Sublinha-se, desde já, que não há tipologia que seja exaustiva, na medida em que nenhuma delas é capaz de dar conta de todos os aspectos das políticas públicas (RUA; ROMANINI, 2013, p. 3).

Elenaldo Celso Teixeira (2002, p. 3) destaca a importância de considerar alguns tipos de políticas públicas para que se possa entender e definir o tipo de atuação que se pode ter frente à sua formulação e implementação. Souza (2006, p. 28) diz que Theodor Lowi construiu a mais conhecida tipologia sobre políticas públicas, que se baseava na ideia de que a política pública faz a política. Assim sendo, cada política pública possui variadas formas de apoio e rejeição, e suas disputas em torno de sua decisão se dão em diferentes arenas.

Para Rua e Romanini, a abordagem de Lowi dividiu as políticas públicas em quatro tipos, sendo eles: as Políticas Distributivas, as Políticas Redistributivas, as Políticas Regulatórias e as Políticas Constitutivas. As autoras definem esta como a Abordagem das Arenas. “Esta distingue quatro tipos de políticas públicas, cada um deles correspondendo a uma arena (*politics*) à qual a *policy* deu origem, a partir das expectativas dos atores” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 3).

Klaus Frey, por sua vez, entende que essas quatro formas de políticas públicas podem se caracterizar conforme a forma e os efeitos dos meios de implementação aplicados, os conteúdos das políticas, e o modo de resolução de conflitos políticos. Segundo o autor,

A concepção da “policy arena” foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi. Ela parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação. Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político. O modelo da “policy arena” refere-se portanto aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo (FREY, 2000, p. 223).

As Políticas Distributivas, conforme Rua e Romanini são “aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categoria de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 3). As autoras citam como exemplos de políticas públicas desta natureza ações como a implementação de hospitais e escolas, a revitalização de áreas urbanas, e os programas de renda mínima.

Já Teixeira (2002, p. 3), expõe que as Políticas Distributivas têm como intuito distribuir benefícios individuais, e costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo. Souza diz que

estas políticas públicas são “decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo” (SOUZA, 2006, p. 28).

Frey, por sua vez, acredita que as Políticas Distributivas trazem benefícios para um grande número de destinatários, porém em uma pequena escala, sendo incluídos na distribuição de serviços e benefícios potenciais opositores. Conforme o autor, estas políticas públicas “são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos – pelo menos diretamente percebíveis – para outros grupos” (FREY, 2000, p. 223).

Partindo para as Políticas Redistributivas, Teixeira (2002, p. 3) defende que estas procuram redistribuir recursos entre os grupos sociais, retirando recursos de determinados grupos para beneficiar outros, na busca por equidade. Esta prática acaba gerando conflitos. Frey (2000, p. 224) entende quem estas políticas são exatamente orientadas para o conflito, visto que o processo político que tem por objetivo uma distribuição costuma ser repleto de conflitos e polarizado.

Para Rua e Romanini, estas políticas públicas são “aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 4). São citados como exemplos pelas autoras a reforma agrária, a distribuição de *royalties* do petróleo, e a política tributária. Para Souza (2006, p. 28) as Políticas Redistributivas atingem um grande número de pessoas, impondo para certos grupos sociais perdas concretas em um curto prazo, e ganhos incertos e futuros para outros grupos.

Em Relação às Políticas Regulatórias, temos, segundo Rua e Romanini a ideia de que elas “estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 4). Ainda segundo as autoras, dependendo dos recursos de poder dos atores abarcados, os custos e benefícios destas políticas acabam sendo disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses mais restritos. As regulamentações que elas impõem podem ser mais simples e operacionais ou mais complexas, sendo exemplos destas políticas o Código de Trânsito, o Código Florestal e a Legislação Trabalhista.

Para Teixeira (2002, p. 3) estas políticas têm como objetivo definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores em função de interesses gerais da sociedade, não visando benefícios imediatos para determinado grupo. Conforme Souza (2006, p. 28) elas envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse. Segundo Frey

políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. Custos e benefícios podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas também podem atender a interesses particulares e restritos. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas (Frey, 2000, p. 224).

Por fim, têm-se as Políticas Constitutivas, que, de acordo com Souza (2006, p. 28), lidam com procedimentos. Frey expõe que elas “determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias” (Frey, 2000, p. 224).

Neste mesmo sentido, Rua e Romanini definem estas políticas como “aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas” (RUA; ROMANINI, 2013, p. 4). As regras constitucionais diversas, os regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional, são exemplos destas políticas citados pelas autoras.

É válido ressaltar que

com a predominância do neoliberalismo, o caráter das políticas se modifica. Uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos e, para o neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com um mínimo de ação do Estado. Deve existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas devem compensar desequilíbrios mais graves e, portanto, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante; as políticas redistributivas não são toleradas, por que atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Neste mesmo sentido, Souza entende que sob a influência do denominado “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, onde o principal objetivo era a busca por eficiência. Juntamente com a importância dada ao fator credibilidade e às instituições com “independência” política, estes novos formatos guiam o desenho das políticas públicas mais recentes, porém ainda são pouco incorporadas às pesquisas empíricas. “A ênfase na eficiência nasceu da premissa de que as políticas públicas e suas instituições estavam fortemente influenciadas por visões redistributivas ou distributivas, na linguagem de Lowi, desprezando-se a questão da sua eficiência” (SOUZA, 2006, p. 34).

Devido a este contexto, Teixeira entende que “normalmente, as políticas estratégicas estão sob controle total dos tecnocratas, sem espaços de participação da sociedade, como

ocorre com a política econômica, tributária etc. Dessas políticas, que definem fontes de recursos, decorrem várias outras, o que exige sua democratização.” (TEIXEIRA, 2002, p.4).

2.5 CIDADANIA E DIREITOS

Ao falar de cidadania, Regina Lúcia Teixeira Mendes (2007, p. 72) expressa que o princípio da igualdade jurídica universal é “a pedra fundamental, o pressuposto para a construção da ideia de cidadania contemporânea; assim como para a construção dos modelos igualitários de sociedade”. Para a autora (2007, p. 63) este princípio foi concebido pela cultura jurídica ocidental, após as revoluções liberais do século XVIII. Tal princípio parte da concepção de que todos os vinculados a determinado Estado são iguais perante a lei.

O Estado contemporâneo, pós-revolucionário, a partir da ideia de igualdade jurídica universal, compromete-se a atribuir a todos aqueles que se vinculam a ele um mínimo jurídico comum, composto de um conjunto de direitos e deveres atribuídos a todos em razão do vínculo político de cada sujeito com este mesmo Estado. Assim, a cidadania, à qual é inerente a ideia de universalidade e, portanto, de igualdade jurídica é um fenômeno próprio das sociedades capitalistas contemporâneas, pois é um meio de o Estado garantir a todos aqueles que a ele se vinculam – e, por isso, titulares de deveres que, em última análise, financiam o próprio Estado – um patamar mínimo de igualdade, já que a sociedade de mercado, pela sua própria lógica, gera desigualdade (MENDES, 2007, p. 63).

Do mesmo modo, Neide Maria Carvalho Abreu (2005, p. 6) também destaca alguns momentos históricos do século XVIII como relevantes para a concretização de direitos fundamentais. Conforme a autora as Declarações de Direitos do Povo da Virgínia, incorporados pela Constituição dos Estados Unidos em 1776, e a Declaração Francesa de 1789 foram fundamentais neste processo de evolução e afirmação do Estado de Direito. Portanto, é possível dizer que “os direitos são os privilégios concedidos aos indivíduos e as garantias são os preceitos que viabilizam tais direitos” (ABREU, 2005, p.1).

Além disso, vem se destacando no Estado Democrático de Direito dos dias atuais a positivação dos direitos e garantias fundamentais nos textos constitucionais, com o objetivo de tornar mais capaz a proteção judicial dos direitos individuais e coletivos. Este movimento de constitucionalização resultou nos direitos fundamentais que

têm contribuído para o progresso moral da sociedade, pois são direitos inerentes à pessoa humana, pré-existentes ao ordenamento jurídico, visto que decorrem da própria natureza do homem, portanto, são indispensáveis e necessários para assegurar a todos uma existência livre, digna e igualitária. Várias são as expressões

para nomeá-los: direitos do homem, direitos naturais, direitos individuais, direitos humanos, liberdades fundamentais etc (ABREU, 2005, p. 2).

Para Mendes (2007, p. 66), visto que a cidadania é fundamento da República Federativa do Brasil, ela pode ser considerada como um conjunto de direitos e deveres subjetivos públicos, que, baseado no princípio da igualdade jurídica universal, será aplicado para todos os nacionais.

Assim, a cidadania pode ser conceituada como o mínimo jurídico, composto de direitos e deveres, comum a todos os que estão vinculados politicamente a determinado Estado. Em outras palavras, cidadania é um conjunto de direitos e deveres atribuído a todos os que estão ligados a um determinado Estado por um critério de vinculação política, em razão deste mesmo vínculo, que é a nacionalidade. O mínimo jurídico comum atribuído a todos os nacionais pela cidadania é composto, segundo Marshall, por três grupos de direito: os direitos civis são derivados do direito de liberdade e devem ser garantidos pelos tribunais; os direitos políticos, garantidos pelo acesso universal às urnas; e os direitos sociais, garantidos pelas políticas públicas (MENDES, 2007, p. 64).

Estes direitos podem ser classificados conforme gerações. Abreu (2005, p.6), entende que os direitos civis e os direitos políticos são direitos de 1ª geração. Segundo a autora estes direitos existem frente à necessidade de resguardar a liberdade do indivíduo frente ao poder do Estado absolutista, e garantir a participação do cidadão neste poder. Eles trazem uma limitação ao poder estatal, já que se caracterizam por “prestações negativas” que impõem ao Estado uma obrigação de não fazer. Já os direitos sociais estão entre os direitos de 2ª geração, que requerem uma maior participação do Estado, que reconhece a sua função social com “prestações positivas”, na busca do bem-estar do homem. “Esses direitos fundamentais são inesgotáveis, pois à proporção que a sociedade evolui, surgem novos interesses para as comunidades” (ABREU, 2005, p. 8).

Conforme Mendes (2007, p. 66), o referido “mínimo jurídico comum”, atribuído a todos os nacionais pela cidadania, e composto pelos direitos civis, políticos e sociais, está estabelecido na Constituição da República de 1988 nos artigos 5º, 6º e 12º. Em concordância, Abreu (2005, p. 9) vê a promulgação da Constituição Federal de 1988 não só como o estabelecimento do regime político democrático, mas também como o avanço no que se refere aos direitos e garantias fundamentais.

Por outro lado, “a doutrina jurídica brasileira conceitua cidadania de forma peculiar, resumindo seu conteúdo jurídico aos direitos políticos, que, pela obrigatoriedade transformam-se em dever do cidadão” (MENDES, 2007, p. 66). Esta conceituação, segundo a autora, evidencia uma perda para a cidadania, visto que os direitos civis e sociais ficam

excluídos do conceito, mesmo estando positivados e garantidos na Constituição. Sendo assim, “a cidadania brasileira é subtraída do seu conteúdo civil e social de tal maneira que os deveres do Estado para com o cidadão não passam da possibilidade do acesso destes às urnas” (MENDES, 2007, p. 68).

É observado por Abreu (2005, p. 12) que a Constituição Federal garante de forma abrangente, digna e eficaz os direitos e garantias fundamentais do homem, e designou ao Judiciário o papel de resolver os conflitos individuais e coletivos. Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 38) ressalta que “mesmo uma Constituição de um Estado Social de Direito (necessariamente democrático) não poderá jamais negligenciar o patamar de desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade, sob pena de comprometer seriamente sua força normativa e suas possibilidades de atingir uma plena efetividade”. Uma vez que o conteúdo jurídico da cidadania brasileira está positivado constitucionalmente, Mendes (2007, p. 68) entende que é necessária a garantia, para todos os brasileiros, dos direitos civis através dos tribunais e dos direitos sociais através de políticas públicas eficazes.

A administração pública tem o papel de promover e garantir igualdade de oportunidades a todos os seus membros. Essa igualdade se traduz na igualdade de acesso aos recursos e, na esfera jurídica, no acesso à justiça; no acesso às urnas; no acesso à educação e à saúde; assim como na igualdade de acesso à informação, que significa, no campo jurídico, o conhecimento da norma e do direito por todos os cidadãos (MENDES, 2007, p. 76).

Mesmo com o fato de que o acesso à justiça deveria estar garantido a todos os interessados, frente à ordem positiva constitucional, Mendes (2007, p. 77) nota a existência de uma lógica hierárquica que resulta na precariedade deste processo. Além disso, este déficit no acesso à justiça é visto com “naturalidade” entre os profissionais do Direito. Abreu (2005, p.13) aponta duas dificuldades do Judiciário. Primeiramente, uma crítica muito grande, e muitas vezes injusta, de pessoas que não admitem um verdadeiro Estado Democrático de Direito e não sabem viver sob um ordenamento jurídico e uma supremacia constitucional. A segunda dificuldade está no fato de que os juízes precisam se comprometer com as causas dos direitos humanos, ou seja, necessitam conhecer melhor o ordenamento jurídico, que tem como base os princípios constitucionais, sendo pilares fundamentais da Constituição.

A sociedade brasileira, como já foi dito, apresenta uma peculiar fusão dos modelos igualitário e hierárquico de sociedade. Temos, pois, no nosso sistema, uma espécie de esquizofrenia legal: a isonomia constitucional de um lado e os privilégios infraconstitucionais de outro. É preciso, portanto, que esta ambigüidade seja explicitada para que possamos nos afastar do senso comum, inclusive o do campo

jurídico, que insiste em tratar o sistema jurídico brasileiro como se este obedecesse unicamente à ética igualitária (MENDES, 2007, p. 76).

Analisando a obra de Abreu (2005, p. 13) tem-se que é necessária uma cultura em que o magistrado priorize o seu papel de garantidor de direitos fundamentais. É preciso que juízes, promotores ou advogados, como também detentores de poder, tenham a sensibilidade de selecionar a opção que melhor atenda ao problema do homem. A autora defende que “é através das políticas públicas bem direcionadas que são reconhecidos os direitos humanos e o trabalho em prol de uma sociedade mais digna” (2005, p. 13). Portanto, os responsáveis pelo poder devem admitir a necessidade de um maior envolvimento nas políticas públicas que visem o bem estar de todos os homens.

2.6 DIREITO À CULTURA

Em relação à cultura, temos que

O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica (SILVA; SILVA, 2006).

Esta definição demonstra a amplitude do conceito que pode ser relacionado com tudo o que a humanidade produz. Em vista disso, Sheilla Piancó (2011) vê a cultura como o reflexo do modo de vida de determinada sociedade. Ela tem o poder de interferência sobre o modo de pensar e agir, além de ser agente fortalecedor da identidade de um povo e do desenvolvimento humano.

Conforme definem Kalina Silva e Maciel Silva (2006) é necessária a existência de uma consciência coletiva para haver cultura. Ela deve, a partir da vida cotidiana, elaborar os planos que destinaram a comunidade. “Tal definição dá à cultura um significado muito próximo do ato de educar. Assim sendo, nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência” (SILVA; SILVA, 2006).

Segundo Eduardo Pordeus (2008, p. 13) “o direito à cultura, entendido como direito à produção, difusão e consumo de sua própria cultura e da cultura do outro, passa a fazer parte do conceito de desenvolvimento humano”. Classificando o direito à cultura como direito

fundamental, Claudinei Göttems e Thiago de Barros Rocha (2007, p.1) entendem que sua viabilidade passa pela ação do Estado, passando pelo Poder Legislativo a responsabilidade de criação de leis, e ao Executivo a adoção de políticas públicas que efetivem tal direito.

Constitui, desta forma, o direito à cultura, indubitavelmente, direito fundamental do homem, assertiva que decorre da interpretação sistemática da Constituição e da valoração da dignidade da pessoa humana como fundamento último da ordem jurídica, subsistindo como direito que impõe ao Estado, nas esferas do governo federal, estadual e municipal, a tarefa de lhe dar efetividade prática, incentivando, protegendo, difundindo e desenvolvendo o conteúdo cultural da sociedade (GÖTTEMS; ROCHA, 2007, p. 9).

É importante notar, conforme aponta Piancó (2011), que, devido à importância que têm para a caracterização do ser humano, os Direitos Culturais estão previstos tanto na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) quanto na Constituição Federal de 1988. “Partindo desse ponto, vemos que é dever do Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (PIANCÓ, 2011).

O artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 define que

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Além disso, o artigo 27 prevê que todos têm direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

Pordeus (2008, p. 7), entende que no Brasil existem objetivos de salvaguarda dos direitos culturais e do patrimônio cultural presentes na Constituição Federal de 1988, e, da mesma forma, em legislação infraconstitucional, dispositivos que buscam proteger os bens e as manifestações ligadas a esses direitos. Analisando a Constituição brasileira temos que

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Para Mateus Maia de Souza e Nichollas de Miranda Alem (2016, p. 95) o referido texto impõe ao Poder Público uma postura positiva, visando a elaboração e implementação de políticas públicas com o objetivo de atingir estes fins, porém, “a definição dos limites e os

contornos da atuação do Estado ganha nuances especialmente intrincadas quando se trata das atividades ligadas à cultura”. Göttems e Rochan (2007, p. 6), no mesmo sentido, dizem que “apesar de escassa efetividade, o direito à cultura reservou espaço entre as normas expressas de nossas Constituições Federais, assegurando meios ao seu acesso como direitos do cidadão”. Já Piancó (2011), remete a uma preocupação da Constituição em garantir o exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, além da liberdade das manifestações culturais.

A exequibilidade, portanto, do direito à cultura subsiste na forma de prestações positivas do Estado, adotando leis e políticas públicas, a fim de garantir ao homem a evolução de seu patrimônio cultural para que lhe permita o desenvolvimento e o exercício da cidadania. Observa-se com isso, mais uma vez, que o conteúdo de fundamentalidade do direito à cultura o é tendo em vista que esse direito constitui patrimônio inalienável do ser humano e condição que lhe possibilita o conhecimento, exercício e exigibilidade dos direitos individuais (GÖTTEMS; ROCHA, 2007, p. 9).

Ainda na Constituição Federal há outras definições importantes em relação à cultura. O texto da Carta Constitucional prevê o seguinte:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Já a Lei nº 12.243, de 2 de Dezembro de 2010, que aprova o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do artigo 215 da Constituição Federal, diz que este Plano é regido pelos seguintes princípios:

I - liberdade de expressão, criação e fruição; II - diversidade cultural; III - respeito aos direitos humanos; IV - direito de todos à arte e à cultura; V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; VI - direito à memória e às tradições; VII - responsabilidade socioambiental; VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais; XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

É importante ressaltar que o último inciso prevê a participação e o controle social na construção e no acompanhamento das políticas públicas relacionadas à cultura. Ou seja, além

de garantir as políticas relacionadas a esta temática, o Estado deve garantir que isto ocorra de forma participativa.

Por fim, na obra de Pordeus (2008, p. 14) é destacado que “o direito à cultura liga-se as potencialidades do ser humano quando confere à possibilidade de desenvolvimento da sua intelectualidade, da valorização da sua condição humana, à medida em que se assegura condições de engajamento do capital social nas políticas desenvolvimentistas”. Observando as obras citadas, é clara a ênfase que se dá para a questão do direito à cultura como algo que deve ser positivado por parte do Estado, inclusive levando em conta o que diz a nossa Constituição. Portanto, é importante um olhar atento de todos os setores da sociedade para esta questão, cobrando e acompanhando as ações que são necessárias para a efetivação deste direito de forma participativa.

2.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2

Observando as temáticas abordadas, há, em relação à sociedade civil, uma evidente disputa conceitual relacionada à ascensão do projeto neoliberal. Essa disputa se dá entre os teóricos que acreditam na permanência da sociedade civil como parte do Estado, juntamente com a sociedade política, e entre os que apontam a sociedade civil como um setor à parte do Estado e do mercado. Esta nova visão acabou fazendo com que, em grande parte das vezes, as organizações da sociedade civil atuassem como prestadoras de serviço do Estado, e não como entidades que exercessem pressão em relação à atuação do Poder Público. Portanto, é importante analisar a forma de atuação das organizações da sociedade civil envolvidas neste processo, principalmente aquelas ligadas à sociedade carnavalesca de Porto Alegre.

Em relação à concepção hegemônica de democracia, esta prevê um domínio das pequenas elites das sociedades perante as decisões, ficando como dever do restante da população apenas escolher quais os representantes desta elite irão governar e tomar as decisões. A concepção contra hegemônica, por sua vez, prevê uma prática mais participativa de democracia, onde todos teriam poder e condições de opinião, e de influência na tomada de decisão. É preciso, portanto, analisar se e quais os atores da sociedade civil tiveram participação de fato neste processo que resultou no deslocamento dos desfiles para o Porto Seco.

Tendo em vista o que nossas leis prevêem em relação à cidadania, temos que todos os nacionais devem ter o mesmo acesso ao Poder Judiciário e aos direitos previstos. Levando em

conta o fato de que o direito à cultura necessita de uma postura positiva por parte do Estado, este deve ser garantido através de políticas públicas eficazes. Outro ponto importante de ser citado é a realidade de que o direito à cultura enquanto direito fundamental não está em um grau inferior aos outros direitos, visto que não há uma hierarquia entre os direitos.

Sendo assim, o próximo capítulo fará uma descrição de todo o processo de deslocamento para o Porto Seco, buscando identificar o contexto histórico do Carnaval de Porto Alegre e como foi conduzida esta política pública por parte do Poder Público. Além disso, serão descritos os atores da sociedade civil envolvidos neste processo e o tratamento dado a estes por parte do Estado.

3. O DESLOCAMENTO DO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE PARA O PORTO SECO: UMA DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

O presente capítulo tem como intuito descrever o processo que acarretou na decisão do Poder Público de transferir os desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para a região do Porto Seco. Neste momento, não se pretende analisar a tomada de decisão, mas apenas descrever o processo em si. Inicialmente será feita uma descrição mais aprofundada do método de pesquisa escolhido para este trabalho. É importante salientar que para a construção desta etapa do trabalho serão consultadas fontes bibliográficas, e, serão extraídas algumas informações de entrevistas realizadas com atores que acompanharam o processo de deslocamento para o Porto Seco, que se iniciou com a identificação da necessidade de um local fixo para a realização dos desfiles no ano de 1988 e seguiu até 2004, ano dos primeiros desfiles naquela região.

Os atores entrevistados foram: jornalista Renato Dornelles; Joaquim Lucena, Coordenador de Manifestações Populares da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre; Jorge Sodré, presidente da Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS) na época da transferência dos desfiles para o Porto Seco; Juarez de Souza, presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Porto Alegre (LIESPA); e dois representantes da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus (ASSAMED). Os roteiros destas entrevistas estão disponíveis nos apêndices deste trabalho.

Visando esclarecer este processo de maneira satisfatória a atingir os objetivos propostos por este trabalho, inicialmente realizar-se-á uma descrição histórica do Carnaval de Porto Alegre, até o derradeiro deslocamento para o Porto Seco. Para melhor entender este processo, será observada a direta relação existente entre o encaminhamento dos desfiles para a região do Porto Seco e a necessidade apontada de criação de um espaço fixo para a realização do Carnaval de Porto Alegre. Além disso, serão destacados os atores da sociedade civil envolvidos neste trâmite e que serão citados ao longo da descrição deste processo.

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nesta seção foram observados os aspectos metodológicos deste trabalho. Para isto, foi abordado qual o tipo de pesquisa que utilizou-se, e visto alguns detalhes em relação à coleta e a análise de dados.

3.1.1 Tipo de Pesquisa

Em vista do objetivo deste trabalho estar relacionado à análise da participação da sociedade carnavalesca em um processo de tomada de decisão de grande relevância para os rumos desta manifestação cultural na cidade de Porto Alegre, o método escolhido para a realização deste foi o hipotético-dedutivo. Segundo Célia Regina Diniz e Iolanda Barbosa da Silva (2008):

Nessa perspectiva metodológica do método hipotético-dedutivo, a relação entre pesquisador e objeto do conhecimento acontece numa conjunção entre a razão e a experimentação de hipóteses submetidas à prova. As hipóteses tornam-se as “supostas verdades” ou “meias verdades”, sobre fenômenos que foram problematizados enquanto objeto de estudo científico dadas à verificação por meio de experimentações e testes. Compreende-se que esse método pressupõe as bases teóricas dedutíveis a fenômenos particulares que refutarão ou corroborarão com a teoria em teste (DINIZ; SILVA, 2008, p. 9).

Ao diferenciar este método do método indutivo, Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (1992) dizem que “a indução afirma que em primeiro lugar vem a observação dos fatos particulares e depois as hipóteses a confirmar; a dedução, como veremos no método hipotético-dedutivo, defende o aparecimento, em primeiro lugar, do problema e da conjectura, que serão testados pela observação e experimentação” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 64).

Lakatos e Marconi (1992) ainda explicam que não havendo a superação dos testes por parte das hipóteses, estas serão refutadas, necessitando de uma nova formulação do problema e da hipótese. Por outro lado, se houver a superação dos testes, a hipótese estará corroborada de forma provisória (não definitivamente). As autoras defendem que

A observação não é feita no vácuo. Tem papel decisivo na ciência. Mas toda observação é precedida por um problema, uma hipótese, enfim, algo teórico. A observação é ativa e seletiva, tendo como critério de seleção as “expectativas inatas”. Só pode ser feita a partir de alguma coisa anterior. Esta coisa anterior é nosso conhecimento prévio ou nossas expectativas (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 68).

Sendo assim, é importante esclarecer que a hipótese inicial do presente estudo é a de que as populações historicamente marginalizadas que integram a maior parte da sociedade carnavalesca não dispuseram de instrumentos, nem de influência que possibilitassem a sua participação dentro do processo de tomada de decisão da retirada dos desfiles das Escolas de Samba da região central da cidade de Porto Alegre. Desta forma, se não houve mecanismos que possibilitaram a participação das populações “menos poderosas” que formam a sociedade

carnavalesca de Porto Alegre no processo de tomada de decisão, então este processo ficou restrito a uma “elite” com visões e interesses diversos em relação às comunidades que compõem os desfiles das Escolas de Samba da cidade.

Dito isso, frente ao problema proposto, a forma de pesquisa escolhida foi a pesquisa qualitativa. Para Arilda Schmidt Godoy (1995) “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (GODOY, 1995, p. 62). Além disso, a autora prossegue dizendo que quem se propõe a utilizar este método de pesquisa está interessado por todo o processo, não focado apenas em resultados ou produtos.

Conforme Godoy (1995)

A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados. Rejeitando a expressão quantitativa, numérica, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos. Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados na realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo (GODOY, 1995, p. 62).

A partir desta análise, o presente trabalho tem um viés descritivo, que permite atingir o objetivo de observar o grau de participação da sociedade carnavalesca no processo de tomada de decisão da transferência dos desfiles das Escolas de Samba de Porto Alegre para a região do Porto Seco.

3.1.2 Coleta de Dados

No intuito de descrever este processo e de identificar os atores da sociedade civil envolvidos nesta temática, serão utilizados os procedimentos bibliográfico e documental. Segundo João José Saraiva da Fonseca (2002) “a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico” (FONSECA, 2002, p. 32). Como exemplos de pesquisa documental o autor cita tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, entre outros.

3.1.3 Análise dos Dados

Em vista disso, objetivando atingir os objetivos propostos, será feita uma análise sobre documentos oficiais, como leis e decisões do Poder Judiciário, artigos, livros, colunas de jornais, dados presentes em sítios eletrônicos institucionais, além da transcrição de entrevistas que virão a ser realizadas. Para Godoy (1995)

Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, este tipo de pesquisa “ilumina”, esclarece o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos. Deve-se assegurar, no entanto, a precisão com que o investigador captou o ponto de vista dos participantes, testando junto aos próprios informantes ou confrontando sua percepção com a de outros pesquisadores (GODOY, 1995, p. 63).

Faz-se necessário, portanto, para realizar um apontamento quanto à percepção, os interesses e os recursos de poder¹ dos atores envolvidos no processo objeto de estudo do presente trabalho, realizar anotações de campo, que juntamente com a análise dos variados documentos citados anteriormente, possibilitarão testar a hipótese inicialmente proposta. Assim, será possível chegar a melhores conclusões quanto a participação da sociedade carnavalesca na tomada de decisão da retirada dos desfiles das Escolas de Samba da área central de Porto Alegre, além de observar de forma mais clara os diversos interesses envolvidos neste processo, relacionado com uma histórica realidade de marginalização das camadas populares da sociedade através do seu afastamento para regiões periféricas e da sua impossibilidade de utilização de espaços públicos.

3.2 DESCRIÇÃO HISTÓRICA DO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE

Segundo Flávio Krawczyk, Iris Germano e Zita Possamai (1992, p. 9), o entendimento mais difundido do Carnaval está relacionado ao período de quarenta dias de Quaresma do calendário cristão, onde há uma abstinência do consumo de carne, vinculada à interpretação do termo “carnaval” do latim medieval *Carnem Levare* (caro: carne; levare: pôr de lado). Os autores que a origem do Carnaval enquanto festa não é precisa, existindo relatos da relação

¹ Segundo Fabiana Ortiz de Mello e Luiz Fernando Paulillo (2005), os recursos de poder são as variáveis relevantes para a análise dos processos de concorrência, de políticas públicas e de tomadas de decisões estratégicas em um entorno produtivo ou não-produtivo.

desta, por exemplo, com cultos agrários da Antiguidade, com a veneração à Ísis, deusa da fertilidade na mitologia egípcia, com os Bacanaís, Lupercais e Saturnais da Roma Antiga, assim como com alguns festejos da Idade Média.

Os primeiros registros de festejos desta natureza em Porto Alegre se dão com a realização do Entrudo, prática trazida pelos portugueses que se realizava no período de Carnaval.

O imigrante açoriano trouxe para Porto Alegre a prática do Entrudo. Aqui é uma brincadeira na qual os foliões atiram entre si os limões de cheiro, água das seringas e até farinha. Muitos passantes são pegos de surpresa e obrigados a resignar-se com as roupas molhadas ou sujas pelos brincalhões. Até as primeiras décadas do século XIX o Entrudo é uma brincadeira que não incorre em riscos mais sérios aos foliões. Com o aumento da população, contudo, o que antes era uma brincadeira acaba por criar desavenças e ferimentos entre foliões e os passantes que não aceitam receber entre si os objetos atirados (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 16).

O Entrudo acaba sendo proibido pelo Poder Público em 1837, mas continuou acontecendo por um significativo período. “Ao que tudo indica, o Entrudo faz parte de um carnaval bastante disseminado entre a população de Porto Alegre no século passado, do qual participam, principalmente, as camadas mais humildes” (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 17). Frente a estas proibições e características do Entrudo, a elite da cidade começa a realizar um carnaval fechados em salões, visando uma separação do restante da população.

Na década de 1870, surgem as sociedades carnavalescas e os chamados corsos, que marcaram época no Carnaval da cidade. Conforme aponta Krawczyk, Germano e Possamai (1992, p. 17)

Em 1873 surgem as duas grandes sociedades carnavalescas de Porto Alegre: Esmeralda e Venezianos. Em torno da rivalidade entre ambas gira por muito tempo o carnaval da cidade, que adquire, a partir daí, um aspecto mais elitizado. Em 1874 surgem os corsos – desfiles de carros alegóricos das grandes sociedades – que marcam a diferenciação da elite porto-alegrense, que desfila pelas ruas da cidade, mostrando luxo e brilho. As principais ruas percorridas pelo préstito são a Rua da Praia, a Duque de Caxias, a Bragança (atual Marechal Floriano), a General Câmara, com os carros concentrando-se na praça da Alfândega. Os carros alegóricos traziam, muitas vezes, críticas a pessoas ilustres da cidade ou a fatos políticos nacionais e estrangeiros.

No início do século XX a Esmeralda e os Venezianos continuam dominando o cenário do Carnaval da cidade, porém já com a companhia de outros grupos menores. Na mesma época, são realizados bailes no Teatro São Pedro e nos salões de clubes como o Floresta Aurora e o Leopoldina. Na Cidade Baixa havia registros de um carnaval negro paralelo ao carnaval das sociedades.

Já nos anos vinte as sociedades começam a dar lugar para os denominados cordões. “Nas ruas surgem blocos populares e a folia se intensifica em locais como a Cidade Baixa, o Bom Fim e o 4º Distrito, percorridos por vários agrupamentos carnavalescos” (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 21). O Carnaval, assim, vai retomando os contornos da camada mais populares da sociedade.

Em linhas gerais, a folia do Momo nos inícios do século XX em Porto Alegre não possuía ainda o caráter de uma festa sem dono, ou, o que é a mesma coisa, uma festa de muitos donos, assumido posteriormente. É apenas na metade dos anos vinte e na década de trinta que os traços populares se acentuam, no sentido da folia ser açambarcada pelas camadas mais humildes da população. Cria-se um paradoxo: a festa pagã que a igreja buscara domesticar, incorporando ao seu calendário, e que a burguesia posteriormente elitizou nos refinados bailes e desfiles das grandes sociedades, agora retorna às camadas populares. Um ciclo parece ter sido cumprido (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 21).

Na década de trinta o Carnaval se espalha pelos bairros, em oposição aos períodos anteriores, quando a festa estava concentrada na Rua da Praia. “Esse é o antigo carnaval de bairros em Porto Alegre. Os moradores agrupam-se em comissões que organizam vários elementos, possibilitando a realização da folia. Era fundamental armar coretos, decorar as ruas, as músicas, a iluminação e a distribuição de prêmios” (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 22). O poder público patrocinava os concursos e disponibilizava apoio em questões como transporte e iluminação, porém de forma não sistemática.

Krawczyk, Germano e Possamai (1992, p. 26) descrevem que no fim dos anos 1930 e início dos anos 1940 começam a prevalecer grupos carnavalescos que contavam na sua formação com indivíduos oriundos das camadas populares. Estavam presentes, por exemplo, pessoas da Colônia Africana, região hoje denominada de Rio Branco. De 1940 a 1942 os concursos são centralizados pelo poder público, e os desfiles ocorrem na Avenida Borges de Medeiros. Nos três anos seguintes não ocorre carnaval de rua na cidade.

Em 1946 se realiza o denominado “Carnaval da Vitória” com apoio da Prefeitura. Nos anos seguintes, em compensação, há pouco auxílio do poder público, acarretando na existência de desfiles concomitantes ao oficial em diversas áreas da cidade. Conforme apontam Krawczyk, Germano e Possamai (1992, p. 30) “O êxito burlesco depende muito mais do trabalho dos foliões do que de uma estrutura oficial de apoio. Como resultado, esta é a idade de ouro dos carnavais de bairro”. Os carnavais dos anos 1950 seguem com esta característica de pouco auxílio da prefeitura e grande descentralização, com coretos espalhados pela cidade, e abrindo brecha para investimentos da iniciativa privada.

Conforme a obra de Krawczyk, Germano e Possamai (1992, p. 36), frente a alguns descontentamentos, foi criada a Associação das Entidades Carnavalesca de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS). Segundo o sítio oficial da AECPARS na internet, a fundação se deu no dia 9 de Fevereiro de 1960. Em função da nova associação, e suas reivindicações, a Prefeitura torna a festa oficial no ano de 1962, com os desfiles sendo realizados na Avenida Borges de Medeiros. Outro ponto relevante dos anos 1960 que marcaram profundamente o Carnaval de Porto Alegre é o fato de que

os blocos e grupos carnavalescos vão desaparecendo, sendo substituídos por escolas de samba com uma estrutura diferenciada: divisão por alas temáticas, maior número de componentes, samba-enredo, harmonia e destaque de determinadas figuras como o mestre-sala e a porta-bandeira. Alguns blocos abandonam a sua antiga estrutura e transformam-se em escolas de samba. Destes, os mais antigos são os Fidalgos e Aristocratas, os Embaixadores do Ritmo e os Bambas da Orgia. Concomitantemente a essas transformações internas dos grupos carnavalescos, o Carnaval porto-alegrense passa por um processo de centralização. A festa de momo começa a declinar e ganha maior ênfase o desfile oficial (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 37).

As escolas de samba de Porto Alegre “constituem-se em entidades recreativas, assistenciais e esportivas, além de carnavalescas. Nelas reúnem-se seus participantes durante quase todo o ano, embora, devido às próprias condições climáticas do estado, seja a partir dos quatro meses anteriores ao carnaval, que a escola recebe mais gente” (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 49). As primeiras escolas de samba surgiram em áreas próximas ao centro da cidade, e com a valorização desta área foram sendo deslocadas para a região periférica de Porto Alegre. São poucas as escolas que permanecem em seu local de origem, a não ser as que já são oriundas da periferia.

Até hoje, o desfile das escolas de samba dominam o cenário do Carnaval de Porto Alegre. “Até 1968, o desfile oficial ocorre na Avenida Borges de Medeiros; de 1969 a 1975, na Avenida João Pessoa; de 1976 a 1987, na Avenida Perimetral e em 1988, passa a ser na Avenida Augusto de Carvalho” (KRAWCZYK; GERMANO; POSSAMAI, 1992, p. 38). Por último, no ano de 2004, o desfile das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre é deslocado para a zona norte da cidade, na região do Porto Seco. Esta última mudança de local dos desfiles será descrita de forma mais detalhada na sequência.

3.3 ATORES DA SOCIEDADE CIVIL ENVOLVIDOS

Antes de descrever o deslocamento das escolas de samba para o Porto Seco se faz importante apontar e realizar um pequeno relato de alguns dos atores da sociedade civil que

foram relevantes ao longo do processo. Estas entidades fazem referência às representações das próprias escolas de samba, de grupos de moradores de alguns bairros e comunidades da cidade, e também de movimentos ambientalistas.

As escolas de samba, no referido contexto, estavam representadas pela Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (AECPARS). Tal entidade, como dito anteriormente tem sua origem nos anos 1960, e nasceu do anseio das escolas de samba em demonstrar suas necessidades e insatisfações perante o Poder Público, com o fortalecimento que esta modalidade de desfile obteve naquela década.

Joaquim Lucena após ser questionado em relação à representação das escolas confirma esta informação dizendo que: “A Associação que representava todas as escolas da época, a Associação das Entidades Carnavalescas”. Da mesma forma, Juarez de Souza descreve que quem representava a sociedade carnavalesca era “naquela ocasião, a Associação (AECPARS), o presidente à época era o Jorge Luís Sodré dos Santos, e eu era presidente do Conselho”. Renato Dornelles aponta que “O Carnaval ele sempre era representado, na época, pela Associação das Entidades Carnavalescas”.

Outro autor relevante da sociedade civil neste processo foi a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus (ASSAMED), que, segundo informações do sítio oficial da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, foi fundada em 3 de outubro de 1975. Conforme depoimento do Representante 2 da ASSAMED, a associação foi fundada por trabalhadores do bairro que “começaram a reivindicar problemas de luz, de água”. Já o Representante 1 descreve que a associação “começou na praça, era um time de futebol na verdade. Se agruparam, e criaram a Sociedade do Menino Deus”.

O bairro Humaitá foi a origem de outra associação de moradores influente nesta questão. Segundo seu blog oficial na internet, a Associação dos Moradores do Bairro Humaitá foi fundada no dia 30 de Abril de 1983. No intuito de combater dificuldades relacionadas à temáticas como transporte, segurança e educação, os moradores criam a associação, inicialmente denominada de Associação dos Moradores do Parque Humaitá.

Além destas, outros atores ligados aos movimentos de moradores de determinada região se fizeram presentes no processo. Joaquim Lucena, ao discorrer sobre atores presentes no processo, refere-se a organizações do “bairro Menino Deus, bairro Humaitá. A Restinga também”. Jorge Sodré descreveu que a Restinga se envolveu no processo “por interesse de méis dúzia de pessoas, não dos carnavalescos da Restinga, bem ao contrário, o movimento foi de pessoas políticas para levar pra lá”.

É de fundamental importância constar nesta apresentação dos atores envolvidos as entidades comunitárias ligadas à região do Porto Seco. Juarez de Souza destacou em sua entrevista organizações como os transportadores da região e as artesãs da zona norte. Jorge Sodré, por sua vez, expõe que uma entidade bem atuante “foi a Associação dos Proprietários do Porto Seco, que é a dos empresários aqui da região”.

Ainda é importante constar nesta seção alguns outros atores presentes no processo de deslocamento dos desfiles para o Porto Seco. Uma delas é o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), que, conforme informações do seu sítio eletrônico oficial é uma associação civil que busca congrega os Centros de Tradições Gaúchas e entidades afins, além de preservar o núcleo da formação gaúcha e sua ideologia, baseada nos estudos históricos, tradicionais e folclóricos e em outros documentos fundamentais, como a Carta de Princípios do tradicionalismo gaúcho, criada em 1961.

Por fim, outro ator da sociedade civil presente neste processo foi o movimento ambientalista atuante na cidade. Baseado na causa da defesa do meio ambiente, e caracterizado em áreas urbanas pela busca de preservação de espaços como os parques, tal entidade também é denominada de “Movimento Verde”.

3.4 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE E CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL (CMDUA)

Além de descrever os atores da sociedade civil presentes, é necessário para o entendimento do processo, falar sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. Da mesma forma, é preciso descrever algumas características do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA).

O plano diretor, conforme artigo 182 da Constituição Federal, deve ser aprovado pela Câmara Municipal, e é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Além disso, o plano diretor está previsto na Lei nº 10.257 de 10 de Julho de 2001 como um dos instrumentos da política urbana que deve estar no planejamento municipal.

A Lei Complementar nº 434 de 1999 do município de Porto Alegre, era a que regulamentava o desenvolvimento urbano da cidade e instituíu o Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre na época em que se deu o deslocamento dos desfiles das escolas de samba para a região do Porto Seco. Seu artigo 2º define que

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental incorpora o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município, das diretrizes e das estratégias para a execução de planos, programas e projetos, enfatizando a participação popular, a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), regido pela mesma Lei citada anteriormente no período da retirada dos desfiles da região central da cidade, era definido por essa, em seu artigo 38, como o órgão de integração do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP). Tal conselho era definido com a finalidade de formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Quanto às competências, estavam definidas para o CMDUA as tarefas de:

I - zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano ambiental, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do PDDUA; II - promover, através de seus representantes, debates sobre os planos e projetos que incidam nas Regiões de Gestão do Planejamento; III - propor, discutir e deliberar sobre os planos e projetos relativos ao desenvolvimento urbano ambiental; IV - receber e encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade que sejam de interesse coletivo; V - propor ao SMGP a elaboração de estudos sobre questões que entender relevantes; VI - instalar comissões para assessoramento técnico compostas por integrantes do CMDUA, podendo-se valer de órgãos componentes do SMGP, bem como de colaboradores externos; VII - zelar pela integração de políticas setoriais que tenham relação com o desenvolvimento urbano ambiental do Município; VIII - propor a programação de investimentos com vistas a assessorar a implantação de políticas de desenvolvimento urbano ambiental para o Município; IX - aprovar Projetos Especiais de Empreendimentos de Impacto Urbano, bem como indicar alterações que entender necessárias; X - aprovar os estoques construtivos do Solo Criado; XI - propor critérios e parâmetros para avaliação de Projetos Especiais Pontuais; XII - aprovar a metodologia para definição do valor do Solo Criado; XIII - aprovar os valores semestrais do Solo Criado; XIV - aprovar os planos de aplicação dos recursos do Solo Criado destinados para o desenvolvimento urbano, prioritariamente à política habitacional.

Segundo a página do CMDUA no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no período de 2000 a 2003 o conselho

recebeu novas competências, passando a decidir uma série de questões, amparado numa maior representatividade popular. Assumiu um papel mais ativo, propondo e formulando políticas, planos e projetos. Passou a sugerir modificações e a incentivar discussões sobre a cidade, recebendo e colocando em debate idéias vindas da população. Ao CMDUA também foi atribuída a tarefa de examinar projetos de grandes empreendimentos propostos, tanto pelo Poder Público, como pela iniciativa privada.

A composição do conselho era de 25 representantes. A presidência era do Secretário de Planejamento da cidade. Outras oito eram ligados ao Poder Público das esferas federal, estadual e municipal, sendo elas: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, a Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), a Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), o Gabinete de Planejamento (GAPLAN), a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

Outras oito eram entidades ligadas ao planejamento urbano. Eram elas: o Instituto dos Arquitetos do Brasil, a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, a Ordem dos Advogados do Brasil/ RS, o Centro de Assessoria e Estudos Urbanos e a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura Sociedade de Economia.

Por fim, faziam parte do conselho oito representantes das comunidades, que eram divididas em regiões. Havia um representante de cada uma das seguintes regiões: Região de Gestão do Planejamento 01(Centro); Região de Gestão do Planejamento 02 (Humaitá/Navegantes/Ilhas e Noroeste); Região de Gestão do Planejamento 03 (Norte e Eixo Baltazar); Região de Gestão do Planejamento 04 (Leste e Nordeste); Região de Gestão do Planejamento 05 (Glória/Cruzeiro e Cristal); Região de Gestão do Planejamento 06 (Centro Sul e Sul); Região de Gestão do Planejamento 07 (Lomba do Pinheiro/Partenon) e Região de Gestão do Planejamento 08 (Restinga e Extremo Sul).

3.5 CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO FÍSICO

A transferência do Carnaval de Porto Alegre para região do Porto Seco está diretamente ligada com a discussão que se deu no final dos anos 1980 em relação à necessidade da existência de um espaço fixo para a realização dos desfiles das escolas de samba. A constituição deste espaço contava com a construção de uma pista de eventos, também denominada de “sambódromo”, equipamento próprio para a execução de desfiles existentes em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Dornelles (2010), em 1988 “o então prefeito Alceu Collares lança a pedra fundamental do Sambódromo na Avenida Augusto de Carvalho, no Centro”. Em entrevista

realizada com este jornalista ele, descrevendo o processo de transferência do Carnaval para o Porto Seco, lembra-se desta situação, dizendo que

Dá pra dizer que é um processo que durou muitos anos, e que teve o desfecho com ida do Carnaval pra lá (Porto Seco). Ainda durante o Governo de Alceu Collares na Prefeitura foi criado efetivamente um primeiro projeto de construção do espaço fixo pro Carnaval de Porto Alegre, e a previsão era na própria avenida Augusto de Carvalho, aquela aonde acontecia o Carnaval. Este projeto até foi capa de um dos discos do Carnaval, do tempo do LP ainda, do long play. Foi capa um projeto de construção ali da pista.

Na entrevista realizada com Jorge Sodré, é apontado que a constituição deste espaço na região central também foi tratada nos anos iniciais do governo do Partido dos Trabalhadores na capital gaúcha, com o apoio da sociedade carnavalesca. Segundo o entrevistado

A vinda pra cá (Porto Seco) demorou. Pelo menos uns quatro anos pra aparecer essa área do Porto Seco. Porque, durante anos, o Partido dos Trabalhadores ficou discutindo o Centro. O que era isso? O Carnaval não podia sair do Centro. E os carnavalescos também apoiavam essa situação.

Da mesma forma, Renato Dornelles também destacou a atuação do Partido dos Trabalhadores neste processo. Para ele, “durante o governo Olívio Dutra até que caiu um pouco a discussão, até diminuiu um pouco. Mas, depois no governo seguinte, Tarso Genro, Raul Pont, foi retomada”.

Porém, com a entrada do governo do Partido dos Trabalhadores houve uma nova tática para a construção da pista definitiva, surgindo novos espaços para uma possível construção do Sambódromo. Renato Dornelles aponta que

o PT, os governos petistas tinham uma outra proposta que era de fazer a pista em meio ali o Parque Harmonia, naquela via que fica atrás dos prédios dos tribunais, entre o parque e os prédios dos tribunais. Aí, muita resistência de ambientalistas que diziam que ia ter corte de árvores, que o parque ficaria ameaçado. Até os direitos humanos, não sei porque razão, entrou nessa discussão, e todos com muita pressão contra a ida do Carnaval para ali, da construção da pista. Houve debates bem acalorados na Câmara, discussões, e não passou, o projeto não vingou. Até inclusive um vereador do PT da época que era ambientalista, que era do “Movimento Verde” que eles chamavam na época, ele também foi muito contra, foi bem contrário.

Em matéria do jornal Diário Gaúcho, elaborada pelo mesmo autor, é detalhado que em 1995 “um mandado de segurança impede que o projeto de construção junto ao Parque da Harmonia vá à votação na Câmara de Vereadores” (DORNELLES, 2010). Na sequência, conforme exposição em sua entrevista, Renato Dornelles apontou que

com a recusa deste, surgiu um projeto de construção ali perto do Gigantinho, onde hoje tem aquele estacionamento, ali onde foi aberta uma rua, também surgiu o projeto ali. Aí a resistência foi dos moradores do Menino Deus. Uma resistência muito forte dos moradores do Menino Deus, da Associação dos Moradores do Menino Deus. Resistiu muito, brigou muito, usou “n” artifícios, usou o Asilo Padre Cacique, usou tudo. Uma grande movimentação contrária à construção da pista ali. Por fim, por último ainda surgiu um projeto de construção junto à avenida Beira-Rio, entre a avenida Beira-Rio, a Edvaldo Pereira Paiva e o Guaíba, naquela faixa de terra que seria ocupada. E igualmente, o pessoal do Menino Deus se voltou contra, houve movimentação na Câmara também contrária.

O local citado inicialmente nesta manifestação, faz referência a um espaço do Parque Marinha do Brasil, ao lado do Gigantinho, ginásio poliesportivo pertencente ao Sport Club Internacional e localizado junto ao estádio desta instituição esportiva, denominado de Beira-Rio. Em manifesto lançado pela ASSAMED, na época, são expostos os motivos alegados pela associação para ser contrária à construção do Sambódromo no Parque Marinha. Nele é relatada uma saturação dos bairros Menino Deus, Santa Tereza e Praia de Belas em relação a eventos esportivos, religiosos, culturais, sociais, militares e políticos, durante todo o ano na região. Esta saturação se dava, segundo o documento, em função da existência de construções como o Beira-Rio, Gigantinho, e shoppings nestes bairros.

Na sequência, a contrariedade ao projeto é justificada pelo fato de que a pista de eventos iria ser construída exatamente onde fica o estacionamento público do Beira-Rio. Segundo o manifesto este seria o único local que comporta todos os carros e ônibus que vêm para as assembleias de professores, shows, jogos e outros eventos realizados na região. Outra questão abordada foi a exigência de silêncio por parte do hospital Mãe de Deus, do Asilo Padre Cacique, do Residencial Menino Deus, e de outras casas geriátricas. Segundo o documento o Sambódromo iria trazer mais trânsito, mais barulho e mais violência para os citados bairros.

Um dos trechos do documento diz que: “não somos contra a cidade ter uma pista de eventos desde que colocada num local onde não venha deteriorar ainda mais a qualidade de vida dos moradores”. A manifestação ainda aponta que os bairros citados são o único acesso rápido para a Zona Sul e que suas vias ainda acumulariam o fluxo de veículos para o, na época, futuro Shopping Cristal. Finalizando as motivações, o documento ainda afirma que o Parque Marinha teria danos com a construção da pista, pela ação de veículos, concentração e trânsito de pessoas, aumento da insegurança dos usuários do Parque, entre outros motivos. A construção de uma obra de concreto dentro de uma área verde iria afastar os pássaros e destruir as plantas, agredindo o meio ambiente.

Consta no manifesto que construir a pista de ventos naquele local seria uma insensatez e uma falta de bom senso. Por fim, o documento ainda solicitava que os moradores realizassem algumas manifestações contrárias a construção do Sambódromo naquele local. Entre as indicações de ações neste sentido, estavam a colocação de faixas protestando, a confecção de cartazes e de camisetas, a divulgação das assembleias dos bairros, a realização de caminhadas, passeatas, e carreatas, o contato com jornais, rádios, TV's, Câmara Municipal, Secretarias Estaduais e Municipais, Ministério Público, escola, creches, sindicatos, associações e movimentos ecológicos, além da assinatura e divulgação de um abaixo-assinado. Este documento está presente nos anexos deste trabalho.

O abaixo-assinado citado no manifesto estava destinado ao Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul e datado no dia 29 de setembro de 1997. Segundo o documento havia ali a assinatura de moradores e profissionais trabalhadores dos bairros Menino Deus e Santa Tereza. Constavam nele algumas das justificativas já presentes no manifesto citado anteriormente, além de atentar para o fato de que a Pista de Dispersão estaria voltada para o bairro. Este abaixo-assinado também consta nos anexos do presente trabalho.

Em matéria de Fernanda Crâncio no Jornal Oi! de fevereiro de 1998 há a informação de que “em sentença proferida no último dia 6, pelo desembargador Celeste Vicente Rovani, da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, fica confirmada a suspensão da tomada de preços e início das obras do sambódromo”. Segundo a jornalista esta decisão representava um “ponto de vantagem” dos moradores do Menino Deus em relação à decisão do município. Consta na matéria, exposta nos anexos deste trabalho, que

Antes da sentença do desembargador Rovani, outros capítulos da novela emaranharam ainda mais o enredo. A começar pelo acontecido no dia 13 de janeiro, quando, foi concedida ao Ministério Público uma liminar suspendendo o processo de tomada de preços para a construção da pista de eventos no local. A decisão provisória, foi tomada pelo juiz Luís Augusto Coelho Braga, titular do Juizado da 2ª Vara da Fazenda Pública. Com essa determinação ficaram adiados, até que seja julgado o pedido de anulação do processo, a licitação e o início das obras do sambódromo. A sentença proferida por Coelho Braga favoreceu a ação movida pela Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária contra o Município de Porto Alegre, por concordar que a obra causará danos ao meio ambiente, reduzindo a área do Parque marinha e prejudicando as diversas instituições de saúde próximas ao local, como o Hospital Mãe de Deus, as casas geriátricas e a Febem, devido à poluição sonora. Danos de impacto ambiental irreversível com a diminuição da arborização do Parque, além de graves alterações no trânsito e no sistema viário da região foram alguns dos tópicos apontados pelo juiz para justificar a suspensão do projeto. Os moradores do Menino Deus lamentam que a Prefeitura não tenha chegado a um acordo com a comunidade e o setor público, deixando a decisão para a Justiça.

No ano 2000 foi apresentado um projeto próximo à foz do Arroio Dilúvio. Em relação a esta tentativa, Renato Dornelles declarou em sua entrevista que: “ainda surgiu um projeto de construção junto à Avenida Beira-Rio. Entre a Avenida Beira-Rio, a Edvaldo Pereira Paiva, e o Guaíba, naquela faixa de terra que seria ocupada. E igualmente, o pessoal do Menino Deus se voltou contra, houve movimentação na Câmara também contrária”. Em matéria publicada no Jornal Zero Hora no dia 7 de fevereiro de 2000, é exposto o seguinte:

A secretária Municipal de Cultura, Margarete da Costa Moraes, vai apresentar para a comunidade carnavalesca o projeto alternativo para a pista de eventos. Em fase de conclusão na Secretaria do Planejamento Municipal, ele será apresentado às escolas nesta semana, um mês antes do início do Carnaval. O projeto quer utilizar a área as margens do Guaíba, ao lado do Anfiteatro Pôr-do-Sol, na Avenida Beira-Rio, na parte de trás do Parque Marinha e nas proximidades do Shopping Praia de Belas. “O novo projeto resguarda a área verde e o espaço de lazer das pessoas naquela região”, declara a secretária. A ideia é trabalhar com a modelagem do terreno, fazendo as arquibancadas nos próprios barrancos, sem agredir a paisagem, nem tirar a visibilidade do Guaíba.

Na mesma matéria, presente nos anexos deste trabalho, é exposta uma declaração da secretária em exercício do Meio Ambiente, na época, Marlova Finger, dizendo que a orla do Guaíba não estava nas discussões, e que eles não tinham conhecimento daquele projeto. Margarete Moraes por sua vez, ressalta que o projeto proposto anteriormente estava em discussão na justiça e poderia ser embargado, e que a cidade precisava de uma alternativa, assim como a comunidade carnavalesca merecia um espaço adequado. Em matéria de Renato Dornelles (2010) é informado que “a prefeitura sugere uma área na foz do Arroio Dilúvio, mas a ideia, novamente, não vingou”.

É importante ressaltar que todos estes locais citados até aqui se encontram em regiões pertencentes aos bairros Menino Deus e Praia de Belas, em localidades que ficam no máximo a quatro quilômetros do Centro da cidade. Segundo o sítio eletrônico da ferramenta “Porto Alegre em análise”, o Menino Deus tem cerca de 31.650 habitantes, com taxa de analfabetismo de 0,71% e rendimento médio de 8,74 salários mínimos. Já o bairro Praia de Belas conta com cerca de 2.117 habitantes, 2,72% de taxa de analfabetismo e 7,17 salários mínimos de média de rendimento.

3.6 DESLOCAMENTO PARA O PORTO SECO

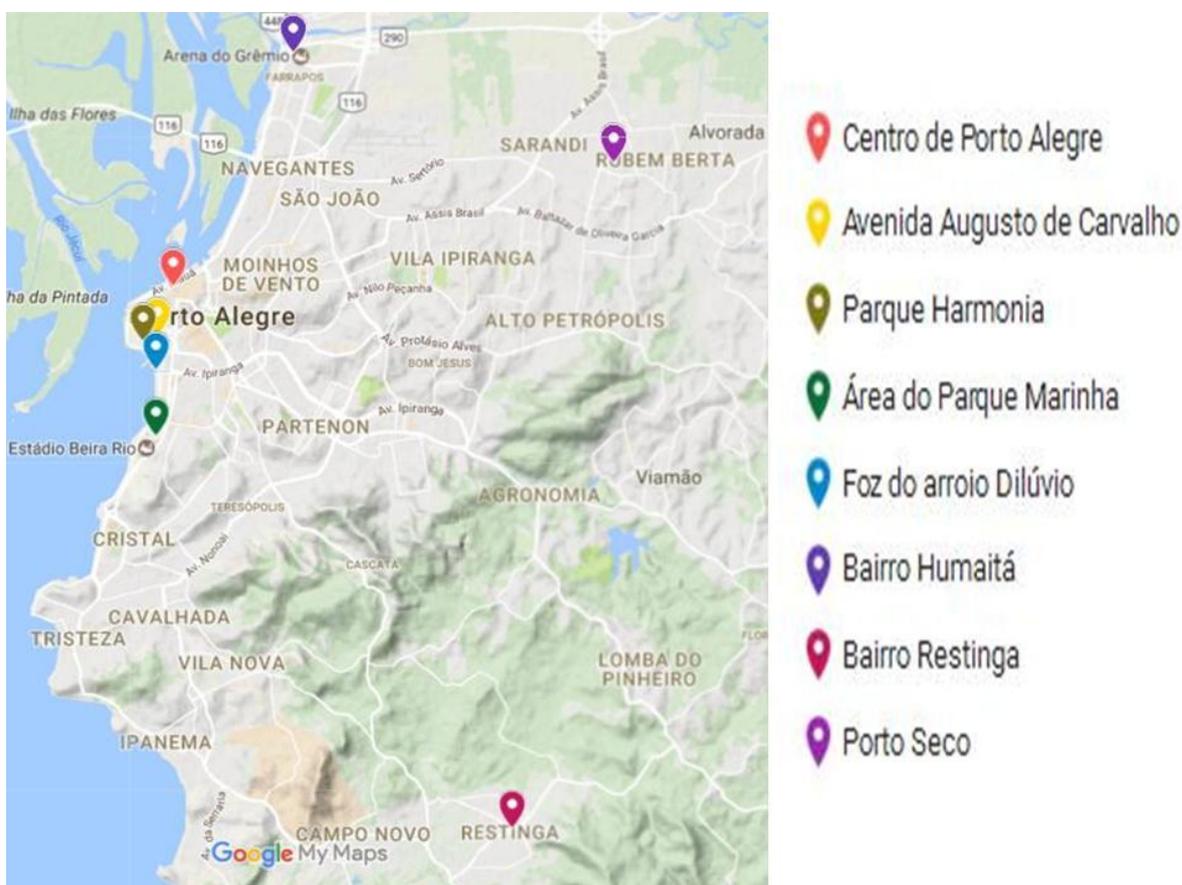
Após estas recusas, surgiram outras propostas. Conforme Dornelles (2010) no ano de 2002 “são propostas três áreas: Restinga, Humaitá e Porto Seco”. Em entrevista realizada com

o jornalista ele reforça esta informação declarando que “começou a se discutir no Plano Diretor, em tempos de Plano Diretor, três propostas: uma da Restinga, uma da Vila Farrapos, ali no bairro Humaitá, ali perto de onde é a Arena do Grêmio, e esta do Porto Seco”. Do mesmo modo, Jorge Sodré aponta que “aí foi quando apareceu, onde hoje é a construção da Arena, no Humaitá, aqui no Porto Seco, e Restinga”.

Em relação a estas localidades, temos que o bairro Humaitá está localizado a cerca de sete quilômetros do Centro de Porto Alegre, enquanto o bairro Restinga fica a cerca de vinte e um quilômetros e o Porto Seco a cerca de dezoito quilômetros. De acordo com a mesma fonte utilizada para abordar os dados dos bairros Menino Deus e Praia de Belas, é informado que o bairro Humaitá possui cerca de 11.404 habitantes, com taxa de analfabetismo de 1,84%, e o rendimento médio é de 3,90 salários mínimos. O bairro Restinga, por sua vez, tem cerca de 60.729 habitantes, com taxa de analfabetismo de 4,03% e 2,10 salário mínimos de rendimento médio. Por fim, o bairro Rubem Berta, onde fica a região do Porto Seco, possui cerca de 74.522 habitantes, taxa de analfabetismo de 1,6%, e rendimento médio de 3,04 salários mínimos.

Para melhor explicitar tais regiões, a ilustração seguinte, elaborada na ferramenta “Goggle My Maps”, identifica o Centro da cidade e os locais onde foi levantada a possibilidade de construção da Pista de Eventos no mapa de Porto Alegre. Além do Centro, foram marcados os pontos da Avenida Augusto de Carvalho, do Parque Harmonia, do espaço do Parque Marinha ao lado do Gigantinho, do espaço junto à foz do Arroio Dilúvio, além dos bairros Humaitá, Restinga, e da região do Porto Seco.

Ilustração 7 – Centro de Porto Alegre e locais onde foi levantada a possibilidade de construção da Pista de Eventos



Fonte: Elaborado pelo autor

A possibilidade de ir para a Restinga foi a mais rechaçada pelos próprios representantes da sociedade carnavalesca. Como já relatado na apresentação dos atores da sociedade civil presentes neste processo, para o presidente da AECPARS na época, Jorge Sodré, o interesse de levar os desfiles para a Restinga não era nem dos próprios carnavalescos da comunidade, mas sim de grupos políticos organizados.

Das três apresentadas, a opção mais defendida pelos representantes carnavalescos foi a da região do Humaitá, visto que era a mais próxima ao Centro e também se encontrava em uma das entradas da cidade, próxima à rodovia BR-290, a “Free-Way”. Renato Dornelles relatou que a esta região “foi a mais defendida, por ser uma área mais centralizada em relação às outras duas.” Sodré descreveu que “aonde é a Arena hoje, nós tínhamos uma grande vontade de ir pra lá pela questão da beira de Free Way, a questão publicitária, comercialmente seria muito melhor para o Carnaval”.

Porém, houve uma resistência no bairro Humaitá em relação a este projeto, principalmente por parte da Associação dos Moradores do Bairro Humaitá. Segundo Renato Dornelles, “houve a resistência dos moradores do Humaitá, uma resistência muito forte”. Além dos moradores, Jorge Sodré relatou uma resistência dos comerciantes da região. O entrevistado expôs que “no Humaitá houve sim uma discriminação também contra nós, mesmo sendo o bairro até onde eu resido, mas houve uma discriminação contra nós de alguns comerciantes”.

A comunidade do Porto Seco, ao contrário, sempre se mostrou favorável à ida do Carnaval para a sua região. “O pessoal lá da região do Porto Seco, das associações se organizaram bem, eles queriam levar a pista pra lá, porque era de alguma forma positivo”, relatou o jornalista Renato Dornelles. Juarez de Souza por sua vez relata o apoio das artesãs da zona norte e dos transportadores da região. Jorge Sodré declarou, em relação ao Porto Seco que

as associações, que são do bairro aqui, e isso também é uma coisa muito estranha, vamos dizer que nós tínhamos três, quatro associações, virou doze, treze associações a favor, apareceu muito novas associações. Agora quem apoiou muito nós foi a Associação dos Proprietários do Porto Seco, que é a dos empresários aqui da região. Apoiaram muito a nossa vinda pra cá.

Frente a preferência pelo Humaitá, foi descrito por Juarez de Souza um acordo feito com alguns componentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). O relato do entrevistado é o seguinte:

Tínhamos um pré-acordo com o Conselho da Cidade que decidia os locais e as destinações de áreas, e o Conselho tinha um acordo que nós votaríamos para ir para o Humaitá, que era um meio termo, nós saímos do nosso ninho, do nosso berço, mas estávamos indo ali para o projeto da entrada da cidade, que tinha uma relativa proximidade com o Centro. Na hora da votação, cinco votos pertencentes aos indicados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que tinham acentos no Conselho votaram contrariamente ao que estava acordado, e nós acabamos tendo que vir para o Porto Seco.

Ou seja, havia um acordo com alguns conselheiros do CMDUA para votarem a favor da ida dos desfiles para o Humaitá, que não se confirmou no momento da votação, acarretando a decisão da ida para o Porto Seco. Esta versão foi confirmada por Jorge Sodré em sua entrevista, onde foi relatado que “nós (representantes da sociedade carnavalesca) fomos para uma votação dentro do Conselho. Porto Alegre é dividida em vários conselhos. Então, o Conselho Municipal do Plano Diretor, que é da Secretaria de Planejamento, teve uma votação e nós ganhamos por um voto pra vir pro Porto Seco”. Renato Dornelles por sua vez,

expôs que a decisão “foi para o Plano Diretor, e devido à resistência das outras áreas, e essa, como não houve resistência, foi aprovado então que fosse lá para o Porto Seco, na reunião do Plano Diretor de Porto Alegre”. A Prefeitura acatou esta votação e tomou a decisão do deslocamento dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Porto Seco.

Segundo matéria de Renato Dornelles (2010) este processo decisório se deu no ano de 2002. Jorge Sodré aponta que, mesmo que com a preferência pelo Humaitá, foi aceito pelos representantes da sociedade carnavalesca o deslocamento para o Porto Seco, desde que fossem construídas primeiramente as estruturas para construção dos carros alegóricos e fantasias, conhecidas como barracões. Conforme o presidente da AECPARS na época, “foi aceito total a vinda pra cá, mas nós só viríamos pra cá, se fosse construído os primeiros barracões. Eles queriam primeiro construir a arquibanca. Não, primeiro os barracões”. Da mesma forma, Juarez de Souza declarou que “a situação se deu desta forma, e a constituição física que nós temos hoje aqui, foi uma exigência nossa, ao invés de iniciar pelos pré-moldados de arquibancadas, nós optamos por ter primeiro os pavilhões”.

Ficou prevista então a construção do Complexo Cultural do Porto Seco, onde se realizariam diversas manifestações culturais como os desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre, e os desfiles de Sete e Vinte de Setembro. O projeto contava com a construção de arquibancadas fixas para o público, além das já citadas estruturas de barracões para a organização das escolas.

A reportagem de Renato Dornelles (2010) informa que em 2003 é anunciada a licitação para a execução do projeto do Sambódromo. Com a construção dos primeiros barracões, no ano de 2004 são realizados os primeiros desfiles no Porto Seco. Apesar da previsão inicial da conclusão total do projeto no ano de 2005, até hoje as arquibancadas continuam sendo montadas e desmontadas em cada Carnaval. Além disso, dos grandes eventos previstos para o local, apenas os desfiles das escolas de samba estão ocorrendo no Porto Seco. Os desfiles de Sete e Vinte de Setembro, por exemplo, continuam sendo realizados na região central de Porto Alegre.

3.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3

Este capítulo trouxe alguns detalhes importantes em relação ao processo de deslocamento dos desfiles das escolas de samba para o Porto Seco. Inicialmente, foi detalhado qual o método de pesquisa deste trabalho e exposto como se realizou a coleta de informações. É importante destacar que a existência de referências bibliográficas e

documentações relacionadas ao assunto são escassas, o que exigiu um grande esforço em relação às entrevistas para descreverem o processo.

Em segundo lugar, observa-se que o Carnaval de Porto Alegre teve variadas características ao longo dos anos até chegada das escolas de samba oriundas das comunidades negras e periféricas da cidade. Tal segmento da sociedade acessava os espaços centrais da cidade para desfilarem ou assistir suas escolas até a decisão do deslocamento dos desfiles para o Porto Seco.

Este processo se deu a partir da busca de diversos espaços na região central para a construção de um espaço fixo para a realização dos desfiles. A oposição e a influência de alguns atores fizeram com que a construção nestes locais fosse impossibilitada, através, principalmente, das instâncias judiciárias, restando as opções do Porto Seco, Humaitá e Restinga. Acatando o resultado da votação do CMDUA a Prefeitura de Porto Alegre determinou o Porto Seco como local para execução do projeto.

No momento desta decisão, a representação da sociedade carnavalesca ficou restrita a um acordo com componentes do CMDUA pertencentes à estrutura do Poder Público, de que estes votariam na ida para o Humaitá. O acordo não foi cumprido e, além de ter que se deslocar para o Porto Seco, a estrutura prometida para o Porto Seco ainda não foi construídas, sendo cumprida apenas a construção dos barracões para a construção dos carros alegóricos e fantasias.

No próximo capítulo será realizada uma análise de todo este processo, sendo interpretada atuação do Poder Público e dos atores envolvidos neste processo. Para além, será observado o resultado do questionário realizado junto à indivíduos pertencentes à sociedade carnavalesca sobre questões relacionadas ao deslocamento dos desfiles para a região do Porto Seco.

4. ANÁLISE DO PROCESSO

Este capítulo será utilizado para a realização de uma análise do processo descrito anteriormente. Assim sendo, inicialmente serão feitas algumas ponderações em relação ao histórico do Carnaval de Porto Alegre. Após, focando-se mais nas questões próprias do deslocamento dos desfiles para o Porto Seco, buscar-se-á entender as perspectivas dos principais atores da sociedade civil presentes neste processo.

O próximo passo será fazer uma reflexão em relação à sucessão de acontecimentos que resultaram no referido deslocamento, até o principal ponto, que é a tomada da decisão por parte do Poder Público. Por fim, serão contemplados os dados de uma pesquisa feita junto a frequentadores do Carnaval de Porto Alegre, sendo eles simpatizantes das escolas de samba Bambas da Orgia, Imperadores do Samba, Estado Maior da Restinga e Imperatriz Dona Leopoldina.

4.1 OBSERVAÇÃO DO HISTÓRICO DO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE

Observando o histórico do Carnaval de Porto Alegre é possível apontar uma divisão permanente das classes. Em nenhum momento, os eventos promovidos nesta época congregaram as elites e a camada mais popular em um mesmo espaço, ou seja, houve sempre uma variação entre o predomínio de festejos da elite, como os grandes bailes de sociedade, e os festejos ligados à camada mais popular da cidade, como os atuais desfiles das escolas de samba. Diversos tipos de festas existiram simultaneamente, mas nunca com a presença de variadas classes em um mesmo espaço, sempre houve uma separação.

Outro fato relevante é a contribuição de forma inconstante do Poder Público da cidade. Os auxílios se deram em momentos variados, até a fundação da AECPARS, no ano de 1960, quando foi reivindicada uma oficialização do evento junto à Prefeitura de Porto Alegre, que se deu a partir dos desfiles de 1962. Além de inconstantes em relação ao período em que se davam, o apoio também se mostrou variado em relação à forma como acontecia, se dando hora com contribuições financeiras repassadas diretamente para as entidades, hora com a garantia apenas da iluminação das ruas nos dias dos desfiles, por exemplo. Esta situação abriu espaço para os investimentos privados no evento.

Nota-se, que as escolas de samba oriundas das áreas mais próximas à região central da cidade tiveram que se deslocar para outros pontos da cidade, excetuando-se aquelas que já tiveram origem em regiões mais periféricas. É possível observar que estas escolas que se

viram obrigadas a se afastar do Centro, se criaram em espaços que na época eram considerados periféricos, como o Areal da Baronesa e a Cidade Baixa, caracterizando uma primeira geração de escolas.

Com a especulação imobiliária destas regiões, e o processo de “higienização” da cidade, onde as classes mais populares e majoritariamente negras eram obrigadas a se afastar da região central, estas escolas se viram obrigadas a se deslocar para regiões mais afastadas. Além disso, o referido processo acarretou na criação de escolas nas “novas periferias”, ou seja, em bairros como a Restinga e o Rubem Berta, proporcionando uma segunda geração de escolas, que ainda conseguem permanecer nas suas comunidades de origem.

Por fim, ainda é válido ressaltar o caráter itinerante da realização dos eventos ligados ao Carnaval da cidade. É possível notar até mesmo ao longo da história a realização de festejos em uma localidade concomitantemente à celebração em outras regiões. Isso se explica principalmente pelo fato da diferenciação dos festejos das classes mais baixas e das elites descrita anteriormente. Mas, mesmo o desfile das escolas de samba, identificado como evento oficial do Carnaval pela Prefeitura desde os anos 1960, e frequentado, quase que em sua totalidade, pela mesma classe social ao longo dos anos, já teve cinco locais de realização diferentes até o deslocamento para o Porto Seco.

Esta situação revela um desinteresse da criação de um espaço próprio para a realização do evento do início dos anos 1960 até o final dos anos 1980. Quando finalmente surge este interesse, se dá um debate em relação a qual seria este local, resultando na realização dos desfiles no Porto Seco, região afastada do centro da cidade, ao contrário de todas as localidades onde se davam os desfiles anteriormente. Tal fato tem ligação evidente com o mesmo processo já descrito anteriormente de afastamento das camadas mais populares e negras da região central da cidade.

4.2 PERSPECTIVA DOS ATORES DA SOCIEDADE ENVOLVIDOS

Em relação aos atores da sociedade civil envolvidos, é possível afirmar que houve um intenso jogo de poder, onde eles tentavam utilizar ao máximo seus potenciais de influência sobre o tomador de decisão, neste caso o Poder Público. Portanto, é importante identificar qual o posicionamento destes atores neste processo que definiu o deslocamento dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Porto Seco.

A AECPARS inicialmente se mostrou contrária à colocação dos desfiles na região do Porto Seco. Porém, ao longo do processo foi surgindo uma aceitação por parte desta associação em relação à saída do Carnaval da zona central de Porto Alegre, principalmente com a possibilidade de ida para o Humaitá. Apesar de estar falando em nome da sociedade carnavalesca como um todo nas negociações, é notável que a representação da AECPARS estava muito restrita a quem dirigia as escolas de samba.

Por sua vez, a ASSAMED sempre se demonstrou contrária à construção de um espaço para os desfiles na região central da cidade, mais especificamente nos espaços do Parque Marinha do Brasil e da foz do Arroio Dilúvio, cogitados para a construção desta obra. A associação se demonstrou bem articulada com os moradores do bairro contrários à construção pista de desfiles naquela zona. Mas, o grande trunfo da ASSAMED no processo foi o seu poder de influência sobre algumas instâncias do Poder Público, principalmente no que se refere ao Judiciário.

Assim como a ASSAMED, a Associação dos Moradores do Bairro Humaitá adotou um posicionamento adverso em relação à construção do Sambódromo na sua área de atuação. Além disso, tal associação também demonstrou um bom poder de mobilização política, principalmente em relação à AECPARS, que, como referido anteriormente, em determinado momento demonstrou grande interesse na construção da pista de eventos no Humaitá.

Entre os atores, ainda se pôde observar alguns movimentos ligados à Restinga no processo. Estes, segundo relato dos entrevistados, estavam muito mais ligados a uma mobilização política do que à população do bairro em si. Faz-se necessário atentar também para o fato de que a AECPARS também não desejava a realização dos desfiles na Restinga, o que inviabilizou ainda mais este pequeno movimento.

Já a comunidade do Porto Seco se mostrou favorável a sediar o desfile das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre em todos os âmbitos. Desde as associações mais simples ligadas à região até os representantes dos empresários da região, foram descritos nas entrevistas como favoráveis à realização do Carnaval no Porto Seco. Além disso, essa vontade ganhou apoio da AECPARS frente à negativa que esta associação recebeu em relação ao bairro Humaitá, e a outra opção de local ter sido a Restinga.

O MTG também foi descrito como contrário à construção de um espaço para o Carnaval de Porto Alegre na região central da cidade. Conforme Jorge Sodré “quem influenciou contra eu sei muito bem, que nunca era a favor de nada, que era o MTG”. O Movimento Tradicionalista Gaúcho sempre foi contra nós, em tudo. Isto se deu, mesmo com o movimento estando, de certa forma, contemplado pelo projeto, visto que ele previa a

construção de um Complexo Cultural onde se realizariam diversas manifestações culturais, como por exemplo, o desfile do dia 20 de Setembro, principal evento ligado ao MTG.

Fica evidente uma vontade do movimento em desvincular totalmente as duas manifestações culturais, e deslocar o Carnaval para a região periférica de Porto Alegre. Além disso, o MTG demonstrou muita força política, uma vez que não deixou de realizar seus eventos na zona central de Porto Alegre, inclusive com a continuidade do “Acampamento Farroupilha”, onde são construídos diversos barracões na área do Parque Harmonia, existindo uma circulação muito grande de pessoas por mais de um mês a cada ano. É válido lembrar que este mesmo espaço foi cogitado para a construção da Pista de Eventos, porém foi vetado sobre forte pressão do movimento ambiental.

Visto esta “seletividade” em sua atuação, o movimento ambiental também se torna um ator influente no processo. Além disso, no processo contrário à construção na região do Parque Marinha do Brasil e da foz do Dilúvio as pautas do movimento serviram de auxílio para ASSAMED na pressão pelo não desenvolvimento do projeto na região, justificando uma possível agressão àquele ambiente. Um dos representantes da ASSAMED informou que

a associação teve que contratar uma empresa pra fazer um levantamento, o tal de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental), estudos de impactos ambientais. Foi bem caro! A população ajudou a levantar uma verba “bem forte”, e aí essa empresa fez este levantamento, forneceu os laudos, e isso então foi para o Ministério Público.

Entender o posicionamento dos referidos atores é fundamental para a análise do processo. Porém, é essencial destacar, além disso, que ao longo dos acontecimentos ficou evidente uma grande variação entre o poder de influencia de cada um dos atores, fato que foi determinante na tomada de decisão por parte do Poder Público.

4.3 CONSIDERAÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO DOS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA DE PORTO ALEGRE PARA O PORTO SECO

Conforme dito anteriormente, a discussão sobre o deslocamento dos desfiles para a região do Porto Seco está ligada à necessidade da constituição de um espaço fixo para a realização do Carnaval de Porto Alegre. É preciso fazer algumas observações deste processo para que se possa compreender melhor o jogo de forças presente, o qual foi decisivo no decorrer dos acontecimentos.

Esta discussão se inicia em 1988, durante o governo de Alceu Collares, prefeito de Porto Alegre de 1986 a 1988, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nota-se que tal representante, assim como seu partido apresenta ligações com alguns setores mais populares da sociedade. Na sequência, vieram os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com os prefeitos Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont e João Verle. Estes eram de caráter progressista e apresentavam uma ligação ainda maior com as camadas populares. Isto significa uma grande possibilidade de existir o interesse da construção de um espaço fixo para os desfiles não por parte de Poder Público como um todo, mas sim de setores de governos mais progressistas.

Com o início do governo do PT em 1989 abandona-se a ideia da construção na Avenida Augusto de Carvalho, onde já eram realizados os desfiles, e é sondado o espaço junto ao Parque Harmonia. Há retaliação ao projeto por parte do movimento ambientalista, que defende a ideia de deterioração do espaço caso o Sambódromo ali fosse construído. Surge aqui a influência do Poder Judiciário no processo, visto que, no ano de 1995, respaldando o movimento ambiental, é lançado um mandado de segurança que impede que este projeto sequer vá para votação na Câmara de Vereadores.

A partir desta negativa, é iniciada a discussão da execução do projeto ao lado do Gigantinho, na área do Parque Marinha. Conforme descrito, houve uma forte mobilização da ASSAMED contrária a esta possibilidade, com manifestações como a organização de passeatas dos moradores, organização de estudos de impacto ambiental e abaixo assinado destinado ao Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. De fato, mais uma vez, a ação junto ao judiciário foi a que gerou uma efetiva consequência para o processo, visto que no ano de 1998 foi expedida uma sentença da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça suspendendo a tomada de preços do projeto de construção da Pista de Eventos naquele local.

A última tentativa de construção do Sambódromo na área central de Porto Alegre se deu no projeto junto à área da foz do Arroio Dilúvio próximo à Avenida Edvaldo Pereira Paiva. Novamente por pressões dos moradores do Menino Deus, e por dissidências dentro do próprio governo da cidade, já que a Secretaria da Cultura era favorável e a Secretaria do Meio Ambiente alegava nem ter conhecimento do projeto, a construção da Pista de Eventos naquela localidade foi inviabilizada.

4.3.1 Análise da tomada de decisão do deslocamento para o Porto Seco por parte do Poder Público

Conforme descrito anteriormente, após as tentativas frustradas de construção da Pista de Eventos na região central o Poder Público de Porto Alegre no ano de 2002, ainda sobre gestão do Partido dos Trabalhadores, estabelece três possibilidades de locais para a realização da obra do Sambódromo, sendo elas: a Restinga, o Humaitá e o Porto Seco. Percebe-se, portanto, que mesmo um governo definido como progressista é submetido a um domínio da classe dominante sobre as deliberações, visto que as opções aqui já passam a ser todas em locais afastados da cidade.

Entre todas estas possibilidades a mais defendida pela AECPARS era a de ida para o Humaitá, porém a Associação de Moradores deste bairro se demonstrou contrária à ideia. No entanto, no ano de 2002 já estava em vigor o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, que deveria dar ênfase à participação popular nos seus processos, e contava com o mecanismo do CMDUA que, em tese, deveria garantir uma maior inclusão de diversos setores nas discussões de projetos e planos para a cidade.

Entretanto, analisando a composição do Conselho naquela época, tinha-se uma vaga na presidência destinada ao Secretário de Planejamento de Porto Alegre, mais oito vagas destinadas ao Poder Público, e das dezesseis vagas destinadas à sociedade civil, oito eram de entidades ligadas ao planejamento urbano e oito destinadas a representantes de comunidades. Ou seja, a sociedade carnavalesca não contava com nenhum representante dentro do Conselho que pudesse debater e deliberar sobre um assunto que lhe afetava de forma permanente em sua história.

Este fato revela uma falha muito grande na construção do Plano Diretor e do seu Conselho em relação ao que estava previsto em legislação. Isto acarretou com que a AECPARS tivesse que fazer um acordo com representantes do Poder Público da esfera municipal para que votassem favoravelmente para a realização da obra no bairro Humaitá. Na hora da votação o acordo foi quebrado e o resultado indicou a ida para o Porto Seco.

Além disso, as competências do CMDUA possuem um caráter de proposição, ou seja, não há nenhuma garantia de que suas deliberações serão acatadas de forma vinculativa. Isto significa que, independente dos resultados obtidos nas votações realizadas pelo Conselho, não é certa a inclusão destas decisões por parte do Poder Público no Plano Diretor. Esta questão foi levantada inclusive por um dos representantes da ASSAMED entrevistados. Segundo ele “naquele conselho do CMDUA eles só levantam os problemas que têm, eles não dão decisão,

eles não têm decisão jurídica, ali o que eles dizem não tem poder. Eles não têm poder decisório, é só consultivo.” O fato é que esta decisão do deslocamento para o Porto Seco, coincidentemente, ou não, foi acatada pela Prefeitura, acarretando na realização dos desfiles em um local afastado da região central, algo que nunca antes havia acontecido. Explicando esta situação, Juarez de Souza informou que

quando surgiu a possibilidade de nós irmos para o Humaitá, aí agente meio que deu o sinal verde pra sentarmos e construirmos essa possibilidade. Construimos ela politicamente, mas na hora do voto ela não se configurou conforme o que estava acordado. Aí nós tivemos que vir pra cá (Porto Seco), e “fazer do limão uma limonada”.

É importante ressaltar a aceitação final que se deu por parte da AECPARS com este processo. Este aceite por parte dos representantes da sociedade carnavalesca se deu em troca da construção dos barracões para construção de carros e confecção de fantasias antes da estruturação das arquibancadas fixas que iriam acomodar o público carnavalesco. Ficou evidente, por parte da Associação, e também por parte dos representantes das escolas uma preferência pelas suas instalações, em detrimento das instalações povo carnavalesco. Juarez de Souza expôs que

o projeto, inicialmente, era eles darem início à obra da pista de desfiles, e nós dissemos: “não, nós queremos a pista, e queremos os barracões, se não, nós não vamos pra lá, já que estão nos colocando lá, nós queremos um mínimo de infraestrutura para garantir espaço adequado para as alegorias, para tudo que sobra de um carnaval para o outro, para as reciclagens, para as oficinas, enfim, para termos essa realidade física que nós temos hoje aqui. Então, a situação se deu desta forma, e a constituição física que nós temos hoje aqui, foi uma exigência nossa, ao invés de iniciar pelos pré-moldados de arquibancadas, nós optamos por ter primeiro os pavilhões, se não aonde é que nós construiríamos as alegorias? Então, foi esse o fato que aconteceu naquela ocasião.

Por outro lado, para o público esta situação não pareceu nada confortável. Segundo Joaquim Lucena, “houve esse deslocamento pra lá e o Carnaval sofreu um ‘baque’. O nosso componente afrodescendente se sentiu rejeitado. Por que nós vamos pra lá? Por que as outras culturas não vão pra lá? Então isso foi um ‘baque’”.

4.4 APRECIACÃO DOS DADOS OBTIDOS

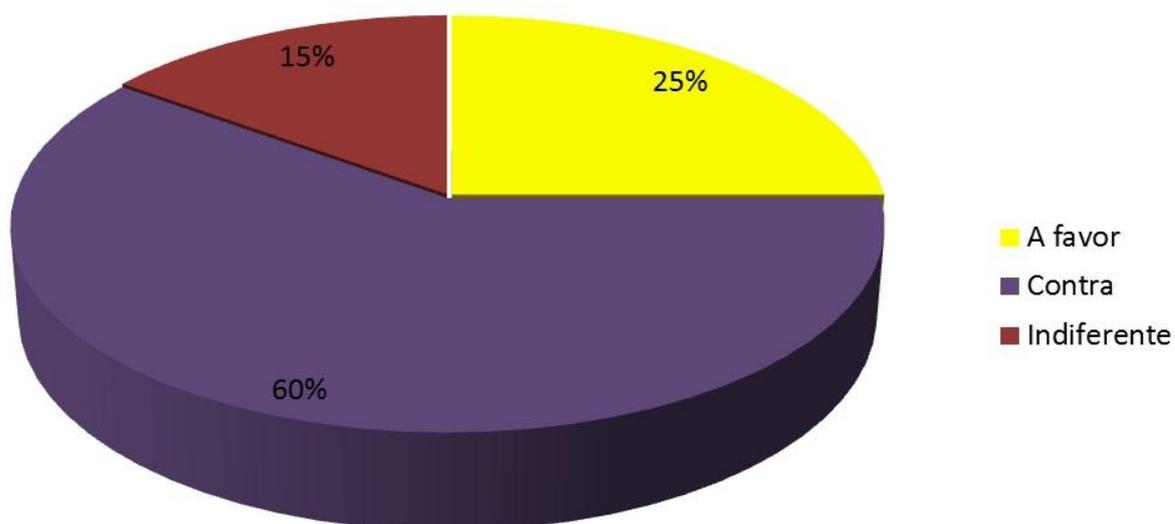
Frente a todo este processo, procurou-se obter alguns dados relativos à opinião dos frequentadores do Carnaval de Porto Alegre em relação a certas questões relacionadas aos fatos sucedidos neste deslocamento para a região do Porto Seco. Para isso, foi elaborado um

questionário e disponibilizado aos participantes através da ferramenta “Formulários Google”. Tal questionário está presente entre os apêndices do presente trabalho.

Ele foi direcionado para pessoas ligadas a quatro escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre, sendo elas: Imperatriz Dona Leopoldina, escola criada e com sede no bairro Rubem Berta, próximo à região do Porto Seco e que concentra seus simpatizantes no seu local de origem; Estado Maior da Restinga, que, assim como a Imperatriz, tem seus simpatizantes ligados à comunidade do bairro Restinga, assim como sede no bairro de origem, porém, sendo este totalmente afastado do Porto Seco; e, por fim, foram consultadas pessoas ligadas aos Bambas da Orgia e aos Imperadores do Samba, as duas escolas de maior abrangência dentro do Carnaval de Porto Alegre, e que possuem simpatizantes espalhados nas mais variadas comunidades da cidade. Foram captadas as opiniões de dez pessoas por escola, resultando em uma amostra de quarenta frequentadores do evento.

A primeira questão se relacionava ao posicionamento em relação à transferência dos desfiles para o Porto Seco na época em que se deu o deslocamento. No total 25% se declararam favoráveis, 60% disseram ser contrários, e 15% se posicionaram indiferentes em relação à questão.

Ilustração 8 – Gráfico: Quando ocorreu a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco, qual foi a sua posição perante esta decisão?



Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os dados de cada escola isoladamente, em nenhum dos casos as pessoas ligadas à entidade pesquisada se mostraram majoritariamente favoráveis ao deslocamento para o Porto Seco na época em que isso aconteceu. Das pessoas ligadas à Imperatriz Dona Leopoldina, com sede mais próxima à região do Porto Seco, 30% demonstraram ser a favor, 40% contra e 30% indiferente.

Nos simpatizantes de Bambas da Orgia, tanto a porcentagem de favoráveis, quanto a de contrários foram maiores, com 40% a favor, 50% contra, e 10% indiferente. Nas demais escolas, o índice de contrariedade foi maior ainda. 60% dos simpatizantes do Estado Maior da Restinga se posicionaram contra, 30% a favor, e 10% indiferentes. Já das pessoas ligadas aos Imperadores do Samba, 90% se mostraram contrárias, 10% indiferentes e nenhuma se demonstrou favorável. Os resultados obtidos para esta questão em cada uma das escolas estão representados na figura a seguir.

Ilustração 9 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: quando ocorreu a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco, qual foi a sua posição perante esta decisão?



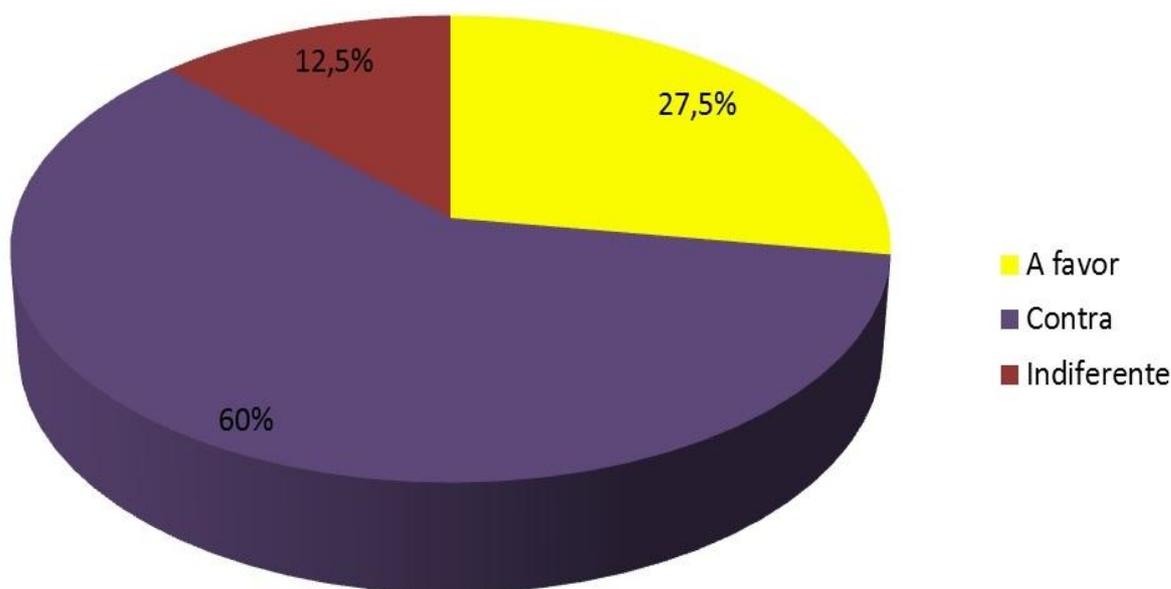
Fonte: Elaborado pelo autor

Estes resultados obtidos na pesquisa demonstram uma contrariedade majoritária da comunidade carnavalesca em ir para a região do Porto Seco quando o processo ainda estava

em discussão. Portanto, a decisão foi tomada em desacordo com a vontade de grande parte deste seguimento da sociedade diretamente afetado pela mudança.

Visto a possibilidade de que a aceitação deste processo viria com o tempo de adaptação ao novo local dos desfiles, foi questionado junto aos participantes da pesquisa quais seus posicionamentos atuais perante a transferência do Carnaval de Porto Alegre para o Porto Seco. 27,5% das pessoas se mostram favorável ao deslocamento para o Porto Seco, 60% são contrárias, e 12,5% são indiferentes em relação a este tema.

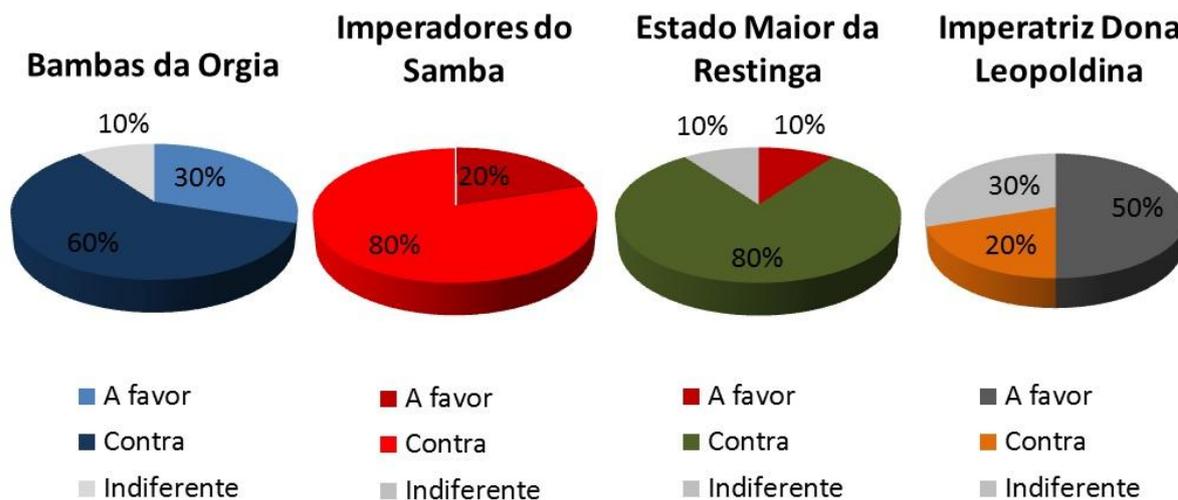
Ilustração 10 – Gráfico: Atualmente, qual o seu posicionamento?



Fonte: Elaborado pelo autor

Abordando os dados de cada escola, temos que, entre os simpatizantes do Estado Maior da Restinga, 10% são favoráveis, 80% são contrários, e 10% são indiferentes. Em relação aos Bambas da Orgia, 30% se mostram favoráveis, 60% contrárias e 10% indiferentes. Já no caso dos Imperadores do Samba 20% são favoráveis, 80% são contrários e ninguém se demonstrou indiferente. No caso da Imperatriz Dona Leopoldina, 50% são favoráveis, 20% contrários, e 30% indiferentes.

Ilustração 11 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: atualmente, qual o seu posicionamento?

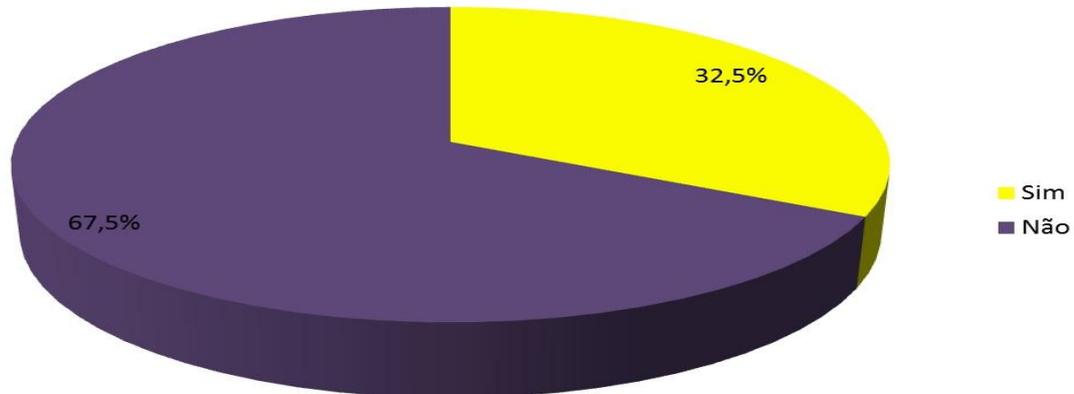


Fonte: Elaborado pelo autor

Estes dados demonstram que com o passar dos anos a contrariedade em relação ao fato se manteve a mesma. O número de pessoas favoráveis na pesquisa aumentou de 25% para 27,5%, porém o que diminuiu foi o número de indiferentes com a situação. Entre as escolas abordadas o número de simpatizantes favoráveis à decisão só aumentou no caso dos Imperadores do Samba e da Imperatriz Dona Leopoldina. Em relação à primeira, na pergunta anterior nenhum dos participantes se declarou favorável, e nesta, 20% demonstraram este posicionamento. Porém, 80% ainda são contrários à transferência. Já os simpatizantes da Imperatriz foram os únicos que se demonstraram majoritariamente favoráveis, com uma porcentagem de 50% dos participantes da pesquisa. Vale lembrar, mais uma vez, que esta é uma entidade com sede próxima ao Porto Seco.

A pergunta seguinte buscou compreender se para os simpatizantes das escolas a sociedade carnavalesca obteve ganhos com o atual espaço de desfile. Nesta questão 32,5% dos entrevistados opinaram que sim, houve ganhos, e 67,5% foram contrários a esta visão.

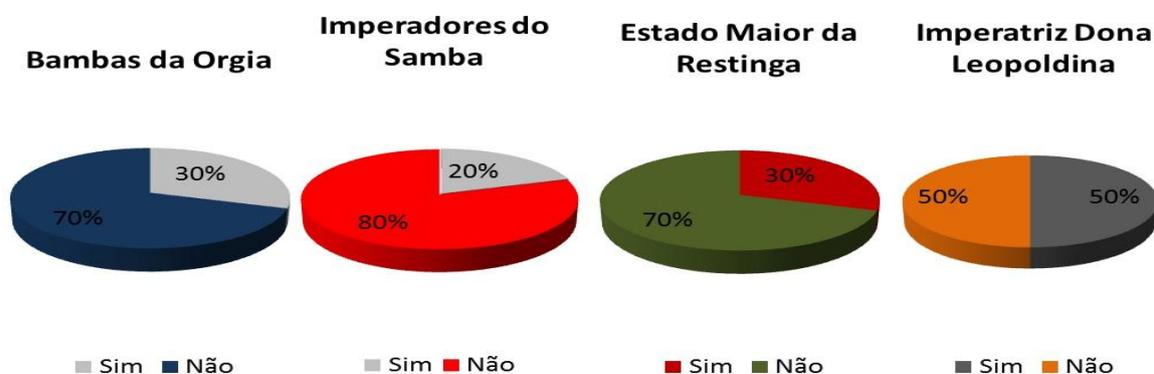
Ilustração 12 – Gráfico: Na sua opinião, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?



Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os resultados de cada escola isoladamente, fora no caso da Imperatriz Dona Leopoldina, onde houve uma divisão de 50% para cada uma das opções, os resultados são semelhantes. Entre os simpatizantes dos Bambas da Orgia, 30% opinaram “sim” e 70% “não”. Estes números se repetiram em relação ao Estado Maior da Restinga. No caso dos Imperadores do Samba foram 20% opinando “sim” e 80% “não”.

Ilustração 13 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: Na sua opinião, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?



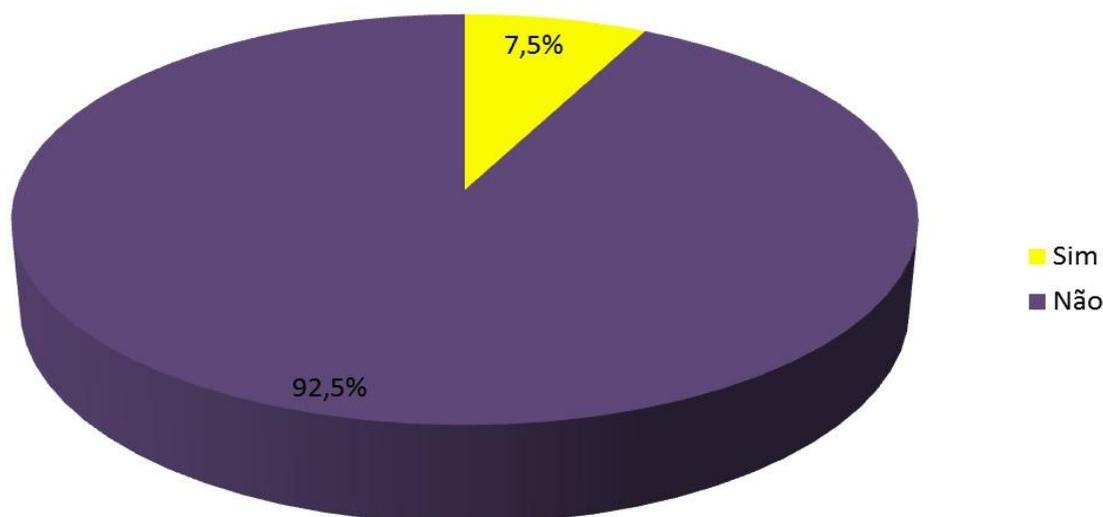
Fonte: Elaborado pelo autor

Frente a estes resultados, percebe-se que grande parte dos frequentadores do Carnaval de Porto Alegre não enxergam ganhos com o deslocamento dos desfiles para a região do Porto Seco. Na área do questionário direcionada para comentários livres em relação ao processo, muitos admitem uma melhora técnica, ou seja, a mesma alegada pelos representantes da AECPARS em relação às questões dos barracões. Porém, as questões ligadas ao público do evento, como a não conclusão das obras, a distância, e a falta de segurança, foram as que mais pesaram nos resultados desta questão. Renato Dornelles comentou esta situação dizendo que

contemplaram aquilo que os dirigentes - que foi quem negociou com eles - queriam, que era os barracões, e o resto ficou em promessas. Sucessivos governos foram se alternando, prometendo que iriam construir um lance de arquibancada num ano, mas até hoje não temos nenhum lance de arquibancada, nada. Então o Carnaval ficou distante do Centro e sem uma estrutura razoável, em termos de público, em termos de desfilantes. Única coisa contemplada foram os barracões pras escola de samba.

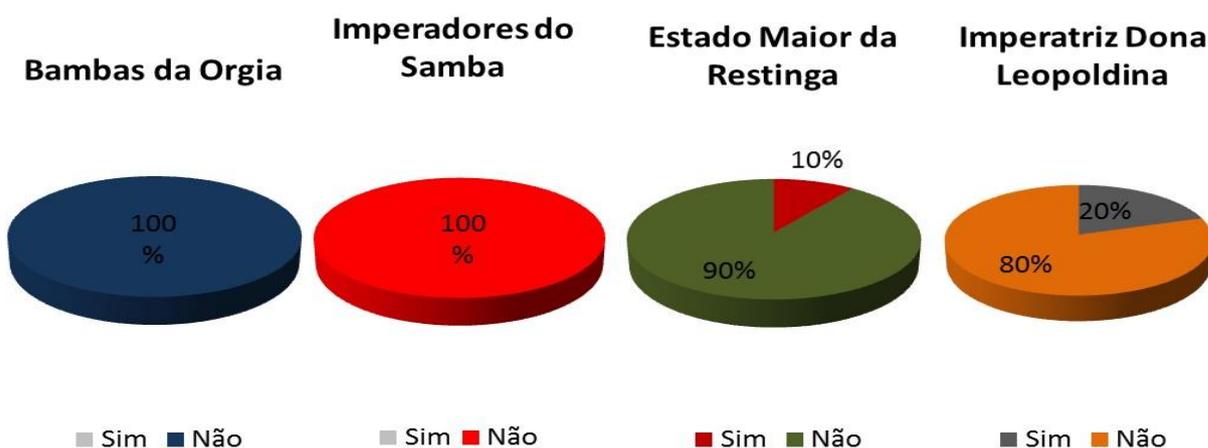
A participação, ou possibilidade de participação em debates sobre a mudança de local dos desfiles para o Porto Seco dentro da sua própria agremiação foi a temática da pergunta seguinte. Apenas 7,5% dos simpatizantes que responderam ao questionário informaram que participaram ou foram convidados para algum debate dentro da sua própria escola.

Ilustração 14 – Gráfico: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela sua agremiação acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?



Nesta questão, todos os simpatizantes dos Bambas da Orgia e Imperadores do Samba disseram não ter participado, nem ter recebido convite para participar de alguma discussão dentro da sua agremiação. No caso das pessoas ligadas ao Estado Maior da Restinga, 10% diz ter participado ou ter sido convidado, enquanto na Imperatriz Dona Leopoldina este índice é de 20%.

Ilustração 15 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela sua agremiação acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?

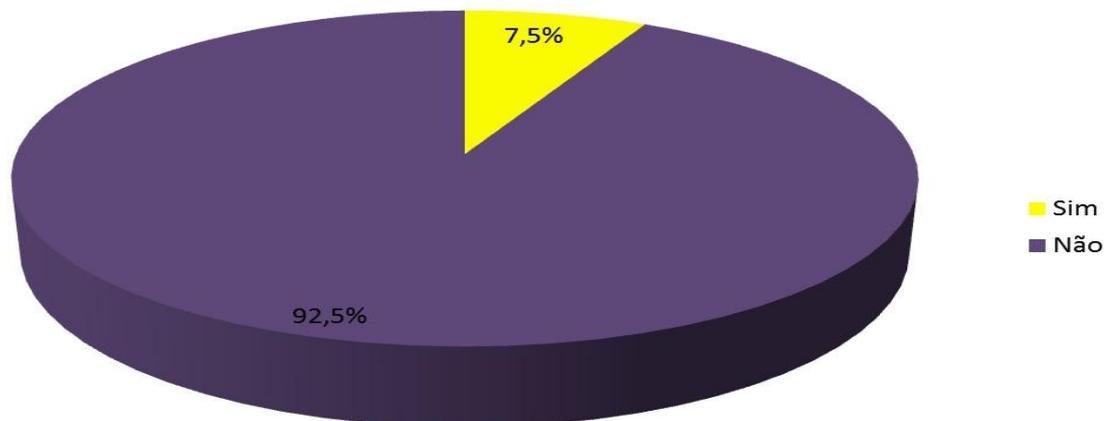


Fonte: Elaborado pelo autor

Estes resultados demonstram uma grave falha na articulação, ou até mesmo uma falta de interesse das escolas na hora de discutirem algo que impactaria de forma grandiosa seus históricos e suas realidades. Um número muito pequeno de pessoas demonstrou ter conseguido o acesso a estas discussões, o que dá um caráter de existência de uma “elite” dentro das próprias agremiações.

Em relação à possibilidade de participação em debates promovidos pela AECPARS os índices também são preocupantes. Como na questão anterior, apenas 7,5% das pessoas que responderam à pesquisa disseram ter tido acesso ou terem sido convidadas para debater a questão junto à Associação.

Ilustração 16 – Gráfico: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela Associação das Entidades Carnavalescas acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os resultados de cada uma das escolas, temos no caso da Imperatriz Dona Leopoldina, Imperadores do Samba e Bambas da Orgia, 10% dos simpatizantes dizendo terem sido convidados a participar ou terem de fato participado de algum debate promovido pela AECPARS. No caso do Estado Maior da Restinga, nenhuma das pessoas respondeu positivamente nesta questão.

Ilustração 17 - Gráficos dos resultados obtidos em cada uma das escolas pesquisadas em relação à seguinte questão: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela Associação das Entidades Carnavalescas acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?



Fonte: Elaborado pelo autor

Tal resultado demonstra que a entidade que realizava o papel de representante de toda a sociedade carnavalesca durante todo o processo não obteve sucesso em incluir grande parte desta nas discussões. Chama a atenção também, o fato de que no espaço do questionário destinado para opiniões livres, este convite à “participação” apontado por pouquíssimas pessoas foi relatado como a campanha de um abaixo assinado. O comentário também demonstrou uma alteração de opinião da AECPARS durante o processo. Tal exposição relatou que

Antes da transferência dos Desfiles das Escolas de Samba para lá, foram feitos chamamentos pela Associação das Entidades Carnavalescas, onde circulavam abaixo-assinados contra a saída do Centro da cidade. Não consigo perceber em que momento, ou com quais argumentos a Associação muda de ideia e passa a apoiar a sugestão do Poder Público, aceitando a transferência.

Na entrevista com o atual presidente da Liga das Entidades Carnavalescas, Juarez de Souza, foi detalhado que na época a AECPARS alinhava seus posicionamentos através do Conselho Deliberativo da entidade. Ele descreve que “antes de ser dada a palavra do representante legal [...] agente discute todas as matérias a nível de Conselho. Sai uma única decisão dali, e aí agente defende aquela posição”. Questionado em relação a quem eram os representantes das escolas de samba no referido Conselho, Juarez expôs que só participavam deste os presidentes e, como substitutos imediatos, os vice-presidentes das escolas. Jorge Sodré relatou a existência de seminários promovidos pela AECPARS expondo como seria realizado o evento no Porto Seco. Porém, questionado sobre quem participava destes seminários, o dirigente detalhou que frequentavam este espaço apenas os presidentes e diretores das escolas.

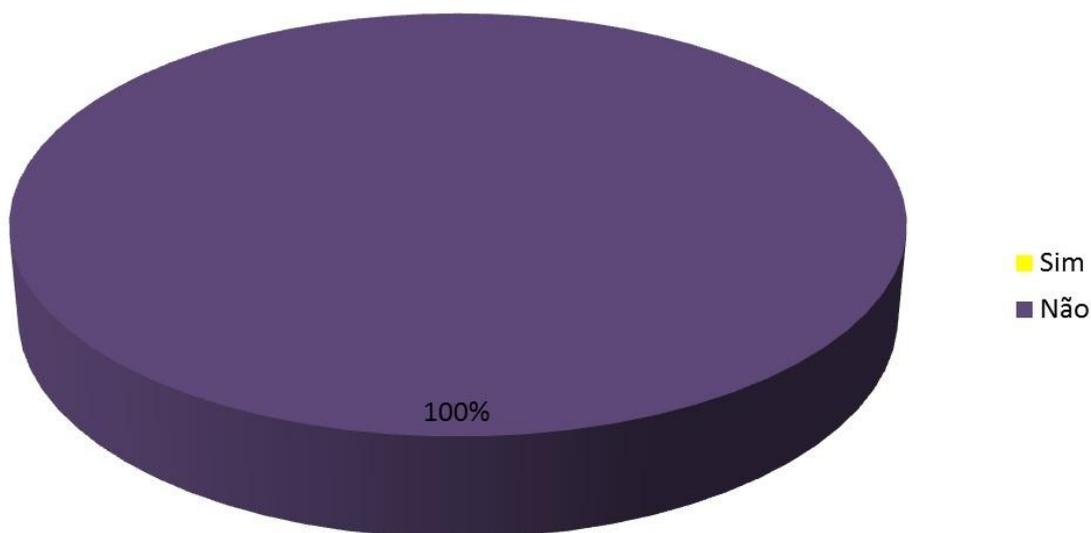
Conforme já percebido, ainda na questão anterior, em relação à falta de inclusão dos simpatizantes das escolas dentro dos debates relacionados à sua própria agremiação, fica difícil supor que, de forma relevante, os presidentes das agremiações criassem um acúmulo de ideias junto à sua comunidade carnavalesca para levar às discussões do Conselho Deliberativo da AECPARS. Assim sendo, propaga-se a lógica de um elitizado grupo de pessoas que decidem todo o rumo dos posicionamentos da sociedade carnavalesca perante as questões que se apresentam. Em relação a este assunto, o jornalista Renato Dornelles entende que

a representatividade da Associação - e o Poder Público sempre negocia o Carnaval com a Associação, agora com a Liga - é uma representatividade, ao meu ver, discutível, porque agente não sabe como é que se dá as eleições nas escolas de samba, e são os presidentes de escolas de samba que formam a Liga, e agente não sabe os critérios. Tanto que tem presidente que parece que é vitalício em algumas

escolas de samba. Estão lá há muitos e muitos anos e não saem. E também por que eu entendo que eles têm os interesses deles, que às vezes são diversos do pessoal do Carnaval. Eles abraçaram a causa do Porto Seco porque prometeram, e foi cumprido, além da área, foi cumprida a construção dos barracões, então pra eles foi interessante, mas eles não se preocuparam, na época, com o público.

A última das questões fazia referência à possibilidade de participação oferecida pelo Poder Público em relações a debates sobre o tema. Nenhuma das pessoas que responderam ao questionário apontou ter participado ou de ter sido convidado a debater através de iniciativas do Poder Público de Porto Alegre.

Ilustração 18 – Gráfico: Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pelo Poder Público da cidade acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?



Fonte: Elaborado pelo autor

O fato de nenhuma das quarenta pessoas da sociedade carnavalesca que opinaram neste questionário responder positivamente a esta questão reforça de forma arrebatadora o entendimento já levantado na análise feita de todo o histórico do deslocamento para o Porto Seco: o da falta de participação deste segmento da sociedade no processo de tomada de decisão por parte do Poder Público. Frente ao pouco acesso oferecido para os frequentadores do Carnaval de Porto Alegre nas discussões e deliberações, tanto por parte da Prefeitura de

Porto Alegre, quanto por parte das próprias escolas e da AECPARS, percebe-se que a sociedade carnavalesca foi marginalizada ao longo do processo de deslocamento dos desfiles das escolas de samba para longe da região central da cidade, um dos mais significativos da sua história.

4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4

Ao longo deste capítulo, percebeu-se um relevante déficit em relação à participação da sociedade carnavalesca nas discussões e na tomada de decisão do processo descrito. Esta realidade se fez presente tanto nas práticas do Poder Público quanto na prática das entidades que deveriam atuar na representação dos carnavalescos, no caso as escolas de samba e a AECPARS.

Na fala de Joaquim Lucena, reconhecido carnavalesco, e, atualmente, Coordenador das Manifestações Populares junto à Prefeitura de Porto Alegre, temos uma evidente reprodução de um discurso elitista e gerencialista, cada vez mais afastado das necessidades da comunidade do qual é oriundo e à qual deveria representar dentro do Poder Público. Ao falar sobre o Complexo Cultural do Porto Seco, Lucena expôs o seguinte pensamento:

Quanto é uma entrada hoje? 10 reais, 5 reais... Sabe quanto é que vai ser uma entrada com um sambódromo novo? 30 reais. Ou se quiser fazer com a cadeira, 50 reais. Um camarote hoje é oito mil reais, vai passar para vinte, vinte e cinco mil reais. Aí que eu digo que vai dar aquela diferença de social, entra outra classe social no carnaval [...] Essa transformação tem que existir. Quem pode mais, em termos financeiros, vai. E aí, o povo? O povo vai ter os carnavais de bairro, o carnaval de rua, o carnaval da Borges, porque às vezes você tem que acompanhar a sua sociedade, a sociedade capitalista. Para crescer você tem que ter um empreendimento, se não se apaga.

O próprio presidente da AECPARS na época em sua fala deixa evidente este afastamento entre os dirigentes desta entidade e o público do Carnaval. Expondo sua opinião em relação ao local dos desfiles, Sodré afirmou que

Eu sempre fui a favor de qualquer lugar que não fosse o Centro. Por que? Porque nós íamos ficar discutindo 10, 15 anos sobre isso. Ir para um lugar aonde se desse a estrutura. O que é a estrutura pro Carnaval? A estrutura pro Carnaval é barracões. O que é a estrutura para o povo carnavalesco? Aí é barracões, e arquibancadas e camarotes. Então hoje o Poder Público está em dívida com os carnavalescos, não com as escolas.

Outro fato relacionado a esta associação e as escolas de samba é a permanência dos mesmos líderes ao longo dos anos. Em relação a isso, Renato Dornelles declarou que “tem

presidente que parece que é vitalício em algumas escolas de samba. Estão lá há muitos e muitos anos e não saem. E também, por que eu entendo que eles têm os interesses deles, que às vezes são diversos do pessoal do Carnaval”. A existência de uma cúpula que se mantém por vários anos frente às escolas é algo que comprova o predomínio de certos grupos também dentro do Carnaval. O jornalista ainda complementa sua opinião afirmando que

quem negocia em nome do Carnaval, e é algo que eu contexto, são os dirigentes. E os dirigentes, como eu te disse, eles vão conforme os interesses deles, das escolas. Até na época teve uma dirigente que eu tive uma discussão. Eu disse pra ela “não adianta vocês quererem decidir, pensar só nas escolas, e o público, vocês não pensaram no público?” Aí ela pegou e me disse assim: “mas se agente não botar a escola na rua, não tem escolas pro público assistir”. Aí eu disse “bom, mas se botar a escola na rua e não tiver público também não tem sentido”. Por isso que eu digo, o ideal seria a formação de um Conselho de Carnaval que contemplasse todos os seguimentos do carnaval. Contemplasse o desfilante, o dirigente, a escola de samba, o público. Todos os que formam o segmento carnaval estivessem contemplados em um conselho e que as decisões pelo Carnaval fossem tomadas pelo Conselho e não unicamente por uma entidade que representa os dirigentes e que muitas vezes os interesses não são os mesmos.

Outro fator de extrema relevância é o caráter de segregação empregado em relação aos eventos das escolas de samba. Esta visão fica clara quando, em entrevista, um dos representantes da ASSAMED diz que “se a pista de eventos vai trazer toda essa cultura pra cá (Menino Deus), por que não se faz uma pista de eventos em cada vila? Por que como é que tu vai transportar essa gente pra vir aqui? Tem que fazer lá!”. Já Renato Dornelles em relação a este tema entende que

É justamente isso, eu acho que toda esta discussão, todo este processo da descentralização do Carnaval de Porto Alegre mostra o preconceito de parte da sociedade, e também a falta de força do público carnavalesco. O Movimento Tradicionalista sentou pé, disse que não saia dali e não saiu. O Carnaval aceitou com facilidade, foi pra lá, aceitou, se resignou a uma decisão que veio de cima, e uma decisão que veio de cima com o aval de boa parte da sociedade. Hoje, infelizmente, e principalmente pessoas que têm cargos importantes e que têm resistência ao Carnaval, cada vez mais ameaçam com decisões que podem diminuir, ou enfraquecer o Carnaval [...] agente corre um risco muito grande, por parte dos defensores de que o Carnaval seja um “gueto”. Eu não tenho nada contra o fato de ser na zona norte, além do fato de ele estar longe do Centro, não tenho nada contra. Só que, além do fato de estar longe do Centro, ou seja, longe do centro geográfico da cidade, também tem esse fato, o risco de aqueles contrários a este tipo de manifestação cultural, e que não veem como uma manifestação cultural, veem só como diversão, unicamente como diversão, defenderem que todo e qualquer evento relacionado aos desfiles de escolas de samba, ou ao carnaval de escolas de samba, seja realizado todos no mesmo lugar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cumprir o objetivo de descrever todo o processo é evidente, neste caso do deslocamento dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para fora da região central, mais um exemplo do funcionamento desta concepção hegemônica de democracia, visto que, a todo o momento, as decisões foram submetidas a uma pequena elite. Mesmo que a decisão final tenha sido tomada a partir de um Plano Diretor, e dentro de um Conselho que no discurso dizem propiciar a participação popular, ficam evidentes os limites destes mecanismos, já que a sociedade carnavalesca sequer teve acesso a estes instrumentos de forma direta, e não há nenhum compromisso por parte do Poder Público com os resultados deliberados nestas instâncias.

É interessante notar que todo o processo de deslocamento para o Porto Seco se deu em um período de governos de maior caráter progressista e alas mais próximas de segmentos populares da cidade. Porém, frente a toda uma estrutura elaborada para propagar os privilégios de uma classe dominante, não foram suficientes os esforços de alguns grupos dos governos. Um exemplo disto, é que a Justiça foi um agente fundamental para a classe dominante na negativa dos projetos apresentados junto à região central da cidade.

Esta questão citada faz parte da lógica hierárquica presente no acesso à justiça e tratada como normalidade pelos profissionais do Direito. Mesmo a cidadania sendo um conjunto de direitos e deveres que deviam ser aplicados para todos os nacionais, fica claro neste caso, através das decisões judiciais, uma preferência pelas causas de determinado segmento da sociedade.

Os referidos direitos que compõem a cidadania além de serem garantidos pelo acesso à Justiça, também dependem de políticas públicas eficazes, principalmente em se tratando do direito à cultura, citado na Constituição Federal como um direito que deve ser positivado por parte do Estado, ou seja, um direito de 2ª geração. A construção, primeiramente voltada para ser um local fixo para os desfiles do Carnaval de Porto Alegre, e, posteriormente projetada também para a realização de outras manifestações culturais, é uma política pública de caráter distributivo, que ainda não foi finalizada.

A agenda desta política pública se dá exatamente na identificação, por parte do Poder Público, da necessidade da construção de um local fixo para a realização dos desfiles como um problema a ser resolvido. Conforme já dito, esta sensibilização partiu da proximidade de alguns setores do governo com a sociedade carnavalesca. A elaboração se deu nos estudos de como se poderia resolver esta questão, acarretando na preferência inicial pela construção de

um “sambódromo”. A formulação foi o momento de maior disputa, visto que foram propostos diversos locais ao longo de quase quinze anos, até ocorrer a decisão do Poder Público, ou seja, a escolha do Porto Seco como local para execução deste projeto.

A implementação se deu a partir do início das ações práticas para a execução do projeto do Complexo Cultural do Porto Seco, o qual ainda não está completo, visto que as arquibancadas fixas previstas ainda não foram construídas, e outras manifestações culturais que deveriam estar ocorrendo no local ainda não estão neste espaço. Estes fatos, em tese, devem estar sendo levados em conta nos registros da fase de acompanhamento. Em relação à avaliação, tem-se evidente uma política pública incompleta que já vai completar 15 anos desde o início da sua implementação e que, segundo análise desta pesquisa, não possui a concordância de majoritária parte da sociedade carnavalesca, a principal população afetada por esta política.

Em concordância com o alerta de alguns teóricos, estas etapas não ocorrem de forma tão organizada e ordenada, e no caso do deslocamento dos desfiles das escolas de samba para o Porto Seco não foi diferente. As etapas de implementação, acompanhamento, e avaliação, por exemplo, ainda não estão completas, visto o projeto nem ter sido finalizado. A elaboração da mesma forma teve suas idas e vindas, com o objetivo inicial do projeto em contemplar apenas o Carnaval, e após com a ideia de realização de outras manifestações culturais no mesmo espaço, algo até hoje não concretizado. A formulação também teve suas inconsistências, a começar por um tempo muito longo de discussões em relação ao local de execução do projeto, e a predominância de uma classe dominante frente às decisões, conforme ocorre com a absoluta maioria das políticas públicas, excetuando-se raríssimas experiências.

Buscando cumprir os objetivos de identificar os atores da sociedade civil envolvidos nesta temática e apontar a percepção, os interesses e os recursos de poder destes, ficou evidente uma longa disputa entre alguns grupos neste processo. Nota-se que algumas entidades contrárias a construção da pista de eventos na área central, principalmente a ASSAMED demonstraram um maior recurso de poder, visto que suas ações, com o aval do Poder Judiciário, subsidiaram decisões de interesse da cidade como um todo.

Conforme já citado, este sistema de “elites” sob o comando das decisões é uma característica da chamada concepção de democracia liberal. No caso analisado, percebe-se que esta lógica transpassa a esfera do Poder Público e se reproduz nas outras instituições, ou seja, nas próprias escolas de samba e na AECPARS. Percebeu-se que esta questão do deslocamento para o Porto Seco foi pouco debatida entre os membros das escolas e desta associação, fazendo com que o posicionamento da sociedade carnavalesca ficasse atrelado a

um pequeno grupo de pessoas, que está a frente destas entidades a muitos anos, não havendo uma alteração dos dirigentes.

Além disso, levando em conta o observado nesta pesquisa, as escolas de samba e a AECPARS são entidades que poderiam dar uma voz muito maior para as comunidades historicamente excluídas, visto que o desfile das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre é uma manifestação cultural ligada exatamente a este público, composto em sua grande maioria por negros e pobres. Ou seja, estas entidades seriam capazes de mobilizar uma parcela significativa deste segmento da sociedade na exposição e na busca de solução para seus anseios, inclusive de forma mais combativa junto ao Poder Público. Porém, tanto as escolas, como a AECPARS parecem estar sofrendo do mal da “ressignificação” do conceito de sociedade civil, visto que apresentam uma grande dificuldade em realizar esta articulação junto à sociedade, e uma tendência à cooptação por parte da classe dominante.

Outro fator fundamental de ser notado para este caso é todo o histórico de preconceitos com corte de raça e de classe institucionalizado nas decisões do Poder Público. Analisando o histórico de Porto Alegre, é notório um afastamento forçado pelo próprio Estado dos negros e pobres para regiões periféricas da cidade. As escolas de samba, formadas e frequentadas por estes mesmos grupos, conseqüentemente foram sendo vistas fundadas já em locais afastados ou deslocadas para as periferias.

Dentro deste contexto, não é surpreendente a escolha de um local afastado da região central da cidade para a realização dos desfiles. Portanto, todo este processo está ligado a um contexto histórico de exclusão de alguns segmentos da sociedade, a partir de uma lógica liberal de poder concentrado nas classes dominantes. A reprodução desta perspectiva fica evidente quando os representantes da ASSAMED demonstram uma preferência pela exclusão de determinados segmentos de alguns espaços.

A existência de uma preocupação em relação à formação de um “gueto” formado pelas manifestações culturais mais populares da cidade é procedente, visto que os exemplos de atitudes excludentes por parte do governo de Porto Alegre não estão restritos ao caso do deslocamento dos desfiles das escolas de samba para o Porto Seco. O cancelamento do desfile do Bloco Afro Odomode que ocorreria no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) deste ano de 2016, é mais um caso que reforça este comportamento por parte do Poder Público. O desfile foi indeferido por parte da Empresa Pública de Transporte e Circulação, devido não ter sido autorizado pelo Centro Administrativo Regional do Centro em função de reclamações alegando perturbação do sossego público recebidas pelo Ministério Público.

De volta ao caso do local dos desfiles das escolas de samba, é possível notar perspectivas preocupantes para as camadas mais populares que deram origem a este evento. Está em risco uma manifestação cultural onde frações historicamente excluídas da sociedade se viam como protagonistas. Além disso, atingindo o último dos objetivos específicos propostos, é possível observar que os espaços públicos e centrais da cidade em pouquíssimas oportunidades eram alcançados pelas comunidades ligadas aos desfiles das escolas de samba, devido a todo um histórico de exclusão. Um dos poucos eventos que permitia este contato era o Carnaval. Apesar do auxílio e o acesso às manifestações culturais serem definidos como algo que deva ser garantido por parte do Estado, o que se vê neste caso é uma marginalização cada vez maior e uma retirada de sensação de igualdade própria dos momentos do Carnaval.

O fato é que esta visão, além de excludente, parece ser inviabilizadora para o evento, visto que o interesse no Carnaval de Porto Alegre tem sido menor após o deslocamento dos desfiles para o Porto Seco. Esta foi uma manobra com o intuito apenas de afastar a população carnavalesca da área central da cidade. É improvável que uma classe mais abonada queira frequentar e investir em um espaço afastado da cidade, o que acaba até mesmo com a hipótese excludente apresentada dos desfiles naquele local como um “empreendimento”. O interesse tem sido menor até mesmo por parte das populações que historicamente frequentam o Carnaval, em função desta tomada de decisão que impôs o não aproveitamento de espaços centrais por parte de determinado segmento da sociedade, e não inseriu esta população na constituição desta decisão.

Se tentarmos realizar um encaixe deste processo de deslocamento dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para fora da região central nas escalas de participação, levando em conta os fatos analisados, percebemos que este se encaixa nos níveis iniciais das escalas, conforme a existência de representantes da sociedade carnavalesca que pouco dialogaram com a sua população, e visto que estes próprios representantes pouco influenciaram no processo. Isto deixa evidente que, apesar da nomenclatura propostas pelos autores, os níveis iniciais das escalas não representam formas de participação, levando em conta a teoria participativa contar com a participação da população em níveis decisórios.

É possível atingir o objetivo principal deste trabalho, confirmar a hipótese inicial, e concluir, portanto, que não houve uma participação efetiva da sociedade carnavalesca, visto que seus posicionamentos não foram levados em conta no momento da tomada de decisão. A importância da participação está exatamente em subverter a ordem estabelecida pela democracia burguesa de perpetuar o domínio de elites nas escolhas que venham a ser feitas. Ou seja, uma prática participativa exigiria uma transformação, visto que estaria sendo

proporcionado que segmentos da sociedade tradicionalmente excluídos, como é o caso da população carnavalesca de Porto Alegre, influenciassem de forma decisória no processo de tomada de decisão.

É viável a realização de uma futura pesquisa relacionada à abordagem diferenciada que existiu entre o Carnaval e o Movimento Tradicionalista por parte do Poder Público. A primeira manifestação cultural se viu deslocada para uma região afastada do centro da cidade, enquanto a outra continua realizando seus eventos em locais julgados impossibilitados para a realização das manifestações populares. Seria necessária uma observação comparada entre os dois processos para entender decisões tomadas tão distintas.

Sendo assim, se faz importante relacionar esta temática com a questão do direito à cidade. A garantia para todos os brasileiros de poder utilizar, de forma igual, os espaços públicos é um elemento que enriquece este debate, uma vez que pode ser questionado, junto aos representantes do Estado, em que medida este direito vem sendo garantido de forma realmente igualitária para todos os cidadãos.

Finalizando, é extremamente relevante aprofundar as questões do recorte de raça existentes perante as ações do Poder Público. O abordado afastamento das comunidades negras, das quais são oriundas as escolas de samba da cidade, para locais afastados da região central da cidade, e o próprio deslocamento do local dos desfiles, são mais exemplos do racismo institucionalizado existente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Neide Maria Carvalho. **Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/055.pdf>>.

Acesso em: 24 de outubro de 2016.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES CARNAVALESCAS DE PORTO ALEGRE E DO RIO GRANDE DO SUL. **AECPARS – Associação das Entidades Carnavalescas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <
http://ong.portoweb.com.br/carnavalpoa/default.php?reg=3&p_secao=3>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO HUMAITÁ. **História e fundação**. Disponível em: < <http://ambhumaita.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html>. Acesso em 03 de abril de 2016.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> . Acesso em 13 de março de 2016.

BRASIL. **Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

BRASIL. **Lei 12.343, de 2 de Dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm>. Acesso em 20 de maio de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Associação do Menino Deus é declarada de utilidade pública.** Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=2911&p_secao=56&di=2007-04-09>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CREMONESE, Dejalma. A participação como pressuposto da democracia. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, Editora Unijuí, ano 10, Nº 19, janeiro/abril de 2012.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Cidade, Nº 5, outubro de 2004.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo, SP: Cortez, 1999. In: CREMONESE, Dejalma. **A participação como pressuposto da democracia.** Desenvolvimento em questão, Editora Unijuí, ano 10, Nº 19, janeiro/abril de 2012.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Tipo de métodos e sua aplicação.** Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN. EDUEP, 2008.

DORNELLES, Renato. **Promessa de obras no Porto Seco não está nem no papel;** Diário Gaúcho. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/02/promessa-de-obras-no-porto-seco-nao-esta-nem-no-papel-2819117.html>>. Acesso em 14 de março de 2016.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. **Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor.** Escola de Serviço Social da UFRJ. Abril, 1998.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2016.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n. 21, junho de 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 2. Mar./Abr. 1995.

GÖTTEMS, Claudinei J.; ROCHA, Thiago de Barros. A efetividade do Direito à Cultura como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. **Revista Avesso do Avesso**, Araçatuba, vol. 5, agosto de 2007.

GRAMSCI, Antonio. Los intelectuales y la organización de la cultura. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, Nº 109, janeiro/março 2012.

GUILLEN, Amalia; SÁENZ, Karla; BADI, Mohammad; CASTILLO, Jorge. **Origen, espacio y niveles de participación ciudadana**. Daena: International Journal of Good Conscience, p. 179-193, mar. 2009. Disponível na Internet: <<https://www.yumpu.com/es/document/view/4485362/origen-espacio-y-niveles-de-participacion-ciudadana/7>> ISSN 1870 - 557X.

KRAWCZYK, Flávio; GERMANO, Iris; POSSAMAI, Zita. **Carnavais de Porto Alegre**. Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre, 1992, 2ª Ed.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARX, Ivan Claudio. Sociedade civil e sociedade civil organizada. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, nº 1019, 16 de abril de 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8257>>. Acesso em 24 de maio de 2016.

MELLO, Fabiana Ortiz T. de; PAULILLO, Luiz Fernando. Recursos de poder e capacidade de dinâmica de aprendizado dos atores sucroalcooleiros paulistas pós-desregulamentação estatal. **Informações Econômicas**, SP, v.35, n.6, jun. 25.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. Brasileiros: nacionais ou cidadãos? Um estudo acerca dos direitos de cidadania no Brasil em perspectiva comparada. **R. SJRJ**, Rio de Janeiro, n. 20, 2007.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. **O que é MTG?** Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historico/210>>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, nº 52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>>. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 13 de março de 2016.

PARADA, Eugenio Lahera. **Política y políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992.

PIANCÓ, Sheilla. **O Direito de Acesso à Cultura e a Constituição Federal**. Disponível em: <<http://observatorioidiversidade.org.br/site/o-direito-de-acesso-a-cultura-e-a-constituicao-federal/>>. Acesso em 14 de março de 2016.

PINTO, Tales Dos Santos. **História do carnaval e suas origens**; Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/carnaval/historia-do-carnaval.htm>>. Acesso em 16 de março de 2016.

PORDEUS, Eduardo. Direito à cultura e desenvolvimento: a participação social na proteção do patrimônio cultural no Estado brasileiro. **Prima Facie**, João Pessoa, V.7, n. 13, 2008.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar 434 de 01 de Dezembro de 1999**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/lei_434_integra_atualizada_out_2010.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

PORTO ALEGRE EM ANÁLISE. Sistema de gestão e análise de indicadores. Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=0_0_0>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Conselho do Plano Diretor (CMDUA). **Trajetória**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=300>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Tipologias e tipos de Políticas Públicas**. Disponível em: < http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. Brasília: ENAP, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, ano 1, vol. 1, n. 1, abril de 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo, Contexto, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006.

SOUZA, Mateus Maia de; ALEM, Nichollas de Miranda. Direito à cultura e políticas pública

no Brasil: uma análise dos gastos diretos e indiretos com o setor audiovisual durante a Nova República. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 3, n. 2, julho de 2016.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas e eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Publicas, 1992.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

TONET, Ivo. **Do conceito de sociedade civil**. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf>. Acesso em 21 de maio de 2016.

APÊNDICE I – Roteiro da entrevista com Joaquim Lucena

Como se deu o processo de ida do Carnaval de Porto Alegre para o Porto Seco?

Como a Prefeitura tomou a decisão de colocar os desfiles no Porto Seco?

Recorda quais as entidades presentes nessa negociação?

Recorda quem falava em nome da sociedade carnavalesca?

Na sua visão, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a ida do Carnaval para o Porto Seco?

Na época, você era a favor da ida do Carnaval para o Porto Seco?

Hoje sua opinião ainda é a mesma?

APÊNDICE II – Roteiro da entrevista com Renato Dornelles

Como se deu o processo de ida do Carnaval de Porto Alegre para o Porto Seco?

Recorda quais as entidades presentes nessa negociação?

Recorda quem falava em nome da sociedade carnavalesca?

Recorda como foi formulado o posicionamento da sociedade carnavalesca?

Na sua visão, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a ida do Carnaval para o Porto Seco?

Na época, você era a favor da ida do Carnaval para o Porto Seco?

Hoje sua opinião ainda é a mesma?

APÊNDICE III – Roteiro da entrevista com Jorge Sodré

Como se deu o processo de ida do Carnaval de Porto Alegre para o Porto Seco?

Recorda quais as entidades presentes nessa negociação?

Recorda quem falava em nome da sociedade carnavalesca?

Recorda como foi formulado o posicionamento da sociedade carnavalesca?

Na sua visão, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a ida do Carnaval para o Porto Seco?

Na época, você era a favor da ida do Carnaval para o Porto Seco?

Hoje sua opinião ainda é a mesma?

APÊNDICE IV – Roteiro da entrevista com Juarez Gutierrez de Souza

Como se deu o processo de ida do Carnaval de Porto Alegre para o Porto Seco?

Recorda quais as entidades presentes nessa negociação?

Recorda quem falava em nome da sociedade carnavalesca?

Recorda como foi formulado o posicionamento da sociedade carnavalesca?

Na sua visão, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a ida do Carnaval para o Porto Seco?

Na época, você era a favor da ida do Carnaval para o Porto Seco?

Hoje sua opinião ainda é a mesma?

APÊNDICE V – Roteiro da entrevista com representantes da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus

O que levou a Associação a se posicionar contra a realização dos desfiles das Escolas de Samba na Orla do Guaíba, junto ao bairro?

Como se deu este debate?

Como manifestava este interesse ao Poder Público?

APÊNDICE VI – Questionário realizado junto a frequentadores do Carnaval de Porto Alegre

Quando ocorreu a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco, qual foi a sua posição perante esta decisão?

Atualmente, qual o seu posicionamento?

Na sua opinião, a sociedade carnavalesca obteve ganhos com a transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?

Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela sua agremiação acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?

Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pela Associação das Entidades Carnavalescas acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?

Você recorda de ter participado, ou de ter sido convidado a participar, de algum debate realizado pelo Poder Público da cidade acerca deste processo de transferência dos desfiles das escolas de samba de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco?

Exponha aqui, se assim desejar, observações referentes ao processo de transferência dos desfiles das escolas de samba do Carnaval de Porto Alegre para o Complexo Cultural do Porto Seco e/ou sobre as questões propostas neste questionário.

ANEXO I – Documento da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus expondo os motivos alegados para se posicionar contra a construção da Pista de Eventos junto à área do Parque Marinha



ASSAMED - ASSOCIAÇÃO AMIGOS E MORADORES DO BAIRRO MENINO DEUS
FUNDADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1975 - CGC: 88.748.645/0001-58

Por que somos contra o Sambódromo no Parque Marinha:

- Os bairros Meninos Deus, Santa Tereza e Praia de Belas **estão saturados** de eventos: esportivos, religiosos, culturais, sociais, militares e políticos (Beira-Rio, Gigantinho, Olímpico, Centro Esportivo, Tesourinha, Circos, Shopping, Clubes, etc)
- Há uma grande quantidade deles **durante todo o ano**
- Estes bairros **não têm estacionamentos** que comportem o volume de carros e de ônibus (que vem do interior para as assembleias de professores, eventos religiosos, shows e jogos e etc)
- O **único estacionamento público** do Beira-Rio fica ao lado do Gigantinho
- Ali a Prefeitura quer construir a **Pista de Eventos, o Sambódromo de Porto Alegre**
- Isto significa mais eventos, durante todo o ano, numa **área já saturada**
- Além disso, o Hospital Mãe de Deus, o Asilo Pe. Cacique, o Residencial Menino Deus e várias casas geriátricas, exigem **silêncio**, por lei e para os quais é fundamental o respeito a saúde
- O Sambódromo vai trazer **mais trânsito, mais barulho, mais violência** para nossos bairros. O bairro Menino Deus já é hoje um dos campeões em violência na cidade
- Não somos contra a cidade ter uma pista de eventos desde que colocada num local onde **não venha deteriorar ainda mais a qualidade de vida dos moradores**
- Estes bairros são o **único acesso rápido** para a Zona Sul e para grande Porto Alegre, que no futuro **acumulará ainda o fluxo de veículos leves e pesados** para o Shopping Cristal, tornando ainda mais caótico o trânsito desta área
- O Parque Marinha sofrerá **danos constantes** pela ação de veículos, colocação de barracas, concentração e trânsito de pessoas, lixo, sem falar na insegurança dos usuários do Parque que hoje já é uma realidade. O meio ambiente, mais uma vez será **agredido e prejudicado** com a obra de concreto dentro de uma área verde, afastando os pássaros e destruindo plantas
- Construir a Pista de Eventos é uma **INSENSATEZ**, uma falta de bom senso que não podemos concordar

FAÇA A SUA PARTE:

1. Coloque faixas protestando na sua casa, no seu edifício, na sua rua
2. Faça cartazes, faça camisetas, coloque cartazes no seu carro, imprima este volante e passe adiante
3. Divulgue as assembleias dos bairros, faça caminhadas, passeatas, carreatas, faça uma assembleia do seu edifício e de sua rua
4. Assine e divulgue o abaixo assinado, escreva e telefone para os jornais, rádios, Tvs, Câmara de Vereadores, Secretarias Municipais e Estaduais, Ministério Público, visite as escolas, creches, os sindicatos, associações e movimentos ecológicos enfim bote a boca no trombone

Este é um movimento dos moradores, com o apoio da Assamed. É tudo CONOSCO

Dia 22 de setembro às 19hs no Colégio Presidente Roosevelt, na rua Botafogo 396, assembleia convocada pela Associação dos Moradores do Bairro Menino Deus. (Assamed)

Dia 25 de setembro às 18:30hs na Secretaria de Agricultura e Abastecimento na rua Getúlio Vargas 1384, reunião convocada com a Comissão de Cultura da Câmara Municipal.

ANEXO III – “Confirmado: a decisão será judicial”, matéria de Fernanda Crâncio publicada no Jornal Oi! em fevereiro de 1998

fevereiro de 1998 - Oii 3

PISTA DE EVENTOS

Confirmado: a decisão será judicial

Fernanda Crâncio

A novela da construção da Pista de Eventos entre o Parque Marinha do Brasil e o Sport Club Internacional continua e não tem data para terminar. Agora, um novo capítulo, que altera a rota do texto original: em sentença proferida no último dia 6, pelo desembargador Celeste Vicente Rovani, da Primeira Câmara Cível do Tribunal da Justiça, fica confirmada a suspensão da tomada de preços e início das obras do sambódromo. Para os moradores do Menino Deus, mais um ponto de vantagem na briga contra a decisão do município. A Prefeitura, só resta trabalhar na elaboração do novo plano de ação e retomar a batalha judicial, podendo ou não encaminhar um pedido de reconsideração do processo.

Antes da sentença do desembargador Rovani, outros capítulos da novela emaranharam ainda mais o enredo. A começar pelo acontecido no dia 13 de janeiro, quando foi concedida ao Ministério Público uma liminar suspendendo o processo de tomada de preços para a construção da pista de eventos no local. A decisão, provisória, foi tomada pelo juiz Luís Augusto Coelho Braga, titular do 2º Juizado da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Com essa determinação ficaram adiados, até que seja julgado o pedido de anulação do processo, a licitação e o início das obras do sambódromo. A sentença proferida por Coelho Braga favoreceu a ação movida pela Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária contra o Município de Porto Alegre, por concordar que a obra causará danos ao meio ambiente, reduzindo a área do Parque Marinha e prejudicando as diversas instituições de saúde próximas ao local, como o Hospital Mãe de Deus, as casas geriátricas e a Febem, devido à poluição sonora. Danos de impacto ambiental irreversível com a diminuição da arborização do Parque, além de graves alterações no trânsito e no sistema viário da região foram alguns dos tópicos apontados pelo juiz para justificar a suspensão do projeto.

Os moradores do Menino Deus lamentam que a Prefeitura não tenha chegado a um acordo com a comunidade e o setor público, deixando a decisão para a Justiça, mas não esconderam o alívio de ver o projeto adiado por um tempo. No entanto, para a presidente da Associação dos Moradores do bairro Menino Deus- ASSAMED-, Alzira Ban, o embargo judicial sobre a obra da pista de eventos só serve para manter a comunidade em prontidão, continuando a busca de justificativas que permitam a anulação do projeto.

No dia 28 de janeiro a construção da pista foi o assunto em pauta na audiência pública do Conselho Municipal do Meio Ambiente- COMAM-, realizada na sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. O projeto foi analisado pela Câmara Técnica de Legislação Ambiental do Conselho e posto em votação entre 22 dos seus 27 participantes, a partir de um relatório técnico apresentado. O relator da pesquisa, o geólogo e representante da UFRGS, Sander Grehs, elaborou um estudo condenando a obra, e apesar de considerar apenas dois tópicos a favor do projeto (o crescimento das vagas para vendedores ambulantes e a praticidade de não precisar montar e desmontar as arquibancadas) teve seu parecer reprovado por 13 votos a 9.

Para a presidente da ASSAMED, a decisão do Conselho envergonhou os que vem lutando para resolver a questão do sambódromo, já que o problema trata do impacto ambiental, um assunto totalmente técnico e que deveria ser analisado por profissionais especializados no assunto e não por uma maioria representante da Prefeitura. “Para a Justiça, esta fica sendo mais uma prova de manipulação do município”, desabafa Alzira.

No dia 3 de fevereiro, a Procuradoria-Geral do Município deu mais um passo na disputa ao encaminhar à Justiça o agravo de instrumento, tentando cassar a liminar que suspendeu a licitação e execução do projeto. Mas o desembargador Celeste Vicente Rovani, confirmou a suspensão da tomada de preços e início das obras do sambódromo.



Mobilização comunitária continua contra a pista no Marinha



Foto: Carlos G. Sestini/Agência

Judiciário pode atender a vontade dos moradores próximos ao local do pretendido sambódromo

Estética e Beleza

PROMOÇÃO DE SINCERIZAMENTO
10 SESSÕES
POR R\$ 60,00
máquina com 28 lâmpadas

Unhas de Porcelana e C
Depilação definitiva

De 2ª a 5ª feira - Pedicure e Manicure
R\$ 12,00 com bacia de hidromassagem

Marque a sua hora
 Sala com ar condicionado
Av. Getúlio Vargas, 1690 - POA
Menino Deus - Fone: 231.6163

STUDIO
PROFISSIONAL NA ART

Cursos, creches e escolas



EDUCARTE
Berçário • Maternal • Jardim • Rec
ABERTA O ANO TODO

Centro de Inovação em Educação

Matriculas abertas

Promoção especial para alunos novos

Travessa La Salle, 57 • 233-0454

CRECHE

FAVO DE MEL

Do 0 a 6 anos

Berçário Maternal I e II Jardim Natação Inglês Pedagogia Psicóloga Nutricionista

Promoção de 3 meses nos preços

Além do compartilhamento damos AMOR, CARINHO E DEDICAÇÃO. Venha nos visitar!

Aberta o ano todo das 7h às 19h

Múcio Teixeira, 129 • 226.1972

PAR ANUNC LIGU

231-6

ANEXO IV – “Pista será na orla do Guaíba”, matéria publicada no Jornal Zero Hora dia 7 de fevereiro de 2000

18 Segunda-feira
7 de fevereiro de 2000

GERAL

Jornal Zero Hora

CARNAVAL

Pista será na orla do Guaíba

Projeto do “sambódromo” vai ser apresentado ainda esta semana para a comunidade carnavalesca

A secretária municipal de Cultura, Margarete da Costa Moraes, vai apresentar para a comunidade carnavalesca um projeto alternativo para a pista de eventos. Em fase de conclusão na Secretaria do Planejamento Municipal, ele será apresentado às escolas nesta semana, um mês antes do início do Carnaval.

O projeto quer utilizar a área às margens do Guaíba, ao lado do anfiteatro Pôr-do-Sol, na Avenida Beira-Rio, na parte de trás do Parque Marinha e nas proximidades do Shopping Praia de Belas. “O novo projeto resguarda a área verde e o espaço de lazer das pessoas naquela região”, declara a secretária. A idéia é trabalhar com a modelagem do terreno, fazendo as arquibancadas nos próprios barrancos, sem agredir a paisagem, nem tirar a visibilidade do Guaíba. A pista, com capacidade estimada de 35 mil pessoas, também deve abrigar ao longo do ano outros pequenos e grandes espetáculos.

O novo “sambódromo” ainda nem foi aprovada e já começa a suscitar polêmica. Os carnavalescos, por exemplo, estão fazendo crí-

ticas e já criaram o Movimento Unificado Carnavalesco (MUC). O objetivo da entidade é a regularização das quadras de ensaio e a construção de uma pista de eventos. Já a secretária em exercício do Meio Ambiente, Marlova Finger, explica que existem projetos em estudo, mas que a área na orla do Guaíba não faz parte das discussões. “Não temos conhecimento disso”.

Margarete Moraes defende o projeto informando que o local anteriormente proposto, ao lado do Gigantinho, permanece em discussão na Justiça e pode ser embargado. “A cidade precisa de uma alternativa e a comunidade carnavalesca merece um espaço adequado”, justifica. Além disso, todo ano a Secretaria Municipal de Cultura gasta R\$ 1 milhão só na montagem da pista para o Carnaval, sem contar o aluguel dos materiais e arquibancadas, que são de terceiros.

“Constatamos que a construção de um anfiteatro para 50 mil pessoas foi tão facilmente absorvida pela opinião pública, que achamos que aquela área também pode servir para a pista de eventos”, diz Margarete.

Prefeitura quer pista ao lado do anfiteatro Pôr-do-Sol

Querem mais esperar pelas promessas da Prefeitura. “Estamos cansados de promessas e apertados de mão”, diz Betinho.

O presidente dos Bambas da Orgia, Odilon Vieira, lamenta que a comunidade carnavalesca não tenha um local apropriado para mostrar o trabalho feito pelas escolas de samba. “O carnavalesco é a parte mais fraca e não tem as suas reivindicações atendidas pelo poder público”. Segundo ele, a construção da Pista de Eventos é uma necessidade da cidade e de maneira inacreditável se arrasta há anos.

Projeto poderá ser construído em uma área atrás do Marinha

Idéia gera polêmica com carnavalescos

A proposta da Prefeitura de construir a Pista de Eventos na área ao lado do anfiteatro Pôr do Sol está causando polêmica entre os carnavalescos. O presidente da Imperadores do Samba, Roberto Barros, o Betinho, destaca que o local a ser apresentado aos carnavalescos é decorrência do medo da perda de votos nas escolas de samba.

“Faltam oito meses para a eleição e é preciso buscar votos no Carnaval”, acrescenta. Ele diz não entender como um governo que está há 12 anos no poder não consegue construir uma pista. De acordo com Betinho, os carnavalescos não



Foto: Marco Williams

Cruzanova
O Daer Viamão nova sinal no entre RS-118, com um fculos geral, principais de locados das pista lização cal. Tarsadas paradas ta Isat

Prân
O mhal expl área Bel port fora área ta. gr or N no q t e r